

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

O INIMPUTÁVEL

Crimes do Estado contra a Juventude Criminalizada

Elisa Matos Menezes
Orientadora: Rita Laura Segato

Brasília, agosto de 2009.

ELISA MATOS MENEZES

O INIMPUTÁVEL

Crimes do Estado contra a Juventude Criminalizada

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Antropologia; Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Orientadora: Rita Laura Segato

Banca examinadora:

1. Profa. Dra. Rita Laura Segato (Orientadora/UnB)
2. Profa. Dra. Patrice Schuch (Doutora em Antropologia, UnB)
3. Tiago Eli de Lima Passos (Doutorando em Antropologia, UnB)

Brasília
Agosto de 2009

MATOS, Elisa.

O INIMPUTÁVEL: Crimes do Estado contra a juventude criminalizada.

Monografia – Antropologia Social.

Brasília: UnB, 2009.

Orientadora: Prof. Dr. Rita Laura Segato

1. Violência policial – 2. Racismo – 3. Juventude Criminalizada – 4. Violência institucional – 5. Direitos Humanos – 6. Estado policial



Dedico cada letra, vírgula e todo o fôlego deste trabalho à juventude negra e a suas e seus familiares que sofrem e resistem à violência do Estado policial todos os dias e noites, em cada beco, delegacia, cartório, cadeia, julgamento de Brasília, do Brasil e do mundo.

Agradecimentos

Esta página é uma forma de não assumir a produção deste trabalho sozinha. Seria impossível agradecer a todas que me influenciaram no pensamento e no verbo, e, portanto, me resta apenas uma tentativa. São muitas pessoas as quais sou imensamente grata...

Em primeiro lugar agradeço (e espero poder retribuir minimamente) cada jovem e suas/seus familiares que de forma dolorosa reviveram as experiências humilhantes submetidas por agentes do Estado.

Devo agradecimentos também às funcionárias da Vara da Infância e da Juventude que foram sensíveis à violência policial e são parte ativa de boa parte do trajeto desta pesquisa. Sem as portas que elas me abriram, eu jamais teria acesso às entranhas do sistema, e sem as portas que fecharam, eu jamais teria acesso à sua franqueza.

Às ex-estagiárias da VIJ que sempre me apoiaram e contribuíram enormemente com seus relatos e indignações. Muito obrigada por todo o apoio subversivo, principalmente nos momentos de censura.

A Tiago Eli, que além de ser este intelectual fabuloso que muito me inspirou, agradeço pelo amparo amigável nos momentos de desespero. Nunca esquecerei o que me disse: “Não é você quem tem que sentir medo!”. A força que me instigou está cravada em cada linha deste trabalho.

A Rita Segato, minha querida orientadora. Obrigada pelo suporte e por todas as idéias fundamentais para a elaboração deste trabalho. A sua existência na minha vida é crucial para a percepção do mundo que carrego.

A Arthur Trindade, por ter me recebido aos prantos na época da minha saída da VIJ. Obrigada pelas palavras reconfortantes que me tranquilizaram. A Laíza, agradeço o amparo neste mesmo dia e a força de sempre.

A Ariel, nosso corpo jurídico de honra, que além de sempre advogar para o movimento autônomo, mostrou-se um verdadeiro amigo e confidente. Muitíssimo obrigada pela força prestada em tantos momentos.

A Patrice Schuch, por todas as contribuições com idéias, sugestões e bibliografia.

A Ondina Pereira, minha eterna chefinha. Agradeço pelo apoio que começou no início da graduação e com quem construí fortes laços escoteiros.

A Ana Luíza Flauzina, pela conversa e pelo livro que tanto me inspiraram. Sem essa intelectual fantástica, muitos argumentos sairiam prejudicados.

A Mil, companheira de tantas, que me ensinou em seu show em Planaltina cantando para a viatura policial que estava passando: “Se não existisse polícia não existia ladrão!”. A Luana, por ser essa sapata sábia e sincera.

A Regina, João Paulo e Alexandre, pela companhia e aprendizado. Admiro

sinceramente cada uma de vocês. A Natalia Maria pela beleza e magnitude desta alma poética. Fico impressionada com a nossa sintonia reflexiva, grata por tudo o que me ensina diariamente.

A lili, minha big mim que eu tanto amo e que ameniza este mundo. Obrigada por ser meu lindo porto seguro, em qualquer lugar que estejamos.

A leiloca, por todos os momentos em que pude contar, pelo companheirismo nas horas mais difíceis e doces, de correntes a passes livres...

A Mariana Rabelo e Ju Pagul, que me confortaram dos soluços no balcão, e me fortaleceram muito. Jamais esquecerei o refrão “Eu ia explodir, eu ia explodir, mas eles não vão ver os meus pedaços por aí”.

A todas as feministas maravilhosas que me rodeiam no Confessionário e Wendo (grupo de auto-defesa para mulheres). Aprendemos juntas a gritar com a força que precisamos para abalar o patriarcado!

A Vivi, por ter me defendido do linchamento daqueles machos fascistas que apoiavam o policial que dizia descaradamente matar pessoas.

A Dju, Tatu, tate, Chipe e Dani pela leitura carinhosa do texto, pelas sugestões apontadas, e por todos os lindos e difíceis momentos em que estivemos juntas do cárcere ao anti-cárcere!

A Gleides e Pedro Macdowell pela parceria na luta por direitos humanos e pelas idéias cativantes.

A Hazel pelas orientações espirituais que foram tão importantes para que eu conseguisse concluir este trabalho...

A Mary Eugenia por todas as conversas revoltosas. As minhas amigas queridas que já assumem o status de irmãs: Maíra, Natália, Zenaide, Marcela, Taissa, Nana e Olívia.

A tia Anita e a Valeska, pelo carinho de todos estes anos e por tudo que me ensinam todos os dias. A tia Sônia por ser minha segunda mãe, e a Silvinha, minha segunda irmã.

A Deise, minha querida mamãe, sua garra é a minha inspiração. A minha irmã Gabriela. Quem sabe após ler esta dissertação compreenda um pouco da minha revolta. A meu pai, Juca, pelo suporte poético e por ter me ensinado o hino do flamengo. Ao Tofu, por ser meu queijinho de soja gostosinho que me faz tão feliz!

A Marilou com quem partilho o sonho de um mundo melhor. Nunca me esquecerei que em meio a uma insurreição (após o assassinato de um adolescente por um policial) ela tirou a máscara de gás de seu rosto para colocar no meu. Afegartistô por ter me ensinado que το πάθος για την λευτεριά είναι δυνατότερο απο ολα τα κελιά (a paixão pela liberdade é maior do que todas as celas).

RESUMO:

O foco deste trabalho é o tratamento da violência policial contra a juventude negra pelas instituições que compõem o “sistema de garantia de direitos” em Brasília, Distrito Federal. Para tanto, recorro à análise de processos infracionais de jovens, entrevistas com agentes incumbidos no tratamento da violência policial, relato etnográfico do cotidiano da Vara da Infância e Juventude, e a interlocução com a criminologia crítica e a teoria pós-colonialista. A negação de direitos aponta para o fato de que a entrada destes jovens no sistema enquanto autores é um fator já marcado pela seletividade punitiva racista do Estado. Analiso, por meio de entrevistas com agentes investidos na “garantia de direitos”, a continuidade da lógica criminalizante destinada a este segmento. O resultado deste trabalho aponta para a percepção de quem é o verdadeiro inimputável do sistema punitivo direcionado à juventude criminalizada.

Palavras-chave: violência policial, racismo, juventude criminalizada, violência institucional, direitos humanos

ABSTRACT:

The focus of this work is the handling of police violence against black youth by the institutions that comprise the "guarantee of rights" in Brasília, Distrito Federal. The article leads on analysis of some cases of procedure, interviews with staff responsible for the handling of police violence, the daily reporting of ethnographic Court of Childhood and Youth, and interaction with critical criminology and post-colonialist theory. The denial of rights points to the fact that the entrance of these young people in the system as authors is a fact already marked by the racist punitive selectivity of the state. I analyze, through interviews with the staff invested in the "enforcement of rights", the continuity of the criminalize logic to this segment. The result of this work leads to the perception of who is the one that is unpunished in the punishing system of youth.

Keywords: police violence, racism, youth offense, institutional violence, human rights

LISTA DE SIGLAS

CAJE	Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CESAMI	Centro Sócio-Educativo Amigoniano
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LA	Liberdade Assistida
PIA	Processo de Infração do Adolescente
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SEMSE	Seção de Medidas Socioeducativas
VII/DF	Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal
CDS	Centro de Desenvolvimento Social
BO	Boletim de Ocorrência
NICEAP	Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial
DCA I e II	Delegacia da Criança e do Adolescente I e II
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
MP	Ministério Público
PDIJ	Promotoria da Infância e da Juventude
MBA	Mandado de Busca e Apreensão
IML	Instituto de Medicina Legal
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
PM	Policial Militar
PAAI	Processo de Apuração de Ato Infracional
APM	Academia de Polícia Militar
APC	Academia de Polícia Civil

Sumário

INTRODUÇÃO: OSSOS DOS OFÍCIOS.....	12
---	-----------

CENAS DO COTIDIANO.....	18
--------------------------------	-----------

Extermínio silenciado	
Cemitério de Bicicletas	
O presente de aniversário	
As algemas da juventude	
A Vara da polícia na Infância e Juventude	
Retrato das Delegacias da Criança e do Adolescente (DCA I e II)	
As cores mudam no CAJE	
Situação dos meninos	
Ameaça de morte dentro de casa	
A tropa da elite	
Surdez para quem grita	
Atentado violento ao pudor é eufemismo: o nome disso é ESTUPRO	
Transporte para infrator? Só se for o camburão	
Espelho institucional: A censura da Vara da Infância e Juventude	
Outros olhares cotidianos	

AS LÓGICAS QUE EXECUTAM A LEI.....	63
---	-----------

Coquetel para todos	
I. Introdução: O sistema de garantia de direitos	
II. O discurso do promotor do controle externo da polícia militar	
* A materialidade e a representação	
*A frágil credibilidade do/a jovem face à solidariedade entre os pares	
*O [não] controle da letalidade da polícia	
*A impunidade na fala dos promotores	
III. O discurso dos promotores da infância e da juventude	
IV. O discurso da defensora pública da infância e da juventude	
V. O discurso da delegada de proteção da infância e da juventude	

- VI. O discurso dos técnicos da Academia de Polícia Civil e Militar
- VII. O discurso do legista do Instituto Médico Legal
- VIII. O discurso dos Corregedores da Polícia Civil e Militar
- IX. O discurso dos Delegados da criança e do adolescente

O INIMPUTÁVEL.....91

A “abertura democrática” e o Estatuto da Criança e do Adolescente
 A “vida que não merece ser vivida”: a juventude negra e o estado brasileiro
 Crimes cometidos, violações silenciadas e as lógicas permissivas
 Lógicas permissivas e a inimputabilidade do estado

REFERÊNCIAS.....110

ANEXOS.....128

- I. Questionário sobre violência policial (VIJ)
- II. Pesquisa realizada durante o estágio na VIJ: informações sobre a violência policial nos processos
- III. Perfil dos adolescentes que sofreram violência policial (VIJ)
- IV. Perfil dos jovens que morreram enquanto cumpriam medida socioeducativa no DF entre 2003 e 2005
- V. Organograma da Vara da Infância e Juventude
- VI. Situação dos adolescentes
- VII. Análise do discurso do Cordenador da Promotoria da Infância e Juventude do DF
- VIII. Fluxograma da denúncia de violência policial: da apreensão do jovem a trajetória no sistema de garantia de direitos
- IX. Imagem exposta nos painéis dos corredores da Vara da Infância e Juventude
- X. Comentário à monografia de Tiago Eli Lima Passos

Flagrante

Réu: o Estado

Vítima: a Infância e a Juventude

Crime: Racismo, homicídio, roubo, tortura, estupro, omissão, maus-tratos, discriminação, ameaça

Sentença: Implosão

INTRODUÇÃO: OSSOS DOS OFÍCIOS

“Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova de absoluta autoridade. Os pretos ficavam apavorados. As mulheres pretas saíam, iam nas vendas retirarem seus filhos e seus esposos.”

Carolina Maria de Jesus¹

Os prédios são de concreto. As pessoas que neles trabalham supõem estar vivas, mesmo que suas ações sejam desconectadas da realidade que produzem. Isso porque, dentro dos prédios de cimento, os corpos ficam enterrados. Alguns compõem o esqueleto das construções. Candangos já esquecidos, talvez eles nunca tenham sido lembrados. Os outros corpos mortos ali dentro perderam a vida pela continuidade de funcionamento em prol de um projeto genocida há muito tempo nomeado.²

A história pode ser contada de inúmeras formas, por muitíssimos olhares. Muitas pessoas estão envolvidas na narrativa, e são personagens-diário. Existem os grandes e os pequenos, na estrutura hierárquica dos homens, e as nem tão grandes e as muito pequenas, compondo um deslocamento no arranjo patriarcal.

Os ossos no concreto e nós aqui, passando sobre eles com a indiferença necessária para mantermos o bom humor. Nunca conseguiria falar sobre a violência do Estado sem localizar o que há de mais concreto em todos estes corpos. Vários já exterminados, e muitos aguardando encarcerados. Corpos de jovens que cismam em se emancipar pela punição³.

Nós, com o sentido de coletividade que este pronome acentua. Sou uma mulher branca falando sobre a violência contra a juventude negra. Retomo estes lugares para me colocar no meu devido lugar. É graças à resistência secular dos/as que foram excluídas do projeto da nação que falar sobre racismo é possível. Violentemente

¹ Este trecho foi retirado da obra literária “Diário de Bitita” da escritora negra Carolina Maria de Jesus, moradora da favela do Canindé em São Paulo na década de 1960.

² Este trecho foi inspirado na obra “Corpo Negro Caído no Chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro.” (2008) da autora e militante do movimento negro Ana Luiza Flauzina.

³ Adorno discorre sobre a experiência precoce da punição e faz uma retomada histórica das legislações e práticas penais para a infância e a juventude no Brasil (1991).

alocados dentro de muros que proíbem o acesso ao império, freqüentam as instituições do Estado na qualidade de infratores⁴. Nós, brancos/as, freqüentamos o império na qualidade de servidores/as.⁵

A questão deixou de ser quem é vítima e quem vitima quando alguns deles pegaram um 38 e colocaram na cabeça de um “herdeiro da casa grande”. Isto já faz muito tempo, acho que desde quando inventaram a nação. Os meninos, fartos de chibatadas, resistiram como podiam à sua condição de subalternizados. E era óbvio que os perpetuadores do império não poderiam permitir que os seus poderes fossem por um segundo ameaçados. Para tanto, eles investiram muito nos capitães do mato.

Escolhi contar a história por prismas específicos. Foi mais ou menos assim que tudo começou: estava caminhando pelos corredores da universidade de Brasília quando visualizei um cartaz anunciando uma vaga de estágio. Procuravam um estudante⁶ de sociologia para tocar uma pesquisa sobre a violência policial com os adolescentes em conflito com a lei. Pensei naquele momento que trabalhar com este tema era tudo o que eu queria enquanto experiência de estágio, já que me afinava politicamente com as discussões acerca da violência do Estado contra a juventude.

Burocracias resolvidas, o meu contrato foi finalmente efetuado. O ambiente de trabalho era a Vara da Infância e da Juventude, vinculada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Em uma imensa sala, cerca de 10 técnicas judiciárias, 5 estagiárias e 2 terceirizadas trabalhavam com os processos e com a orientação da medida sentenciada aos adolescentes criminalizados.

A seção na qual estagiei é responsável por fiscalizar as unidades de internação e as casas de semiliberdade dos adolescentes que são criminalizados, além de orientar os jovens que estão cumprindo medida sócio-educativa. As técnicas que trabalham nesta seção possuem formações variadas como pedagogia, psicologia, direito, serviço social e

⁴ O uso do masculino genérico aqui é para evidenciar o fato de que a população jovem criminalizada, no contexto que irei tratar, é massivamente do sexo masculino.

⁵ Outra obra que inspira a reflexão sobre a branquitude da violência neocolonial é “Branqueamento e branquitude no Brasil” da psicóloga e militante Maria Aparecida Silva Bento (2002).

⁶ O masculino aqui não é genérico, e sim intencional. Deve-se ao fato de que após me contratarem fiquei sabendo que as funcionárias na verdade preferiram os homens que se candidataram. Segundo elas, infelizmente, o rapaz que correspondia aos critérios estava prestes a se formar e não pôde assegurar a vaga. Este fato (expresso por meio de brincadeiras) me fez pensar sobre o meu lugar durante o trajeto do estágio. Logo depois de correr o risco de não ser admitida por ser mulher, não há outras características

sociologia.

As estagiárias estavam cursando, em sua maioria, psicologia e serviço social. As funcionárias da seção decidiram contratar uma estagiária da sociologia para trabalhar com a elaboração de perfis sociais dos jovens, bem como para realizar pesquisas com temas pontuais. A primeira pesquisa da lista havia se iniciado em 2005, e jamais conseguiram dar prosseguimento. O tema era a violência policial contra os adolescentes em conflito com a lei.

As funcionárias da seção contaram em inúmeros momentos a história desta pesquisa. A motivação inicial pautada por elas era investigar e quantificar a violência policial que tantos adolescentes relatavam nos atendimentos diários. Ainda em 2002, elaboraram um relatório informando ao Juiz de Direito da VIJ a preocupação com a questão, e citando alguns dados coletados:

Os dados que se seguem foram colhidos em pequena amostragem de 55 jovens e referem-se a questões do tópico IV-3 constantes no formulário de pesquisa, em anexo. Do total, 47,27% (26) não sofreram nenhum tipo de violência, 45,45% (25) sofreram algum tipo de violência por parte de policiais e 7,26% (4) somente presenciaram a violência em outra pessoa. (Relatório Técnico nº 19/2003, VIJ)

A resposta do Juiz para o relatório foi a indicação para que a seção realizasse uma pesquisa sobre o tema. Para tanto, as funcionárias elaboraram um instrumental de produção de dados que consistia na aplicação de um questionário ao jovem que respondesse positivamente a pergunta sobre ter sofrido violência policial.

Este questionário continha perguntas como: qual foi o tipo de violência que o adolescente sofreu; quais as circunstâncias e a identificação do policial; se o jovem havia denunciado e, em caso negativo, o motivo; se havia recebido alguma informação sobre a denúncia; e onde o informaram⁷. No primeiro dia de estágio, estes questionários já preenchidos foram entregues em minhas mãos para que eu usasse a imaginação para tabelá-los.

aparentes que pudessem me desqualificar na seleção, mas sim pelo contrário.

⁷ Questionário no anexo I.

Os dados eram estarrecedores. Apesar da desorganização do sistema de informações⁸, ficou evidente a brutalidade a qual estes jovens são rotineiramente submetidos. Eu pensava sobre como o meu trabalho ali era importante, já que, através dele, poderia subsidiar a denúncia de maus-tratos direcionados à juventude criminalizada.

Em uma discussão sobre os dados, uma das técnicas sugeriu lermos os processos infracionais dos jovens para analisar a presença da violência policial. Como o grupo que havia respondido aos questionários era de 120 adolescentes, decidimos inicialmente requisitar apenas os processos dos jovens que responderam ter denunciado a violência. Assim poderíamos perceber os procedimentos no sistema decorrentes à denúncia do jovem.

A análise dos autos que subseguiu me marcou muito. Nos processos havia raríssimas referências a violência policial⁹. Nos poucos casos que continham algum relato, este estava registrado no Boletim de Ocorrências, expedido pela Delegacia da Criança e do Adolescente, ou no interrogatório do jovem. Ou seja, justo nos dois momentos do sistema em que sua criminalização é reencenada por meio da “narração dos fatos”.

É impressionante como, mesmo nos raros casos em que a fala sobre a brutalidade sofrida estava contida no processo, não havia nenhum tratamento institucional da denúncia por parte do sistema que se auto-intitula como de “garantia de direitos”. Em um caso analisado, por exemplo, a violência sofrida apareceu em vários autos e o jovem foi transportado de instituição em instituição, sem que em nenhum momento a violência policial que relatou fosse sequer encaminhada para investigação. Neste caso, o laudo do IML retornou confirmando as lesões, apenas após o jovem ser sentenciado pela VIJ¹⁰.

Com os dados dos processos infracionais em mãos, decidimos investigar o trâmite da denúncia de violência policial. Para tanto, recorremos a entrevistas com representantes das instituições partícipes do sistema pelo qual o jovem transita. O

⁸ Não havia, por exemplo, uma estimativa *a priori* dos jovens que responderam negativamente a violência.

⁹ Há alguns dados desta pesquisa no anexo II.

¹⁰ Fluxo do Processo de Execução de Medida Sócio Educativa nº 2004.01.3.004228-2 do jovem no anexo VIII.

primeiro lugar procurado para saber sobre o funcionamento da denúncia de violência policial dentro do Estado foi o Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NICEAP), vinculado ao Ministério Público. Participei destas reuniões enquanto estagiária da Vara da Infância, anotando as informações que os promotores expunham sobre a violência da polícia com a juventude criminalizada. Um dos Promotores sugeriu que entrevistássemos o Corregedor da Polícia Militar para que nos explicasse como funciona o controle interno.

Após a entrevista com o Corregedor, entrevistamos uma Defensora Pública, Promotores da infância e Juventude (PDIJ), Delegados das Delegacias da Criança e do Adolescente (DCA) e uma Delegada da Delegacia de Proteção da Criança e Adolescente (DPCA). Esta última, ao nos interrogar de forma irônica sobre o que considerávamos violência policial, sugeriu que conhecêssemos a Academia de Polícia Civil para que nos informássemos melhor sobre as práticas legítimas de ação da polícia. Entrevistamos ainda um legista do Instituto Médico Legal (IML), para compreendermos a elaboração do laudo expedido por esta instituição.

Apenas nas reuniões com a Corregedoria da Polícia Civil e com o Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude (VIJ) eu não estive presente. A primeira porque no dia da reunião não fui ao estágio. Quanto ao Juiz da VIJ, durante o período em que estagiei, ele não recebeu o nosso pequeno grupo de pesquisadoras.

Neste período de estágio, participei ainda da realização de dois grupos focais com adolescentes que convidamos para falar sobre a violência policial. Além disso, meu contato com estes jovens ocorreu em outros momentos, através do acompanhamento de alguns atendimentos de orientação da medida, e também pela realização de uma pesquisa sobre o filme “Tropa de Elite”¹¹.

Paralelamente à pesquisa que auxiliei a elaborar para a Vara da Infância e Juventude, realizei entrevistas, exclusivas para esta monografia, com jovens que sofreram violência policial. Além destas entrevistas, utilizei a entrada em campo que o estágio me possibilitou para investigar questões sobre o cotidiano da VIJ, como o depósito de bicicletas abandonadas e o processo infracional de um jovem executado por

¹¹ O filme “tropa de elite”, segundo o Wikipedia (projeto mundial de enciclopédia livre), é um filme brasileiro produzido em 2007, dirigido por José Padilha. Tem como tema as ações do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

um policial. Realizei ainda entrevistas com ex-estagiárias da Seção para perceber outros olhares sobre o cotidiano do trabalho na VIJ.

O tom desta etnografia é marcado pela contribuição da criminologia crítica¹² vinculada à teoria pós-colonialista sobre as práticas do Estado policial. Este marco teórico foi utilizado como lente para fazer jus ao cenário de violência estatal a qual a juventude negra é submetida. A teoria, porém, por seu caráter de abstração, fica reduzida em face da realidade crua. Sua função neste trabalho é a de localizar a existência de um diálogo que informa o olhar etnográfico.

No segundo capítulo desta dissertação, exponho alguns pontos centrais que apareceram no discurso dos funcionários das instituições entrevistadas. Esta análise discursiva é importante para perceber a continuidade e legitimação da violência policial. Alguns agentes inclusive justificam a violência sofrida pelo jovem e outras acobertam violações de direitos.

A terceira parte desta dissertação é uma argumentação orientada pelos exemplos etnográficos, que relaciona a história do estado brasileiro com a violência direcionada para a juventude negra. Nesta seção, relaciono teorias pós-colonialistas e a criminologia crítica para propor um olhar contextualizado à violência estatal contra este segmento. Este capítulo é também a consideração final da etnografia exposta nas duas primeiras seções.

O primeiro capítulo é uma etnografia do cotidiano que vivenciei durante a pesquisa sobre violência policial contra a juventude. Este primeiro momento flagra os efeitos dos discursos expostos na segunda parte deste trabalho. Cada trecho inicia com um artigo dos direitos humanos para evidenciar a desumanização a qual os jovens são diariamente submetidos. As letras de Hip Hop, que se auto-intitula a voz da periferia¹³, anuncia o que está por vir.

¹² A “Criminologia Crítica” é resultado do encontro da “criminologia radical” desenvolvida nos Estados Unidos e a “Nova criminologia” desenvolvida na Inglaterra entre às décadas de 1960 e 1970. (ANDRADE, V. in FLAUZINA, A.)

¹³ No anexo I da tese de doutorado da autora Carla Coelho de Andrade aprovada em 2007 pelo Departamento de Antropologia da UnB, “Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade no Distrito Federal”, há uma elaboração sobre a história do movimento hip hop no Brasil. A autora entrevistou rappers que explicaram o motivo de se auto-intitular a voz da periferia: “A gente é a voz da periferia. Aquela voz que eles não têm, nós somos essa voz, a gente fala por eles. (...) A gente manda idéia pra rapaziada – ‘aí meu irmão, pense na sua vida, periferia, seus irmãos’ –, pra quem tá sem rumo, fala do sistema, informa. Uma coisa é certa: nós podemos mudar o mundo”

Cenas do Cotidiano

Brasília: Os miseráveis

Vitor nasceu no jardim das margaridas
Erva daninha nunca teve primavera
Cresceu sem pai, sem mãe, sem norte, sem seta
Pés no chão, nunca teve bicicleta

Já Hugo não nasceu, estreou
Pele branquinha, nunca teve inverno
Tinha pai, mãe, caderno e fada madrinha

Vitor virou ladrão
Hugo salafrário
Um roubava pro pão
Outro pra reforçar o salário
Um usava capuz
O outro gravata
Um roubava na luz
O outro em noite de serenata
Um vivia de cativo
O outro de negócio
Um não tinha amigo, parceiro
O outro, sócio
Retrato falado, Vitor tinha a cara na notícia
Enquanto Hugo fazia pose pra revista
O da pólvora apodrece penitente
O da caneta enriquece impunemente
A um só resta virar crente
Enquanto o outro é candidato a presidente

GOG¹⁴

¹⁴ Este poema é de autoria do rapper e militante do movimento negro GOG que se inspira na politização da juventude da periferia de Brasília para escrever as suas letras. Mais informações podem ser encontradas em <http://gograpnacional.com.br/>

Extermínio silenciado

Todo ~~homem~~¹⁵ humana/o tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (Artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“O rabecão não parou um instante. A cada depoimento um arrepio. Um pai confirma ao vivo que é mesmo de seu filho o corpo quase irreconhecível vítima de uma seção de tiros. Periferia segue sangrando” GOG

Em frente ao computador tabelo dados. Alguns gráficos falhos em ilustrar a tortura. Falhos porque seu estatismo não grita. A estagiária ao lado faz ligações com a realidade por trás dos dados:

- Liguei agora para um menino para avisar sobre um curso e o seu pai disse que ele foi assassinado. Parece que foi assaltar o filho de um policial e o policial matou ele. O pai disse que procurou o CDS várias vezes, mesmo com dificuldade por ser cego, para pedir o acompanhamento do menino porque ele iria morrer a qualquer momento, e no CDS disseram que não poderiam atender sem o ofício da Vara da Infância e Juventude.

Descubro que este pai esteve também várias vezes na Vara contando a mesma história, e disseram que o ofício nunca chegou ao CDS por problemas de ordem cartorária. Escuto falarem que mesmo diante de um caso desses o Estado não fez nada para o menino. Só consigo pensar que acabou executando-o com a sua própria arma. Algumas funcionárias falam que o assassinato não tem relação com violência policial, que não se pode afirmar isso *a priori* já que o caso pode ser de vingança e não de um policial em serviço. Não consigo dissociar a origem da execução da corporação policial.

Passo uma semana lendo o processo que gerou sua entrada no sistema. No Boletim de Ocorrência estava escrito que ao roubar o celular de uma moça o menino estava montado em uma bicicleta. Descubro também que quando foi preso, apreenderam a sua bicicleta; QUE¹⁶ o celular da moça foi devolvido, mas a bicicleta foi encaminhada para a VIJ só podendo ser retirada mediante nota fiscal; QUE já no

¹⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no texto original se respalda em uma noção de “homem” universal, o que exclui, entre outras possibilidades, as mulheres.

¹⁶ O uso das letras maiúsculas neste texto é um recurso estilístico para se referir à linguagem inquisitorial utilizada nos inquéritos dos jovens.

Boletim de Ocorrência ele era MENOR INFRATOR em letras garrafais, QUE tinha um boletim de informações com seus aspectos físicos gerais: Sexo (Masculino), compleição (magro), altura (1,60), cor (parda), cor do cabelo (preto), tipo do cabelo (crespo), cor dos olhos (castanhos), cicatriz (rosto)¹⁷; QUE a delegada da criança e do adolescente que assina seu BO é a mesma que hoje em dia delega na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; e QUE seu pai havia informado que ele estava sendo ameaçado de morte.

Alguns dias depois levamos seu nome junto com o de outros meninos que foram torturados e de uma menina que foi violentada sexualmente por policiais ao Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial para saber de possíveis investigações. Descubro que esta promotoria sequer tem um acompanhamento dos casos de homicídio e que quem faz isso, em vários casos, é a própria polícia. Percebo também que os promotores têm um discurso muito afinado com o discurso do BO para falar do MENOR INFRATOR, sempre em letras garrafais.

No processo havia também uma apelação especial da promotoria exigindo uma sentença mais gravosa para o adolescente. Aqui, uma frase sintomática: “À evidência, constata-se que o jovem demonstra personalidade desviada, tendente a trilhar pelo submundo da delinquência, desrespeitando as regras de uma sociedade organizada”¹⁸.

Sociedade organizada para exterminá-lo. Nela a vida de um menino vale a bala que o matou e a sua morte não vale sequer um número em estatísticas oficiais.

Cemitério de bicicletas

I) Todo o/a humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

(Artigo 17 – Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Lá longe, onde os olhos míopes de uma miopia estatal não querem ver, jazem quase 3.000 bicicletas em um improvisado depósito que se aproxima a uma instalação

¹⁷ Alguns destes dados foram modificados para preservar a imagem dos adolescentes. Somente as características raciais foram mantidas.

¹⁸ Processo de Medida Socioeducativa nº 2007.01.3.002757-8.

artística pelo seu aspecto plástico. Improvisado, porque depósito que se preze é ao menos coberto, e este é a céu aberto mesmo. E faça chuva ou faça sol, lá estão elas amontoadas, de forma que mesmo perto é difícil identificar que são bicicletas.

O efeito visual da cena é impactante. Afinal, não é todo dia que se vê uma montanha de bicicletas destinadas a não rodar mais, em um abandono definitivo, como uma gigantesca sepultura. Umas em cima das outras, sem cair graças ao escoramento que suas companheiras proporcionam, descansam nesse destino final. Algumas já cobertas pelo mato, a maioria enferrujada, e as sortudas em ter alguma utilidade, tornaram-se suporte para as formigas fazerem suas casas, testemunhando o longo tempo que ali estão. Em uma boa parte é possível perceber que na verdade chegaram há pouco, mas o ritmo de um abandono já decretado as caracteriza. Junto a suas couraças, papéis com números de processos remetem a sua existência à esfera infracional.

Descubro logo que a cena se repete também na Delegacia da Criança e Adolescente I, que também possui o seu imenso depósito de bicicletas abandonadas. A pergunta óbvia “De onde vêm essas bicicletas?” é respondida pela leitura dos processos infracionais. São elas as bicicletas retiradas dos adolescentes que foram apreendidos pela polícia enquanto pedalavam.

Um tempo depois, entro em contato, por acaso, com a execução de um menino pelas mãos de um policial. Seu processo infracional anuncia que sua bicicleta foi apreendida e encaminhada para a Vara da Infância e da Juventude. Consta nele também a necessidade de comprovação da propriedade mediante nota fiscal para que haja devolução¹⁹, que para o discurso do direito parece tão legítima. Depois da sua execução silenciada, fico sabendo que sua bicicleta ainda está lá, para sempre ao relento.

¹⁹ O trecho a seguir integra o Processo de Execução de Medida Sócio Educativa nº2007.01.3.002757-8 do adolescente que foi executado por um policial cujo relato consta anteriormente: “Intime-se o adolescente para comparecer em Juízo e manifestar interesse na restituição da bicicleta apreendida nos autos, fl. 16, comprovando a sua propriedade. Nos autos de Execução, aguarde-se o envio de relatório. Brasília, 18 de junho de 2007.



Cemitério de bicicletas apreendidas pela polícia no depósito da VII



Bicicletas apreendidas pela polícia, abandonadas no depósito da VII

O presente de aniversário

Toda humana tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.

(Artigo 10 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“Cadê o meu presente, o meu abraço? A bicicleta que eu sonhei não vem com o laço. Não tem bolo, nem alegria. É dia das crianças, mas não na periferia.”

Facção Central²⁰

São inúmeros os processos sediados na Vara da Infância cujos autos permitem flagrar evidências ou indícios de casos de tortura, praticada contra os corpos dos “menores infratores”. Após a leitura de muitos, percebi que não há informações sobre as violações de direitos no processo, apenas a monstificação dos jovens²¹. O discurso do Boletim de Ocorrência é onipresente em todas as instâncias do sistema punitivo, chamado, ironicamente, de sistema de garantia de direitos. É impressionante como até os laudos da equipe psicossocial, que faz relatórios de acompanhamento dos jovens, os criminalizam com bases moralistas muito semelhantes às que motivam os policiais a apreendê-los: situação empregatícia, estrutura e histórico familiar, uso de drogas etc.

Este retrato particular é sobre um menino que relatou sofrer violência policial no momento em que foi preso. Seu registro verbal relata a entrada de policiais na residência sem mandado, bem como o roubo de seu dinheiro e o uso desnecessário de algemas, dada a sua fragilidade e menor tamanho.

B.O.

Ato Infracional – Porte de Drogas

Vítima – O Estado

No Boletim de Ocorrência, próximo ao seu perfil (Cor: morena, sexo:

²⁰ Este trecho foi retirado da música “12 de outubro” produzida pelo grupo Facção Central. Segundo artigo de autoria anônima publicado na Wikipédia (projeto global de manutenção de uma enciclopédia livre), os componentes Eduardo (compositor/intérprete) e Dum Dum (intérprete) conviveram desde a infância com violência social, tráfico de drogas, violência policial, delegacias e presídios.

²¹ Como pode ser visualizado nas estatísticas do anexo II.

masculino, Tatuagem: cruz na perna esquerda, grau de instrução: 5ª série)²², o objeto envolvido: 2 cigarros de maconha. O Histórico do comunicante: “Nesta especializada nos informou que quando passava pelo local avistou dois indivíduos em atitude suspeita, e ao abordarem, foi encontrada em poder do adolescente a substância acima descrita”.²³

Ao comparar o endereço de sua residência com o de sua abordagem, percebo que se trata do mesmo, porém com o número da casa diferente. Penso na facilidade de manipulação por parte dos policiais deste dado, já que são os próprios que comunicam as informações do BO. Este foi o cenário da violação: invadiram a sua casa, roubaram o seu dinheiro e o algemaram em seguida.

O menino morava com a mãe, que trabalha como empregada doméstica, e possuía apenas o seu salário como fonte de renda. O processo segue e o menino não é sequer julgado, porque assina uma remissão. Esta ação cede ao Ministério Público, amparado pelo ECA, o poder de determinar a medida a ser aplicada sem que o adolescente passe por audiência no judiciário. O trecho abaixo foi retirado do processo infracional do adolescente:

Ao criar o instituto de remissão como forma de exclusão do processo, concedida pelo MP, o ECA procura evitar a movimentação da máquina judiciária quando **o adolescente não tenha personalidade voltada para a prática de ilícitos**. A finalidade da legislação menorista é a reeducação e ressocialização do adolescente infrator, o que já está sendo atingido e será ainda reforçada com a medida a ser cumprida pelo menor.²⁴

Então quer dizer que a “*prática de ilícitos*” é cunhada pela personalidade e não pela evidência. Reeducação, ressocialização... Palavras vazias de um sistema de extermínio que anuncia a retirada da sociedade daqueles que incomodam para não ter que lidar com o fato de que estas pessoas são geradas pela mesma sociedade. Daí “ressocializar” ser apenas para aqueles que não possuem “personalidade voltada para a prática de ilícitos”, porque, se a conclusão for esta, o sistema reservou o cárcere e a bala.

²² Mantive apenas a descrição racial do adolescente com vistas a não o expor ainda mais.

²³ Processo de Medida Socioeducativa 2005.01.3.002993-0

O adolescente recebe a medida de Liberdade Assistida para que possa ser acompanhado pelo Centro de Referência de Assistência Social. Menos de um ano depois, aparece no processo infracional o relatório informativo. Neste documento está a informação de que sua mãe ligou avisando que o jovem está detido no Centro de Detenção Provisória (unidade do sistema carcerário para adultos) respondendo por *roubo qualificado*.

Em seguida, encontrei o parecer pela revogação da medida, e a promotoria se manifesta oficiando a “extinção do presente feito”. Para justificar o procedimento, o promotor explica que diante do *roubo qualificado*, “os esforços do sistema de Justiça da Infância e da Juventude foram insuficientes para recuperação do jovem”.

O *roubo qualificado* aconteceu no dia do seu aniversário de 18 anos. Segundo o inquérito, desta vez na promotoria de adultos, em seu depoimento o menino informa que estava em casa quando um amigo foi visitá-lo. O interrogatório prossegue, colocando a voz do rapaz entre aspas:

O Interrogando estava fazendo aniversário e nunca tinha feito uma comemoração, todavia, não tinha dinheiro e, em razão disso, aceitou o convite para fazer o assalto.

Convite aceito, os dois jovens efetuaram o assalto de uma bicicleta. Como a corrente da bicicleta estava estragada, eles não conseguiram fugir e então foram presos por policiais aclamados como heróis pela sentença.

Encontrei a sentença na internet, já que quando alguém responde ao sistema na condição de imputável (isto é, maior de 18 anos) seu processo é público. No sítio do MPDFT consta a história do *roubo qualificado* bem como o nome completo do adolescente que estava com ele. Além da publicação do nome, consta nitidamente o pedido das passagens infracionais do menino:

(...) a Acusação requereu a juntada da Folha de Passagens do adolescente.

Consta também um questionamento sobre as suas passagens no sistema da infância e juventude: “...que o Interrogando nunca teve qualquer passagem pelo CAJE” – o que também, por enquanto, contraria o ECA, já que este documento não poderia ser

acessado após a maioridade. Por enquanto, porque as correntes mais afoitas em criminalizar jovens estão se movimentando para aprovar uma lei que permita o acesso às passagens. Pelo visto a lei é desnecessária, já que está colocada em prática mesmo contrariando o estatuto vigente. Sua sentença: 4 anos de reclusão em regime semi-aberto por desejar ter uma bicicleta. A bicicleta foi restituída sem maiores burocracias uma vez que nesta situação ela não pertencia aos inimigos do Estado. Enquanto isso, todas as outras milhares de bicicletas roubadas dos meninos pelos policiais apodrecem dentro da Vara da Infância...

As algemas da juventude

Todos/as são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos/as têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

(Artigo 7 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“Quem é preto como eu já tá ligado qual é, nota fiscal, RG, polícia no pé. O primo do cunhado do meu genro é mestiço, racismo não existe, comigo não tem disso, é pra sua segurança. Falou, falou, deixa pra lá. Vou escolher em qual mentira vou acreditar”

Racionais MC's

A Vara da Infância tem uma estrutura física arquitetada para a hierarquia. Lá em cima das rampas, como um altar, está o gabinete do juiz. Na porta, ao seu serviço, um policial militar entedia-se sentado o dia inteiro. As salas próximas são para a assessoria do juiz, sala chiquérrima de reunião, e, óbvio, uma copa particular²⁵.

Abaixo da rampa está de um lado a cantina e do outro as seções de medidas socioeducativas e de estudos técnicos, o comissariado e o berçário. Salas de atendimento de acústica peculiar, já que tudo que se fala é compartilhado entre todas as salas por conta da estrutura de madeira, e ao lado um salão com bancos para o público sentar. Na frente das seções também estão alguns bancos onde a juventude negra, acompanhada quase sempre por suas mães, aguarda atendimento.

²⁵ Organograma da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal no anexo V.

Enjôo cotidiano. A cena invocada nem sempre é de meninos que permanecem sentados. Muitas vezes eles percorrem aqueles corredores não com a alegria dos meninos que são, mas sim com a cabeça em direção ao chão, algemados e guiados por policiais militares, estes sim de cabeça erguida. Espetáculo diário da subordinação racializada²⁶. Pelo que pude perceber, para funcionárias/os que lá trabalham, a cena é banalizada e muitas vezes justificada como garantia da segurança dos agentes do Estado e do impedimento de fuga do jovem.

Vi uma vez um policial puxando um menino pela algema e o empurrando dentro da sala com aquela brutalidade típica. Como estes meninos respondem ao judiciário, são obrigados a manter contato com as suas instâncias. Se não o fizerem, alguém do sistema oficial informando que o menino está evadido e sugerindo a condução coercitiva. Em seguida, o judiciário ou a promotoria expede o Mandado de Condução Coercitiva para que o oficial de justiça vá até a residência do adolescente e o leve para a Vara. Se não for encontrado, o judiciário ou a promotoria oficializa a corporação policial pelo Mandado de Busca e Apreensão (MBA)²⁷.

As lembranças que eu tenho geralmente são nesse sentido: o menino não é encontrado por bem, então o encontram por mal, sendo algemado em frente a sua comunidade pelos policiais autorizados pelo juiz a fazer o uso de força (essa autorização consta literalmente no MBA). A medida, obviamente, não considera que estes meninos, além de serem excluídos do conhecimento do funcionamento do sistema ao qual respondem, muitas vezes não têm moradia fixa pela situação de vulnerabilidade que a pobreza proporciona. Pensando do ponto de vista da ação policial, a quantidade de MBAs que é expedida pela promotoria e judiciário favorece a ação da polícia para abordar meninos estigmatizados (negros, com roupas específicas, moradores da

²⁶ A cena evocada pelos corredores contrasta com uma grande fotografia de uma criança branca de olhos verdes, como pode ser visualizada no anexo IX. A propaganda da instituição, certamente com a intenção suspeita de “humanizar” o público que atende, destoa do cenário cotidiano, no qual as crianças e jovens são visivelmente negras. Maria Aparecida da Silva Bento discorre sobre esta questão: “Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social usam quase exclusivamente o modelo branco. Freud identifica a expressão do amor a si mesmo, ou seja, o narcisismo, como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que gera aversões ao que é estranho, diferente” (BENTO, M. A. S. ; 2002).

²⁷ O Mandado de Busca e Apreensão seria diferente do Mandado de prisão, pois os adolescentes não podem ser presos e submetidos ao cárcere, mas sim a Medida Sócio-Educativa ou de Internação. O Mandado de Busca e Apreensão, ironicamente, é o mesmo recurso utilizado pelo Juiz para buscar animais e coisas (Busca e Apreensão de Veículo, por exemplo, que é muito comum em caso de Alienação Fiduciária).

periferia), aumentando o ciclo de criminalização desses jovens.

Para manter os meninos cativos ao sistema existem celas. E lá permanecem, todos os dias, dezenas de meninos trancafiados, desfilando algemados, escoltados por policiais erguidos. O tratamento é exclusivo para sua raça (não-brancos) e classe social, já que, obviamente nunca vi um menino privilegiado algemado lá dentro. Isso por um motivo: não são estes os jovens que respondem ao sistema punitivo, porque não são os acusados de terem uma “personalidade tendente a trilhar o caminho da delinquência”.

Para conversar com um adolescente algemado, pedi para algumas estagiárias que me chamassem quando fossem atender algum “menino da cela”. Todas as minhas impressões quanto à perversidade do sistema foram confirmadas pelo adolescente que, sem entender, foi parar na cela da Vara da Infância e da Juventude.

Um menino negro, algemado, de 16 anos e com jeito de criança, é escoltado por um policial alto e forte para a sala de atendimento. Com as suas mãos para trás, e a cabeça para baixo, ele entra na sala e se senta voltando os olhos para os nossos. Saio da sala, indo até onde estava o policial, e peço para que tire as algemas do menino. O homem fardado atende proferindo a frase “Qualquer coisa estou aqui na porta, viu?”. Reparamos que, para destrancar as algemas, o menino precisa ficar em uma posição de submissão muito humilhante, o que tristemente não foi a pior situação por que passou no último dia.

Perguntamos para o jovem qual foi a sua trajetória até a sala onde estávamos. Ele nos conta de quando conversava na rua com seus amigos e a polícia chegou dando “bacu”²⁸ em todos. Em seguida, um policial avisa que vai levar todo mundo para a delegacia. Quando o algemaram, ninguém explicou o motivo: “Eu perguntava por que tava sendo preso e ninguém sabia me dizer, só que tinha um MBA²⁹ lá pra mim”.

O menino informa que isso aconteceu no dia anterior. Espantada, pergunto o local em que dormiu naquela noite, e ele responde que havia sido no CESAMI³⁰. Lá, segundo ele, não havia colchão, coberta, nem nada, apenas um “troço de concreto” para

²⁸ Esta expressão se refere a “baculejo”, uma prática policial de revista, a qual os jovens são submetidos com frequência.

²⁹ Mandado de Busca e Apreensão

³⁰ Trata-se do Centro Sócio-Educativo Amigoniano, instituição de internação provisória para o qual muitos adolescentes são encaminhados.

servir como cama³¹. Neste momento, como o seu pai ainda não havia chegado, perguntamos se contactou os seus responsáveis desde sua chegada na cela da VIJ, e ele diz que não. Quanto à cela da VIJ, ele diz ser parecida com a da Delegacia da Criança e do Adolescente.

Quando perguntei se sofreu alguma violência policial no percurso, ele disse que apenas o de sempre: apertaram sua algema e o empurraram para colocar um monte de gente em um cubículo, 4 ou 5 pessoas dentro de uma viatura³². Contou que em outra ocasião os policiais reconheceram os meninos que o acompanhavam e agrediram a todos, e ele ficou muito machucado. Isso aconteceu no bairro onde mora, na Ceilândia. Segundo sua opinião, os policiais agem assim por raiva, porque pensam que alguém está fazendo coisa errada ou porque a pessoa gosta de vestir roupa mais folgada, tipo bermudão e boné.

Neste momento o pai do menino entrou na sala com ar desconcertado. Na Delegacia da Criança e do Adolescente, os policiais disseram a ele que não podiam fazer nada para o seu filho. Não sabiam explicar porque ele estava preso, apenas olharam no computador e viram um Mandado de Busca e Apreensão em seu nome.

Perguntamos a esse pai o que obviamente ninguém quis saber até então: o que sentiu ao ver o filho naquela situação. Ele balançou a cabeça e disse: “Ele sabe o que eu senti [Olhou para filho e começou a chorar]. Não precisava da gente passar por isso não! Ele tava em má companhia e pegaram ele. Adolescência é triste né... Não é justo fazer isso com ele. Ontem mesmo a gente viu um cara que esfaqueou o outro 38 vezes e saiu pela porta. Agora uma pessoa que não fez nada, passar por uma situação dessa, não é justo não. Se aqui é a justiça, vamos ser justos! Desestrutura a gente”.

A situação que o colocou no sistema punitivo foi uma briga na escola e a direção chamou a polícia para resolver. Quanto ao Mandado de Busca e Apreensão, o menino não soube explicar, disse apenas que mudou de endereço e não informou à Vara

³¹ Segundo o Art. 184 do Estatuto da Criança e do Adolescente: § 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e **com instalações apropriadas**, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, **sob pena de responsabilidade**.

³² Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional **não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade**.

seu novo contato. Eventuais problemas na escola agora não existem mais, já que o jovem não encontrou vaga próxima ao seu novo local de moradia.

No dia seguinte perguntei para alguns funcionários da VIJ sobre o funcionamento do Mandado de Busca e Apreensão. Queria saber quem poderia expedir-lo, se apenas o juiz ou também a promotoria. Eles não souberam me responder e, portanto, indicaram que eu perguntasse no cartório. O rapaz do cartório que me atendeu também ficou em dúvida, mas ao final disse que o MBA pode ser expedido apenas pelo juiz. Em face desta informação, um funcionário da seção, não satisfeito com a idéia de a responsabilidade recair apenas no judiciário, me mostrou um MBA expedido pela promotoria.

Em seguida, contamos a história do menino que dormiu no CESAMI sem ser informado do motivo de sua prisão. A reação dos funcionários foi a de duvidar que uma pessoa que responde ao judiciário não saiba o porquê de estar presa. Fiquei pensando no antagonismo presente em não saber informações básicas sobre o sistema para o qual se trabalha há muitos anos, como quem pode expedir um Mandado de Busca e Apreensão, e não admitir que muitos jovens não compreendem os procedimentos do sistema para o qual devem responder.



Baculejo: abordagem policial freqüente com os jovens negros³³

³³ Esta imagem foi retirada da dissertação de doutorado aprovada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília “Entre Gangues e Galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal”, da autora Carla Coelho de Andrade.

A Vara da polícia na Infância e Juventude

Todo/ a humano/a tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

(Artigo 8 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Dentro da Vara da Infância existe uma cela. Seu lugar ali é de anunciar que o cárcere é onipresente dentro do Estado, mesmo para a juventude, e, quem diria principalmente para este segmento. É de franqueza quanto ao projeto de encarceramento da juventude negra, em todas as instâncias de um sistema que se diz protetivo. É, também, como todas as celas sabem ser, cenário de violência. Realidade que acompanhei sem acreditar.³⁴

Eu estava tabelando os dados de violência policial perpetrada contra adolescentes sentada em minha mesa. Uma funcionária da seção se ausenta para atender um “menino da cela”. O jovem algemado é encaminhado para orientação quanto ao cumprimento devido da medida a qual foi sentenciado. Ao retornar, a funcionária relata, como de costume, o atendimento ao jovem. Após explicar a situação para as demais funcionárias e estagiárias, ela elabora um relatório informativo para o juiz de direito da VIJ informando a situação:

Na entrevista o adolescente denunciou que sofreu violência por parte dos policiais que atuam junto à cela deste Juízo. O jovem solicitou à técnica que o atendeu que levantasse sua camiseta para que mostrasse as marcas que estavam em suas costas, as quais, segundo ele, doíam muito. Declarou também ter sido enforcado. As marcas realmente estavam evidentes no corpo do jovem. Diante da grave denúncia, sugerimos que o rapaz seja imediatamente encaminhado para exame de corpo de delito, a fim de que seja esclarecida a origem de tais hematomas. (Relatório Informativo, Nº 050/08, do PIA 3602-9/07)

Como visto acima, a funcionária colocou neste documento a confirmação de que as marcas realmente estavam evidentes no corpo do jovem. E diante desta denúncia sugeriu neste relatório informativo que ele fosse “imediatamente encaminhado para

³⁴ Esta cela é situada no bloco central da VIJ. Quando passamos pelos corredores do bloco, podemos apenas avistar a porta de madeira, guardada por um policial militar. Mesmo trabalhando como estagiária da instituição, jamais me permitiram entrar no local, exigindo em todas as minhas tentativas uma autorização burocrática. Uma ex-estagiária me disse, certa vez, que a cela “fede a mijó” e que é

exame de corpo de delito, a fim de que seja esclarecida a origem de tais hematomas”³⁵.

Logo após a funcionária ter expedido o documento, apareceu um homem na sala em que estávamos conversando sobre o absurdo da situação. Pela postura expressa, acredito que este homem era o responsável pela cela. Em tom agressivo e irônico perguntou quem havia atendido o jovem. Direccionando-se para a funcionária em questão, começou a falar em um tom que oscilava entre ameaça e descaso, que “o menino estava fazendo gracinhas com as meninas da cela” e que “elas estavam querendo mostrar os peitos para ele”. Para continuar a justificativa da violência, ele afirma: “e esse menino nem é de menor não, viu?”. Ou seja, segundo sua fala, com idade maior do que 18 anos, o jovem pode oficialmente ser violado em seus direitos³⁶.

Na semana seguinte ficamos sabendo de mais uma violação de direitos. Ao requisitar o processo do adolescente, descobrimos que ele não tinha sido encaminhado para o IML como solicitado. Seu destino foi de uma cela para outra, já que foi transportado na viatura pelos próprios policiais até a casa de semiliberdade.

No processo infracional do jovem, a defensoria se manifesta requerendo informações acerca dos policiais que prestavam serviço no dia e horário do atendimento, informações quanto ao eventual laudo do IML, e também informações quanto à existência de procedimento administrativo. O processo segue com um ofício expedido pelo juiz anunciando que o jovem foi encaminhado diretamente para a casa de semiliberdade, o que, “neste sentido, restou prejudicado a providência sugerida pelo relatório da seção”, ou seja, devido à tramitação do processo, o juiz afirma que o jovem não foi encaminhado ao IML.

A seção responsável pela cela da Vara oficia informando o nome dos policiais e relatando sua versão do ocorrido. Neste documento, o comandante do posto policial informa que:

O jovem de 19 anos de idade foi advertido sobre a sua conduta no interior da cela (...). Neste ato o jovem passou a resistir à ordem de

extremamente desumana.

³⁵ Segundo o Processo de Execução de Medida Socio Educativa da nº 2007.01.3.003602-9 da 1ª Vara da Infância e Juventude.

³⁶ Claudia Fonseca discorre sobre os efeitos da formulação de categorias que, em detrimento de outras, estabelecem quem é mais e quem é menos humano. A autora exemplifica esta questão com a situação da FEBEM em que, ao separar os jovens maiores de 18 anos dos jovens dos jovens com idade inferior, seus agentes começaram a aplicar técnicas disciplinares tradicionais do sistema penitenciário adulto sem que nenhuma organização de direitos da criança e adolescente levantasse objeções (1999).

transferência de cela e necessário se fez o apoio dos monitores do Cesami, os quais na companhia de mais dois CBPM tentaram conter o jovem. Deste modo foi usada a força necessária para a contenção, qual seja: imobilização dentro da cela e condução à força para outra cela, sendo que neste ato o jovem chegou a empurrar e chutar os policiais nominados e os monitores do Cesami. Esclareço que nesta ocasião e dado o início de luta corporal entre o envolvido, policiais e monitores, foi necessário, até mesmo para a contenção das agressões sofridas a força e conseqüentemente dada a resistência, vermelhidões típicas de contenção à força.³⁷

Ficamos estarecidas com a justificativa das marcas da violência cometida contra o jovem pelos policiais da cela. A narrativa acima explicita, de forma bastante evidente, o discurso acerca da resistência do jovem à corporação policial como justificativa suprema de agressão corporal. Neste caso, a explicação do comandante do posto policial mostra o extremo da desproporcionalidade da “contenção”: quatro homens são convocados em cena para conter um menino. As marcas em seu corpo e o enforcamento que sofreu jamais foram confirmadas por um perito do Instituto Médico Legal.

A justificativa da assessoria do juiz para tamanha negligência? Ocorreu um equívoco cartorário. Equívocos cartorários... Percebi que colocar a culpa na burocracia é a saída mais adequada, já que o sistema é mesmo cheio de entraves. Só me pergunto porque para punir os adolescentes a burocracia funciona tão bem, inclusive roubando suas bicicletas para apodrecerem a céu aberto.

Acompanhei este caso desde o seu início até o último dia em que estagiei na VII. O “*procedimento de apuração da grave denúncia*” ficou travado na promotoria da infância e da juventude. O motivo? Sem o laudo do IML, nenhuma violência do Estado pode ser comprovada. E isso acontece mesmo se, por um acaso, a ausência do laudo for propositadamente pensada para não gerar comprovações.

Este aspecto me foi lembrado no dia em que saí do estágio, quando uma funcionária me disse que eu não poderia falar sobre essa violência, já que eu não poderia fazer um “oba-oba” com esta informação que obtive como estagiária. Segundo ela, estas informações eram sigilosas, e eu não poderia sair contando por aí a história de violência dentro da cela da Vara da infância que acompanhei sem a autorização do juiz

³⁷ Fragmento retirado do Processo de Medida Socio-Educativa do jovem nº 2007.01.3.003602-9 da Vara da Infância e Juventude. Modifiquei apenas o necessário para preservar a identidade das pessoas citadas.

de direito³⁸. Quando argumentei que nenhuma violação de direito pode ser sigilosa, ela afirmou que violência não é a política institucional, ou seja, segundo ela, o juiz não quer realmente que isso aconteça, ele só não faz nada pra mudar a situação desumana a qual os adolescentes são submetidos.

Neste dia, senti falta da funcionária que eticamente escreveu um relatório **destacando** a parte em que dizia que o adolescente que atendeu estava com o corpo cheio de marcas da violência dos policiais que atuam na cela da Vara da Infância e da Juventude.



Placa anunciando a presença do estatuto menorista na identificação da instituição

³⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, **punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais**. Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.



Viatura policial marcando a presença desta corporação na Vara da Infância e Juventude

Retrato da Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA

O prédio da DCA I está situado no Plano Piloto e ocupa menos da metade do terreno que possui. Ao fundo, um campo de futebol com cerca de 250 bicicletas amontoadas com aspecto de abandono, e uma grande área verde com várias árvores. É para esta delegacia que os/as adolescentes de toda a periferia norte do DF (Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Varjão, São Sebastião etc) são conduzidos, em viaturas. A condição para serem atendidos/as por esta especializada é a de ter menos de 18 anos e estarem na situação de autores de uma infração. Ou seja, as DCAs não recebem os/as jovens que tiveram seus direitos violados, apenas aqueles/as que serão fichados/as.

O agente me atendeu com atenção, explicando todo o procedimento desde a ocorrência até a chegada do processo à Vara da Infância e da Juventude. Lembrou a diferença entre o termo *Inquérito*, utilizado no sistema chamado imputável e o termo *Processo de Apuração de Ato Infracional*, que passou a ser utilizado após o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfatizando ao final da fala que “na verdade é a mesma coisa com nomes diferentes”.³⁹

³⁹ Claudia Fonseca e Andrea Cardarello retomam a história do Estatuto da Criança e do Adolescente para explicar a construção social dos “direitos dos mais ou menos humanos”. Segundo a perspectiva das autoras, o simbólico e o político são indissociáveis e desta questão provém a importância dos sistemas de

Ele me explicou que o registro da ocorrência é feito pelo plantão composto no total por 4 equipes que se revezam, cada uma contendo 1 delegado, 1 escrivão e 4 agentes. No dia seguinte o processo chega à seção de investigação para comprovar a autoria e materialidade, ficando a cargo de um agente que irá analisar no computador os dados oferecidos pela vítima, aqui representada pela pessoa que presta a queixa contra o menino. Neste procedimento ocorre um afunilamento dos suspeitos com base nos adolescentes que já estão registrados no sistema pelas passagens anteriores. Caso o processo seja um “flagrante”, a polícia já possui o autor, a vítima, os objetos (no caso de haver) e o adolescente é preso, não havendo investigação. O próximo passo é encaminhar o processo para o cartório da delegacia que por sua vez o encaminhará diretamente para o cartório da Vara da Infância e da Juventude.

O adolescente apreendido permanece em uma das duas celas que, juntas, possuem 30 metros quadrados. Essa medida foi indicada pelo delegado, mas me pareceu bem menor. A cela possui um espaço muito pequeno, quase do tamanho de um quartinho para empregada dos apartamentos do Plano Piloto. Não tem luz nem janela, e as grades estão com a pintura descascada. Em todas as paredes estão gravados muitos nomes e há uma pequena separação entre a estrutura de concreto utilizada como cama, e um buraco no chão para o sanitário, que os meninos presos chamam de “boi”. A impressão que tive sobre os nomes escritos na parede é de que se trata de uma forma dos adolescentes marcarem sua passagem pela cela.

Em frente às celas, um banco com uma barra de ferro onde estão presas duas algemas em um formato pequeno. Imaginei uma criança com as mãos algemadas naquela barra de ferro enferrujada e me faltou ar. Mais tarde o delegado explicou que os meninos ficam sentados algemados neste banco esperando serem identificados através de uma minúscula janela de vidro. Durante a identificação há a manipulação da luz, de forma que o lado de dentro da sala fique mais iluminado, e o lado da pessoa que identifica, mais escuro.

Quando entramos na sala, o agente indicou a primeira cela e disse “Olha, tem

classificação embutidos na linguagem que usamos para apreender a realidade. O ECA foi importante para descartar o termo “menor” que reduzia os jovens a uma categoria jurídica penal. Porém, como observado e pronunciado pelo agente da DCA, a promoção dos direitos humanos exige muito mais do que uma “legislação ideal”.

até um aqui”, se referindo a um rapaz negro de aproximadamente 15 anos, que ficou assistindo escorado nas grades a apresentação do local. Fiquei profundamente incomodada com a situação, e cumprimentei o rapaz com um “oi” sem obter resposta.

Quando entrei na cela vazia ao lado, o agente disse “é horrível, né?” e explicou que a estrutura era ainda pior, e que havia sido modificada devido ao ECA. De saída, o rapaz chamou a atenção do agente perguntando quando seria transportado ao CAJE, e o agente respondeu que ainda iria demorar. Quando viramos de costas o menino resmungou “desgraça!”.

Fiquei aguardando por algum tempo em uma sala com troféus de torneio de futebol da DCA, um mapa hidrográfico do DF, uma foto de seis policiais civis exibindo armas de alto poder de fogo e um papel com a distribuição dos serviços por área. O nome das equipes que agem em cada área me chamou especial atenção, já que são siglas do alfabeto fonético internacional (obviamente inventado pelos estadunidenses) e utilizado por militares: *Alpha, Fox, Yankee, Bravo, Delta e Geral*.

Depois de um tempo, o delegado apareceu na sala me chamando por “amiga” e se desculpando pela espera. Percebi como todos os funcionários me trataram bem, sempre com muita simpatia, e pensei um pouco a respeito da possível relação deste tratamento com o meu estereótipo de menina branca, de classe média, bem vestida e estudante da UnB. Há também implícita uma questão de gênero, já que entre todo o quadro funcional de pessoas que trabalhavam na DCA, havia apenas uma policial civil mulher.

O Delegado me atendeu em sua sala para responder a qualquer dúvida. Perguntei sobre os procedimentos com os adolescentes desde a sua chegada na delegacia. Ele informou que quando o adolescente é encaminhado há dois procedimentos possíveis. Um é, se confirmada a baixa periculosidade do jovem, chamar seus pais e liberá-lo mediante abertura de um Processo de Apuração de Ato Infracional (PAAI), o que o agente disse ser a mesma coisa de um inquérito, só que com o nome exigido pelo ECA. O outro procedimento é destinado aos meninos que eles consideram perigosos para o convívio em sociedade. O Delegado descreve estes meninos com base na gravidade da infração, como homicídio, roubo qualificado, ou a existência de muitas passagens anteriores. Neste caso, o menino é encaminhado diretamente para o CAJE, e

lá aguarda a oitiva informal na PDIJ.

Antes de o jovem ser encaminhado ao CAJE, os policiais militares o conduzem, algemado na viatura, para fazer o laudo de lesões corporais *ad cautelam* no IML. O termo *ad cautelam* indica que o laudo em questão serve para resguardar a instituição a qual será encaminhado. Serve, sobretudo, para que o CAJE não seja responsabilizado pelas lesões de um menino que já chega lesionado de outra instância. Esse aspecto da utilização do laudo é importante porque anuncia que quem deve ser resguardada é a instituição, e não o menino.

Depois de um tempo pesquisando os meandros do sistema punitivo dos adolescentes, fiquei sabendo que o encaminhamento dos meninos para o IML não é obrigatório. É o delegado quem decide se o jovem será encaminhado, com base nos seus próprios preceitos. Perguntei sobre esta questão para um promotor da infância e juventude certa vez, e ele informou que foi feito um acordo entre a promotoria e as DCAs para que o jovem cuja infração for considerada mais gravosa seja encaminhado para o IML. Fazendo a ligação entre esta informação e a do delegado, os jovens que são encaminhados para fazer o laudo *ad cautelam* são apenas os que vão para o CAJE.

Existe ainda outra Delegacia da Criança e do Adolescente, esta relativamente mais recente, criada a partir da demanda de criminalização da juventude. A DCA II está situada na Ceilândia e autua os jovens da periferia sul do DF (Ceilândia, Taguatinga, Santa Maria, Samambaia, Vicente Pires etc).

Ao redor da DCA I há apenas um bloco, enquanto que na DCA II o espaço se confunde com o comércio local, com que divide inclusive o estacionamento onde ficam as viaturas policiais. Observei como o espaço físico daquela entrada era estreito. Calculei cerca de 5 metros quadrados com 2 bancos vazios de um lado e 3 ocupados por policiais militares do outro. Além desses três policiais sentados, havia mais um em pé. Quando finalmente fui atendida, expliquei que era estudante de antropologia e que gostaria de observar o funcionamento da DCA II. Ele me disse que para tanto era necessária a autorização do delegado adjunto, que não estava no momento, e que só trabalhava de segunda a sexta. Falou que normalmente ele autorizava, mas que o que ele decidisse eles acatariam. Questionei se isso seria necessário mesmo para ficar só sentada observando, e ele disse que sim, que eles tinham recebido ordens do Delegado

Adjunto para só deixar entrar jornalistas e “essas coisas” com a autorização dele.

Perguntei se a DCA II era mais movimentada do que a DCA I, que fica localizada no plano piloto, e ele disse que a DCA I deveria ter cerca de dez processos a mais do que a DCA II. Isto devido ao fato de que a DCA I atende todas as regiões que ficam na parte norte do DF como Planaltina, Sobradinho, Paranoá etc. Mas que, para mim, era menos interessante que a DCA II, já que entre elas havia a diferença quanto à qualificação dos crimes. Segundo ele, os crimes cometidos pelos adolescentes encaminhados para a DCA II eram mais violentos, como tráfico de drogas e homicídio, e os cometidos pelos adolescentes encaminhados para a DCA I eram geralmente mais brandos, como furto e roubo.

Na semana seguinte liguei para o Delegado Adjunto para pedir autorização para observar a DCA II. Expliquei como seria esta observação e levantei a questão da diferença da qualificação dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes encaminhados para a DCA I. Ele logo desmistificou esta hipótese dizendo que o fato de se tratar da Ceilândia não tinha relação com a qualificação do ato infracional, já que a DCA II atende todas as cidades da parte sul e sudeste do DF. Quanto à autorização, ele deixou bem nítido que a DCA II não tinha estrutura para me receber e que eu procurasse a DCA I. Resolvi insistir levantando a importância de observação daquela DCA, porém não obtive a autorização necessária.

Voltei àquele estabelecimento em outra oportunidade, mas dessa vez amparada pelo brasão da Vara da Infância e da Juventude. Após uma reunião, na qual o Delegado me pareceu bastante nervoso e aparentemente preocupado com o tema da pesquisa, fui apresentada ao interior da delegacia. A sala do Delegado me chamou especial atenção pelo seu tamanho em relação àquela estrutura precária. Ali caberiam umas 5 celas nas quais os adolescentes permanecem enjaulados. Lembro de ter visto um menino negro muito jovem pelas grades da cela e de ter reparado na precariedade daquela estrutura para receber adolescentes.

As cores mudam no CAJE

*Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado
(Artigo 9 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)*

“Cadeia, guarda o que o sistema não quis. Esconde o que a novela não diz.”

Racionais MC's⁴⁰

Lembro-me do dia em que fizemos uma excursão ao CAJE. As funcionárias da VIJ defendiam que todas as estagiárias tivessem esta oportunidade como forma de conhecimento das instituições que compunham o quadro de fiscalização da seção. Além disso, a necessidade de percorrer minimamente a realidade atrás dos atendimentos e ligações burocráticas.

No dia anterior, nos orientaram para que não vestíssemos determinadas cores. Isto para nos preparar aos códigos dos internos, no qual algumas cores representam determinados grupos conflitantes. Esqueci completamente do aviso, mas por coincidência estava com outras roupas comigo no dia. O clima de excursão me fazia pensar nos programas do colégio em que podíamos finalmente passear no mundo lá fora. Só que desta vez era em um mundo lá dentro, pintado por todos os lados como o lugar menos desejável possível: o cárcere da juventude.

Nós cinco, eu e mais duas estagiárias mulheres, um estagiário homem e uma funcionária da seção, aguardamos tranquilamente o transporte da Vara da Infância que chegou e nos buscou no estacionamento. No caminho, conversas aleatórias sobre as nossas experiências do dia-a-dia. Falávamos sobre os cursos que fazíamos na universidade, psicologia, ciências sociais, administração e direito. Plenos/as de futuro, enchíamos a boca ao falar de nossos projetos.

Chegamos ao CAJE. Na portaria um agente de testa franzida pediu nossos documentos. Aquilo ali parecia um portal que nos levaria a outro mundo, muito diferente do nosso. A começar pelas cores. Em uma quadra próxima à entrada, meninos jogavam bola vestidos de camiseta branca e short azul. As cores mais diferentes entre o nosso mundo e aquele eram as cores das peles. Se eu não fosse uma boa observadora, poderia mesmo ignorar todos aqueles agentes em volta da quadra e as cercas altas de

⁴⁰ Este trecho foi retirado da música “Diário de um Detento” do grupo Racionais MC's. Segundo informações do Wikipédia (supracitado), o grupo teve início em 1988 na periferia de São Paulo. Os integrantes são moradores da periferia paulista e as letras das músicas expressam e denunciam as desigualdades sociais e raciais as quais a elite branca submete cotidianamente a população negra. “Diário de um detento” foi escrita por um dos sobreviventes do massacre do Carandiru.

aramé-farpado para acreditar que se tratava, na verdade, de alunos uniformizados provenientes de uma escola comum da periferia.

Fomos recebidas por uma funcionária da instituição de internação. Nosso percurso passou primeiro pela sala da diretoria, onde seríamos orientadas sobre os procedimentos ali dentro. A vice-diretora nos explicou sobre um programa que estava em voga chamado “Menino nota dez!”, que consistia em beneficiar 10 adolescentes cujas notas e comportamento eram exemplares. Estes meninos ficavam fora das celas, circulando sem algemas dentro da instituição.

Prosseguimos com o nosso *tour*. Imediatamente, visitamos o pavilhão onde ficam as meninas internas. Eram poucas, cerca de 20, que se aproximavam das grades dirigindo-se à funcionária do CAJE que nos acompanhava. As meninas perguntavam para ela sobre o andamento dos processos. Queriam saber inúmeras informações. A funcionária dava respostas a cada uma.

Uma menina em especial jamais foi esquecida por mim. Nos lábios um batom vermelho vibrante e nos olhos um reflexo intrigado. Quem são estas pessoas tão limpinhas, loirinhas, becadadas, que parecem ter quase a minha idade? O que elas estão fazendo ali, do outro lado da grade, me olhando desse jeito? De onde elas vieram e pra que vieram? Desvio o olhar. Pensei, em alguns segundos, sobre como a minha presença ali era violenta. Uma moça loira, limpinha, bem vestida, que olhava para as meninas com quase a mesma idade atrás das grades. Olhava para o batom vermelho, cor que adoro, pensava em estética, em auto-estima, numa vida presidiária. Quem são estas meninas, ainda mais novas do que eu, com cabelos crespos e peles negras, batom vermelho, atrás de grades?

Tentei imaginar a vida delas antes de serem presas. Óbvio, não conseguia. As realidades aqui em Brasília traçam limites concretos. Lembrei de uma menina que apareceu na seção pedindo para ser internada no CAJE. Negra, com os cabelos trançados, unhas compridas e roupas apertadas. Ela dizia que não agüentava mais o abrigo em que estava. Dizia que no CAJE, ao menos, ficava longe das drogas e que queria pedir ao juiz que a internasse. Se ele não fizesse isso, ela iria xingar um policial na rua, ou fazer alguma coisa para que fosse legalmente internada. Tentei imaginar a vida daquelas meninas, e nada. Muitas muralhas entre nós além de grades.

No nosso percurso, a agente do CAJE nos levou para conhecer as oficinas onde as/os jovens têm aulas. A propaganda do maravilhoso projeto pedagógico da instituição me fazia pensar em quanto custava a matrícula. Visitamos também as salas de aula e em seguida os pavilhões masculinos. Quando nos avistavam, os meninos apareciam nas grades perguntando sempre por seus processos à funcionária que nos acompanhava. Os pavilhões onde estavam os meninos possuem estrutura prisional. Trata-se de blocos grandes com celas separadas, umas ao lado das outras, em formato de “U”. No meio das celas havia um pátio comum onde estavam os adolescentes no momento em que os visitamos. Entre o pátio e a gente, grades sendo guardadas por agentes penitenciários.

Os meninos policromáticos: centenas de corpos pretos e pardos de adolescentes. O encarceramento da população negra é massivo e começa cedo. Eu já tinha visto isso em teoria, agora tinha que lidar com a verdade escancarada na minha frente. Eu já tinha visto no dia-a-dia do trabalho da VII, agora tinha que lidar com a verdade de que este era o dia-a-dia daqueles meninos, atrás de grades.

A estrutura é realmente muito precária. E como não ser, quando se trata de privar a liberdade de meninxs. Como ser adequado? Talvez em um planeta onde a sociedade não seja tão desigual, onde a televisão não cobre uma performance do consumo para se ser alguém, onde as pessoas não apanhem nas ruas por serem negras, onde a vida de jovens valha mais do que qualquer propriedade. Enquanto o sistema for racista a estrutura não será “adequada”.

Mas não foram todos/as nós que resolvemos isto neste dia. Ao voltarmos da nossa excursão, muitos foram os comentários. Uma funcionária na entrada nos perguntou: “Como foi lá, mó legal, né?”, de forma irônica. Um estagiário que nos acompanhava respondeu “Nem é tão ruim assim...”. Quem sabe quando ele tiver seus filhos não procure aquele paraíso pedagógico para matriculá-los? E enquanto isso, enchíamos a boca para falar dos nossos projetos de vida, sucesso puro.

Retrato da situação dos adolescentes

“Uma bala vale por uma vida do meu povo, sempre a menos no morro. Então,

quantos manos iguais a mim se foram? Preto, preto, pobre, cuidado, socorro. (...) Não quero ter que achar normal ver um monte de mano meu coberto com jornal”

Racionais MC's

Para convidar os adolescentes a participar de um grupo focal sobre a violência policial, pesquisei as regiões administrativas nas quais moravam aqueles que foram sentenciados com a medida *Liberdade Assistida*. Em seguida, liguei para os respectivos CRASs e perguntei por cada um dos meninos. O processo durou alguns dias, já que eram 70 adolescentes e 10 regiões administrativas.

Este contato com os CRASs foi surpreendente. No CRAS do Riacho Fundo II, ao procurar por cinco jovens que passaram pela Vara da Infância em 2005, descobro que, dois anos depois, dois meninos já haviam falecido, um assassinado e o outro atropelado. A realidade se mostrou semelhante nos demais CRASs: muitos estavam encarcerados tanto em unidades juvenis como no sistema para adultos, e dos 70 adolescentes, 5 estavam mortos⁴¹. Não demoro a perceber que este quadro é mais do que um impacto numérico ou um acaso extraordinário. É sim um retrato escancarado dos efeitos das políticas que lhes são direcionadas: punição e ausência absoluta de garantia de direitos.

Ressalta-se que o CRAS não estava mais acompanhando, por diversos motivos, a maioria dos adolescentes (40). Este dado é ainda mais preocupante, porque dos 30 adolescentes restantes cuja situação era conhecida pelos CRAS, 5 faleceram e 5 estão internados em instituições carcerárias.

Ameaça de morte dentro de casa

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo/a humano/a tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
(Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“Uma gota de sangue em cada depoimento, infelizmente é rap violento. Eduardo, Dum

⁴¹ Há, no anexo VI, um quadro com os dados da situação dos jovens obtidos por meio desta pesquisa.

Durante um ano e meio de estágio na VII tomei conhecimento de inúmeros casos de violação de direitos dos adolescentes atendidos. Em muitas situações fiquei sabendo das atrocidades através dos/as funcionários/as que faziam o atendimento de orientação do cumprimento da medida. Eu pedia para que me informassem quando tivessem conhecimento que o adolescente havia sofrido violência policial. Caso houvesse alguma informação no processo, às vezes eu acompanhava o atendimento para conversar com os jovens e suas responsáveis.

Neste dia, nos autos do jovem que iria ser atendido, havia menção de violência policial. O laudo do IML confirmava a violência, mas, como sempre, não estava presente no processo nenhum procedimento para encaminhar os fatos a alguma instância de controle da polícia. Acompanhei o atendimento para conversar com o menino sobre o que havia acontecido. Ele era um jovem negro e magro, de fala espaçada. Sua mãe, uma senhora negra com sotaque pernambucano que trabalhava como empregada doméstica, assim como muitas outras que passam por aquela sala.

Depois de ouvir a orientação da medida que ele deveria cumprir, perguntei sobre a violência que sofreu. Ele conta que estava na casa do rapaz que foi preso junto com ele, em Planaltina, quando os policiais civis invadiram a residência perguntando onde estava a droga. Como ele não sabia, começaram a espancá-lo, e dizer que iriam matá-lo. Em seguida, os levaram para o mato e começaram a bater enquanto perguntavam pela droga.

O jovem foi encaminhado ao IML (por *ad cautelam*, antes de ir para o CAJE) e o laudo de lesões corporais confirmou a violência. O outro jovem que foi espancado é maior de idade e está preso, condenado a seis anos por tráfico. O menino também ficou preso, internado no CAJE durante um mês e meio.

Ele disse que já havia sofrido violência policial em outros momentos, especialmente por parte de alguns policiais militares que não gostam dele. Estes policiais, toda vez que o vêem na rua, o abordam e agridem. Segundo ele, em Planaltina os policiais batem muito nas pessoas e “lá eles não têm dó não”. As pessoas que mais

sofrem violência são “todo mundo que é visto como malandro”⁴³. A identificação utilizada pelos policiais de quem é malandro é, segundo o jovem, quem estiver na esquina e outras pessoas apontarem como malandro.

A mãe do jovem disse que não presenciou muitas cenas de violência policial, pois quando isto acontece, ela está trabalhando, mas que a sua outra filha sempre o acompanha. Ela contou que naquela mesma semana pegaram-no e o levaram para a delegacia, e que tanto a sua filha como a sua irmã já presenciaram agressões ao jovem.

Ela disse que, com ela, os policiais “nunca faltaram com o respeito”, mas que com o seu filho “eles pegam, levam, e se não tiver uma pessoa com ele, eles batem mesmo”. A mãe do jovem contou que “não pode fazer nada e que naquela mesma semana quiseram entrar em casa para procurar alguma coisa”. Sua filha, que lá estava no momento, tentou dialogar com os policiais, mas eles disseram que se ela falasse demais também seria levada presa. Ameaçaram-na, e disseram que “se ela não calasse a boca iriam levá-la porque ela era folgada demais”.

O menino disse que os policiais batem nele por preconceito e acredita que “a polícia deveria tratar melhor os outros”, já que mesmo quando eles não estão fazendo nada são espancados, então ele imagina que “quando estiverem fazendo alguma coisa errada eles vão querer matá-los”.

A mãe do jovem se queixa de que antes os policiais permitiam que ele fosse acompanhado dentro da viatura, mas que agora não permitem mais. Como ninguém os acompanha, os policiais, ao invés de encaminharem os adolescentes direito para a delegacia, levam-nos para o mato e os ameaçam de morte, colocando-os de joelho. Ela conta que isso aconteceu recentemente com o seu filho. Nesta ocasião, um policial apontou a arma para a sua cabeça, e então ele e outro jovem ficaram com medo de perderem suas vidas.

Ela acha que “quando os jovens estão errados, a polícia tem que levá-los direto

⁴² Trecho retirado da música “A minha voz está no ar” do grupo de rap Facção Central.

⁴³ Adorno discorre sobre a territorialização dos jovens a partir da rotina de inspeção policial que envia seu funcionamento para as classes mais pobres, priorizando os negros. Essa operação empurra as pessoas para uma fronteira fora da sociedade e, assim, elas se encontram com os aparelhos repressivos que a sociedade acolhe para as fronteiras internas dos espaços institucionais de controle da ordem pública. Essa reterritorialização edifica as identidades dos jovens de modo a reconhecer a si próprios e aos outros a partir destes signos culturais (ADORNO, 1991).

para a Delegacia da Criança e do Adolescente, ao invés de levá-los para outro local com a finalidade de fazer os meninos ficarem com medo”. Mesmo quando os jovens estão errados, ela acha que “os policiais não têm o direito de fazer isso com nenhum ser humano”.

A mãe do jovem fica com medo de que o seu filho seja assassinado pela polícia. Uma vez foi procurá-lo em uma delegacia, e ninguém sabia informar onde o menino estava, apenas que havia sido encaminhado por uma viatura para outro local. Na DCA, os policiais já chamaram o seu filho de marginal, justamente na primeira vez em que ele havia sido apreendido, o que a entristeceu muito.

Segundo esta mãe, “os policiais agem assim porque são policiais e, portanto, têm autorização”. Como sabem que os meninos estão lá porque “não fizeram boa coisa”, então eles “não estão nem aí e xingam mesmo de marginal”. Ela contou que uma vez um delegado entrou em sua casa querendo matar seu filho, dizendo que se o pegasse, ele teria matado ali mesmo dentro de sua casa. Naquele mesmo dia, no momento em que estava vindo para a VIJ, passou em frente à delegacia e... Sua frase não terminou porque ela começou a chorar.

Senti necessidade de dizer algo e a única frase que me veio foi direcionada para o menino: “Você tem sorte de ter uma mãe tão carinhosa, viu?”. O menino ficou constrangido com a cabeça abaixada e nesse momento a funcionária da VIJ que acompanhava a entrevista também se dirigiu ao adolescente falando da sua necessidade em mudar porque a mãe tem paciência demais.

A tropa da elite

- Você já sofreu violência por parte da polícia?

“Sim, me xingaram de safada e falaram que eu não prestava. No dia em que fui presa, em Santa Maria.”

“Já. Apanhei saindo da escola durante o bacu: mão na parede, tapa, abre as pernas, chute, cascudo”

“Sim, pela Polícia Militar do Goiás no Lago Azul (entre Santa Maria e Gama)”

“Já, me bateram muito em Taguatinga Norte”

“Sim. Tapa, cassetete, no Núcleo Bandeirante”

“Sim. Fui torturado em São Sebastião e em Goiás”

“Sim. Apanhei na cara e na barriga. Umas 4 ou 5 vezes, na Ceilândia”

“Sim, fui espancado por 4 policiais”

“Sim, física e verbal. Uma vez no Gama, na 14ª DP.”

“Invadiram minha casa e quebraram tudo em Santa Maria”

“Sim, socos, e cassetete, no Recanto das Emas”

A realização da pesquisa sobre o filme “Tropa de Elite” que realizei com os adolescentes atendidos pela VIJ foi uma forte experiência sobre a violência policial que estes jovens sofrem. A pesquisa ocorreu em um momento de contágio dos elementos trazidos pelo filme ao debate sobre “segurança pública”. A idéia da aplicação do questionário era a de compreender como o tema da tortura na ação policial estava sendo tratado pela opinião pública, revelando assim o grau de influência do discurso de direitos humanos.

Conversei sobre a violência policial com 14 adolescentes que responderam ao questionário. Em apenas 3 casos o/a jovem afirmou nunca ter sofrido violência por parte da polícia. Todos/as os/as outros/as 11 meninos/as foram agredidos/as das formas mais variadas quanto a diversidade que a violência pode ter. Cabe mencionar que, dos 3 jovens que responderam negativamente sobre terem sofrido violência policial, 2 são brancos/as e com maior escolaridade do que os/as outros/as meninos/as. Já os/as jovens que foram violentados/as pela polícia, apresentam as mesmas características de sempre: não-brancos/as, pobres, moradores/as da periferia.

Todos os atos mais sinistros de violência (se é que esta gradação é possível) vitimizaram os meninos mais negros e pobres. Por exemplo, o menino que apanhou 4 ou 5 vezes na Ceilândia trabalhava como carroceiro, e o que foi torturado era órfão. O Rapaz que foi espancado por 4 policiais era negro e não tinha fonte de renda porque a sua única responsável estava desempregada.

Foi justamente este último jovem que respondeu da forma mais marcante a pergunta se já havia sofrido violência por parte da polícia. Ele se aproximou de mim e disse, com uma certeza que só quem sabe do que está falando pode ter: “moça, eu duvido que algum menino que vem pra cá nunca tenha apanhado da polícia”.

Surdez para quem grita

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

(Artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Mais um dia de tabelamento de dados. Escuto uma funcionária procurando assistência médica no caótico sistema de saúde que atende os jovens negros e moradores da periferia. Muito preocupada, ela conta que o menino que acabou de atender está ficando surdo e precisa de um médico otorrino para assisti-lo. Eu ingenuamente pergunto se o motivo da surdez é alguma doença degenerativa e ela não sabe responder. No dia seguinte a funcionária relata que ligou para o jovem e aproveitou para perguntar o motivo da surdez. Sua resposta: apanhou tanto dos policiais na delegacia que seu tímpano estourou.

Entrei em contato com gravidade semelhante de lesões em jovens violentados pela polícia em outros momentos. Para o legista do IML que entrevistamos, um tímpano estourado é lesão gravíssima porque se trata de uma deformidade permanente. Mas os quesitos para considerá-la como tortura, segundo ele, são pessoais, ou seja, dependem do perito.

Não vale esquecer que o IML também faz parte da polícia civil e esta corporação possui um sistema de informação interno. Ou seja, de uma natureza que depois de o perito fazer o laudo, os mesmos delegados que violentaram o adolescente têm acesso à perícia. O comprometimento que essa liberdade de acesso causa, por hora, deixo para a imaginação da leitora.

Atentado violento ao pudor é eufemismo: o nome disso é ESTUPRO

Eles podem falar o que quiserem. Que enviesio as informações por uma ótica militante demais. Que estou sendo falaciosa ou que questiono à toa, já que está tudo muito bem. Eles falam o que querem e são partidários sem limites da manutenção desta “ordem” horrenda como se não fossem responsáveis por nada. Mas aqui, neste texto, neste tema, nas minhas letrinhas que escorrem dedos afora batendo no teclado, eles não podem interferir.

O nome disso que eles fazem é estupro. “Mas estupro não é apenas quando há a conjunção carnal do pênis com a vagina?”⁴⁴, diriam aqueles que dominam o código penal para manterem a todas dominadas, clamando pela letra da lei que permite diminuir a agressão do estupro contra uma menina. Atentado ao pudor seria um “bundalêlê” na igreja; dois policiais esfregando suas mãos no corpo de uma menina e a obrigando a pegar em seus pênis é estupro.

Como em todas as outras atrocidades, existem corpos estrategicamente alocados para performatizarem as ordens que vêm desse lugar tão acima e tão adentro de quem porta o brasão da autoridade. Ninguém melhor para ocupar este cargo do que o capitão do mato, que hoje tem o nome de policial, mas que ainda faz o mesmo servicinho em favor da casa grande.

Os ordeiros policiais, quem diria, podem ser estupradores. Os demais agentes do “sistema protetivo”, cúmplices, desconstituem a realidade com laudos periciais que atenuam e falseiam, com o arquivamento da investigação e, principalmente, com o lugar de ré que a menina que foi estuprada ocupa, reforçado pelo juiz e por seu linguajar jurídico.

Ela era mais novinha na época e até hoje, dois anos depois, conta o que sofreu com os detalhes possíveis apenas para quem viveu na pele. Tinha 16 anos e estava muito nervosa em casa quebrando os objetos que via pela frente com um facão, quando sua mãe, desgastada pela situação, chamou a polícia para resolver o conflito.

E lá se foram cantar de galo quatro policiais na casa onde moravam a menina, a mãe e as irmãs. Segundo a menina, “eles não souberam falar direito para pedir que se acalmasse”, e como ela estava muito nervosa não quis ir com eles. Nesse momento eles

⁴⁴ Segundo o código penal lei nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940.

resolveram levá-la à força, e aproveitaram para estuprá-la, ação à qual ela reagiu como pode, arranhando os policiais. Ela disse que sabe que eles são autoridade porque são policiais, mas que eles não tinham o direito de ficar tocando no corpo dela daquele jeito, ainda mais porque ela era menor de idade.

De lá ela foi encaminhada na viatura para a DCA e disse que nesse momento o mesmo policial que a estuprou de repente ficou educado querendo saber se a algema dela estava apertada. A menina não foi encaminhada para o IML, mas os policiais estupradores sim, para comprovar a **infração** que ela assinou: Lesão corporal e resistência.

Para dar credibilidade à denúncia da menina sobre o estupro, provas “materiais” não haviam. Apenas para sentenciá-la a ter sua liberdade assistida, medida “sócio-educativa” considerada mais séria numa escala “pedagógica”. A mãe, única pessoa que poderia relatar a favor da menina, é a mesma que chamou a polícia. Quando a menina contou o que aconteceu, sua mãe não acreditou e disse não ter visto nada. Segundo a menina, ela não poderia mesmo ter visto, pois os policiais estavam todos em cima dela.

Ela disse que contou essa história para o promotor e ele apenas digitou. Os policiais ainda permaneceram lotados perto de sua casa e durante bastante tempo continuaram “mexendo” com ela quando passava. Em seu processo está nítida a intervenção dos agentes do sistema para retirar a sua credibilidade mediante patologização. Um relatório psicossocial marca a patologia da garota, referindo-se inclusive à relação entre seus genitores, o que soa no correr do processo como uma tentativa de marcar geneticamente a loucura:

Trata-se de família onde B. é fruto de relacionamento consanguíneo (tio e sobrinha) e que tiveram mais uma filha. (...) B. é rebelde, oposicionista, proveniente de lar tenso e desestruturado. É impulsiva e, quando está com raiva de alguém, enquanto não faz algo de grave contra a pessoa, não se acalma. Não tem comparecido aos atendimentos psiquiátrico, neurológico e ao atendimento familiar, pois acha que não precisa dos mesmos.⁴⁵

Neste quesito, as psicólogas e assistentes sociais são convocadas para transformar a imagem de uma menina de 16 anos em um monstro descontrolado. Já os

⁴⁵ Processo de Medida Sócio Educativa nº 2005.01.3.004539-3

juízes e promotores reforçaram a sua imagem como agressora, muito bem respaldados pelos laudos psicológicos da menina. Porque, se não fosse assim, como explicar que mesmo a denúncia sobre o estupro constando em vários espaços do processo, sua culpabilização foi até o fim, uma vez que ela cumpriu toda medida que lhe foi imputada? Nesta passagem de um relatório psicossocial aparece nitidamente a denúncia da violência que sofreu, requisitando ao final o encaminhamento para a promotoria especializada no controle da polícia:

(...) no momento da abordagem policial também sofreu abuso sexual. Um dos policiais que a conteve apalpou-lhe os seios e o outro esfregou o pênis contra as mãos de B., fato que a deixou mais descontrolada e agressiva (...). Diante a denúncia apresentada em entrevista sugere-se o encaminhamento deste relatório para a Promotoria Especializada (Relatório Informativo)

A investigação do estupro que sofreu ficou – usando o dialeto dos juristas – prejudicada. Quem, além dela mesma, iria acreditar no que ela estava falando? E foi certamente esse o motivo do arquivamento da investigação dos policiais, já que os promotores que os investigam também são homens e passíveis de solidariedade aos pobres policiais – que apenas queriam conter a agressividade da menina malvada que lhes causou lesões corporais comprovadas pelo laudo do IML. Em uma entrevista com um promotor responsável pelo controle externo da polícia, a sua opinião sobre os estupros cometidos pelos policiais foi expressa com muita sinceridade:

Promotor: No caso de abuso sexual é pior porque ele ocorre às escuras. Com mulher adulta é uma situação muito difícil de acontecer porque você tem a palavra da vítima contra a palavra do réu. Se tiver a materialidade do estupro, pode acontecer que o outro lado diga que ela quis. É uma linha de defesa e a gente vai ter que ter os elementos pra falar que não.

A gente teve uma situação aqui de uma adolescente que eu lembro bem que um policial militar teria estuprado a menina. Ela tinha deficiência mental e era muda. E por conta da deficiência, era daquelas que tem uma vida sexual bastante ativa. É um comportamento que ocorre, vocês que são psicólogas talvez saibam explicar melhor. Então os vizinhos, todo mundo, faziam coisas com ela. Então o problema parece que, aparentemente, era que o PM teria feito. Esse foi um dos poucos casos de absolvição. A promotoria militar é muito rígida neste aspecto.

A dificuldade de condenação do estuprador não é por acaso. Como o promotor disse, é a palavra da vítima contra a palavra do réu. E no nosso caso em questão, a

vítima está em posição de descrédito por ser mulher, adolescente rebelde, geneticamente louca pelos laudos psicossociais, pior, por resistir à violência causando aos policiais lesões comprovadas materialmente pelo laudo do IML. Realmente, a palavra da vítima contra a palavra do réu... Difícil é saber quem é o réu e quem é a vítima para a “justiça” dos homens.

Esta cena certamente se repete muitas e muitas vezes todos os dias na periferia de Brasília. E aí de quem ousar mexer com a ordem mais elementar dos homens, essa de que os corpos femininos estão à sua mais absoluta disposição. Quem mexer será condenada por resistência, lesão corporal, loucura, nesses tribunais patriarcais.

Já tive contato com outros casos de estupro em falas da juventude criminalizada. Certa vez um rapaz contou, desconfiado do absurdo, mas sem nomeá-lo como estupro, o que aconteceu com suas amigas. Segundo ele, na circunstância os policiais estavam procurando armas com eles, mas como não encontraram, mandaram as meninas tirar as roupas e ficaram “pegando nos negócios das meninas”. Os policiais falaram que os meninos estavam cochichando e então levaram as meninas para o mato. O rapaz disse que “parece que transaram com elas”.

O que ele descreveu certamente foi uma cena de estupro que evidencia muito bem como opera o código de honra masculino. A relação de humilhação que o menino descreve é associada diretamente aos homens da cena, ou seja, os corpos das meninas que estavam junto com os jovens foram usados para puni-los. Não há referência à violência que elas sofreram subjetivamente, ou a uma violação da sua liberdade sexual e da inviolabilidade de seus corpos, apenas o sentimento de humilhação por verem “suas” meninas com outros homens.⁴⁶

Expus este quadro do tratamento policial aos corpos femininos em uma reunião na academia de polícia civil. A resposta do treinador foi bastante enfática ao dizer que isso nunca aconteceu aqui em Brasília. Ele disse que no máximo o que pode ter acontecido é que na hora da contenção, os policiais esbarraram a mão no corpo da menina. Logo em seguida, ele demonstrou com bastante proeza os novos treinamentos

⁴⁶ No artigo “*Sexo, estupro e purificação*” (2000), Lia Zanotta discorre sobre o estupro. Segundo a autora, a lógica que rege a criminalização do estupro é o código de honra masculino no qual a violência é relacionada aos outros homens (expresso na categoria “mulheres de família”), e não à subjetividade da mulher violentada. Nos contextos em que o estupro é perpetrado por homens do círculo social da mulher, ou na esfera doméstica, dificilmente se considera “estupro”.

para imobilizar mulheres sem precisar apalpar os seus seios.

Fiquei impressionada com a certeza do homem em defender os policiais que treina, principalmente em relação a um assunto tão delicado. Mais uma vez a voz de uma mulher sobre o estupro sofrido era calada pelo discurso técnico e devidamente racionalizado. E quem vai acreditar em nós, se são os próprios policiais que estão dizendo que não estupram ninguém?

Quanto aos policiais, segundo a menina, eles sabem muito bem como a justiça funciona quando são eles que estão no banco do réu:

Menina: Eles já falam: “Não adianta vocês quererem denunciar a gente, porque não vai adiantar. A gente é autoridade! E outra, pra denunciar a gente tem que dar muitas provas!” E muita gente lá no meu bairro eu tenho certeza que já fez isso, já gravou... Eu já vi eles levando altas minas pra dentro do mato.

Transporte para infrator? Só se for o camburão...

Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

(Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“A viatura foi chegando devagar. E de repente, de repente, resolveu me parar (...). De geração em geração, todos no bairro já conhecem essa lição”

O rappa

Como já exposto, o não comparecimento dos jovens criminalizados é motivo para que juízes e promotores do “sistema de garantia de direitos” oficiem por um Mandado de Busca e Apreensão. Esta medida, tão óbvia para os juristas, é ainda mais violenta quando lembramos a situação de exclusão absoluta aos meios de transporte que vivenciam as pessoas pobres e negras, foco fundamental do sistema punitivo.

Em Brasília, capital do país, o sistema de transportes é especialmente excludente, dominado descaradamente pelo empresariado que, ao primar pelo lucro, submete milhares de pessoas às angústias dos ônibus sucateados, lotados e extremamente caros. Esta realidade passa longe das preocupações governamentais, já

que os donos das empresas são intimamente atrelados ao governo.

Antigamente, a Vara da Infância e da Juventude, como medida para garantir a frequência da sua “clientela”, fazia parcerias ditas solidárias para financiar vales-transporte que eram distribuídos após o atendimento. Atualmente o governo do Distrito Federal está implementando um sistema eletrônico chamado “fácil” que consiste em um cartão para substituir os passes. Este sistema está sendo financiado de forma milionária pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ou seja, é mais um projeto que aumenta as cifras da dívida externa. Na prática, todo o discurso de integração do transporte está recaindo em políticas “higienistas” tanto de retirada do transporte pirata, que supria minimamente a demanda por linhas de acesso da população mais pobre ao centro econômico e político da Capital Federal, quanto da extinção do mercado de passes que fugia ao controle do governo.

No que diz respeito ao tratamento direcionado aos jovens criminalizados, estas políticas estão causando a exclusão absoluta de acesso mesmo para responderem à “justiça”. O resultado disso a gente já sabe: quem não tem telefone ou mudou de endereço, e não tem dinheiro para pagar a passagem, não pode sequer comparecer pessoalmente quando o Estado chama. E, de fato, estes jovens não têm 10 reais (que é o custo de ir e vir) para se encontrarem com o Estado quando ele manda⁴⁷.

O que presenciei acontecer dentro da Vara foi que, como os passes deixaram de existir, ficou impossível distribuir para a população o acesso ao transporte, pois não se poderia, em tese, fazer um cartão específico para cada pessoa. O resultado disso é que várias vezes os/as funcionários/as da Vara se compadeciam e financiavam com seus salários o transporte das pessoas que atendiam.

Até o último dia de estágio não havia solução para esta situação, e, pelo o que pude perceber, não haverá, pois o governo do Distrito Federal evidentemente não está preocupado com estes jovens. Quer prova maior desse fato do que o atual secretário de transportes ser, não por acaso, um coronel que não manifesta apreço por aqueles que

⁴⁷ Ana Luiza Flauzina discorre sobre a histórica perseguição do direito de ir e vir da população negra em sua obra “Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro”: “Investindo sobre essa realidade, o direito de ir e vir dos negros, escravizados ou não, passa a ser objeto de normas cada vez mais rígidas. No tocante ao deslocamento no interior do Império, as exigências em relação ao negro o comparavam mesmo ao estrangeiro. O art 1º do Decreto de 20 de março de 1829 determinava que os escravizados que estivessem nas ruas sem uma célula devidamente assinada pelo seu

julga “bandidos”, e sobre quem pesa suspeita de envolvimento com grupos de extermínio? Seu lema é nada mais, nada menos, o de que “Bandido bom é bandido morto”. Em uma reunião com a promotoria do controle externo da polícia, inclusive, um promotor mencionou o fato de este coronel ter sido comandante da polícia no período em que investigaram vários grupos de extermínio⁴⁸. Logo após dizer isto, o promotor me pediu para não anotar esta informação. Obedeci e não anotei, mas jamais consegui esquecer.

E enquanto isso, para a Infância e Juventude criminalizada, Mandado de Busca e Apreensão para condução mediante camburão...

Espelho institucional: A censura da Vara da Infância e Juventude

Todo/a humano/a tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

(Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“Às vezes o que o espelho mostra é bem duro de ver. Admitir que o que tu critica é bem parecido com você. Realidade é o que nos choca. Mudança de comportamento tão lenta quanto uma tartaruga judoca”

Bnegão⁴⁹

Profundamente tensa me encaminho para o último dia de estágio na Vara da Infância e da Juventude. O dia passa vagaroso por conta da preocupação onipresente com o desfecho que terá um ano e meio de estágio com a pesquisa sobre violência policial contra os “adolescentes em conflito com a lei”. Essa preocupação é

senhor seriam presos e castigados pelo seu proprietário.”

⁴⁸ Segundo o noticiário vinculado na TV Bandeirantes em 20 de Outubro de 1999 a respeito do atual secretário de transportes: “O deputado e coronel reformado da PM Alberto Fraga é acusado de participar de um esquadrão da morte em Brasília. Fraga é o responsável pela reformulação das polícias civis e militares em todo o país. O deputado distrital João de Deus entregou ao corregedor da Câmara dos Deputados documentos que apontam o deputado Alberto Fraga em assassinato, ocultação de cadáver e grupos de extermínio no Distrito Federal. Uma acusação grave contra o relator da comissão que vai reformular a estrutura policial no Brasil”.

⁴⁹ Trecho retirado da música “Prioridades” do cantor e compositor Bnegão. Este artista nasceu e mora no Rio de Janeiro e produz músicas sobre desigualdades raciais e sociais.

fundamentada em uma multiplicidade de fatores, como, por exemplo, o que a instituição me permitirá dizer sobre o que vivenciei e o acesso a dados supostamente sigilosos, como os processos e reuniões com diversas instituições partícipes do sistema.

As funcionárias que me acompanhavam na pesquisa pareciam ter desistido de travar este diálogo comigo. Esta medida é resultado dos conflitos recentes que tivemos, por eu ter falado demais o que penso, sem medir a ameaça que essa revolta poderia causar à estabilidade da instituição. Basicamente, eu sairia e aquelas pessoas permaneceriam na instituição, trabalhando cotidianamente.

Espero até o fim do dia quando, para falar comigo, chega uma funcionária de um cargo hierarquicamente superior. Ela me chama em sua sala para fazermos uma avaliação do meu estágio no intuito, segundo afirma, de me proporcionar matéria reflexiva para meu crescimento. Começa a falar sobre os meus aspectos positivos apontados pelas colegas que conviveram mais diretamente comigo. Cita que sou pró-ativa, e qualifica o meu comprometimento com o trabalho e a vinculação emocional com ele como atributos positivos. Menciona o fato de eu ter sido a primeira estagiária de sociologia da seção, o que trouxe novas reflexões. O meu defeito principal, apontado por ela, é ter uma postura muito militante, o que é problemático por enviesar as informações de forma equivocada. Ela diz que eu preciso amadurecer muito a maneira como lido com as informações e que tenho o pavio curto, me manifestando diversas vezes com impaciência.

A funcionária direciona a sua fala para a futura produção da minha monografia de fim de curso. Começa falando que existem coisas sobre o meu papel de estagiária que precisa frisar como o fato de que há documentos que são sigilosos, assim como as informações que obtive através do estágio. Sobre a pesquisa que fiz para a seção, diz ter ficado preocupada com o que suas colegas haviam lhe contado a respeito de algumas inquietações minhas sobre determinados temas. A preocupação, segundo ela, está acima de tudo embasada na minha falta de discernimento entre o que é o meu lugar como estagiária da seção, e o meu lugar enquanto pesquisadora que escreverá uma monografia.

Como exemplo de uma informação que eu não poderia trabalhar na monografia, ela cita a violência policial na cela da Vara. Segundo ela, eu só fiquei

sabendo por que estava estagiando para a seção, e que, portanto, não poderia divulgar esta informação. Fico espantada com a nitidez da censura e informo que este caso se trata de uma violação de direito, o que é de interesse público. Em face desta afirmação, ela diz que as pessoas que trabalham na instituição devem resguardá-la, e, portanto, não podem falar sobre tudo o que quiserem por interesses particulares.

Segundo ela, o processo de apuração da violência contra o adolescente na cela está correndo na Promotoria da Infância e Juventude, mas não será possível comprovar a materialidade já que o menino não foi encaminhado ao IML. De acordo com a sua fala, o máximo que poderá acontecer é que alguém do cartório responda por questões administrativas.

Ela diz que eu não posso divulgar esta informação, mesmo que ela, eu e todo mundo soubéssemos, e tivéssemos a certeza, de que o menino realmente foi agredido. Fico pensando no absurdo de me proibirem de falar sobre a violência que todos sabem que foi perpetrada contra o menino com base na sua não-comprovação, tendo em vista que a “materialidade” não poderá ser comprovada porque a própria VIJ não encaminhou o jovem ao IML.

A funcionária explica já ter visto uns quatro casos de violência dentro da cela, mas que não acha que isso seja política da instituição porque não ocorre com frequência. Afirma também que não acredita que o juiz realmente deseja que as violações aconteçam. O problema dele, segundo a funcionária, é não ser “pró-ativo”, mas que isso não significa que há uma política direcionada para que os meninos sejam violentados. Ou seja, o problema é saber que a cela é desumana, fedida, horrenda, mas não se dispor a modificar este cenário.

Neste momento a funcionária relembra a dificuldade que uma postura militante tem ao enviasar as informações tendenciosamente. Como exemplo, ela cita uma deputada que é militante em direitos humanos e que em uma ocasião disse haver tortura no CESAMI sem que ela pudesse comprovar materialmente esta afirmação. Outra questão apontada por ela é que esta deputada ignora que existem dois lados na história, já que há também o lado dos agentes que trabalham no CESAMI a ser considerado.

Aproveitando o seu lugar de autoridade hierárquica, a funcionária frisa que eu

não posso “fazer um oba-oba” com a informação sobre a violência na cela, já que a obtive enquanto estagiava na VIJ. Segundo ela, eu precisaria relacionar por escrito todas as informações que eu gostaria de ter acesso nos processos, para então submeter à autorização do juiz. Ela informa, ainda, que a instituição só autorizará o que é de seu interesse. Questiono sobre o interesse da instituição ser apenas a permissão em divulgar informações boas sobre si. Ela diz que isto não é verdade, já que uma estagiária que saiu recentemente teve a sua proposta de monografia aprovada pelo juiz, mesmo apontando várias falhas cartorárias da VIJ.

Segundo ela, a minha postura em não saber separar o estágio da produção da monografia deve-se ao fato de que o tema é o mesmo, e que desta forma eu não posso utilizar as informações que obtive enquanto estagiária. Desta forma, eu devo ter sempre o bom senso de pensar se teria acesso à determinada informação se eu não estivesse estagiando na VIJ, já que, segundo ela, “esta pesquisa possui um tema muito delicado”. Perplexa, falo que neste caso não poderia escrever nada, já que tudo que eu sei sobre o tema aprendi ali dentro. Digo que fiquei muito chateada com esta postura, já que sempre souberam que eu também estava pesquisando este tema para a minha monografia, e que depois de um ano meio, quando estou saindo, me proibiram de ter acesso a tudo.

Ela afirma que há algum tempo outras funcionárias estão me pedindo os tópicos que irei escrever, mas nunca apresentei minha proposta de monografia para elas, o que causa um sentimento “fantasmagórico”. Ela diz, ainda, para eu não me sentir usada, já que aprendi muito sobre o funcionamento do sistema. Por exemplo, o trânsito dos meninos nas instituições, e as pessoas que conheci através do estágio, que eu jamais conheceria se não estivesse estagiado. De acordo com a funcionária, eu usufruí do status da VIJ para ser mais confiável para as pessoas que trabalham no sistema e jamais conseguiria tudo isso apenas enquanto aluna da UnB.

Ela diz que escutou umas falas minhas que são preocupantes sobre a violência da cela e as bicicletas do depósito, e que se eu fizer um pedido de autorização informando que o tema da monografia é segurança pública, será muito amplo e ela não irá deferir. Nesse momento ela informa que realmente não acha que fiz esta pesquisa pensando apenas na minha monografia e que eu preciso aprender a respeitar a hierarquia, já que toda relação de trabalho é assim.

Falo da minha frustração com a pesquisa da VIJ na qual eu estava trabalhando. Um dos objetivos era justamente a questão institucional, e ele foi abolido logo na fase final. Ela disse que esse era o *meu* objetivo na pesquisa e que a minha frustração se deve ao fato de esperar algo que elas não poderiam falar. Já que, por exemplo, a instituição financia toda a pesquisa, paga o salário das funcionárias, a minha bolsa de estágio, papel, caneta, computador e que, portanto, não irá financiar uma pesquisa que detone a si mesma⁵⁰.

A funcionária avisa que será preciso solicitar o que quero pesquisar e que o juiz irá autorizar apenas o que for conveniente, já que essa é a discricionariedade do juiz, a de julgar o que pode ser dito sobre a instituição. Aviso que, caso o juiz queira me processar, bem vindo, já que assim ele dará visibilidade para um assunto que ninguém quer saber: a violência policial contra os adolescentes criminalizados. Ela diz que essa postura me dará no mínimo uma “dor de cabeça”...

Outros olhares cotidianos...

“Pesquisa publicada prova: preferencialmente preto, pobre, prostituta pra polícia prender. Paro, penso, porque? (...) Pra periferia? Pânico, pólvora, pá pá pá, primeira página. Preço pago? Pescoço, peito, pulmões perfurados. Parece pouco?”

GOG

A censura quanto às informações obtidas durante o estágio na Vara da Infância e Juventude foi direcionada exclusivamente para mim, a única estagiária jamais contratada das ciências sociais e que pesquisava justamente a violência policial. Para as/os outros/as estagiárias/os, nenhum alerta quanto ao que vivenciaram. Este é o principal motivo em registrar os relatos de outras estagiárias, para evidenciar que não sou a única que experimentou aquela realidade sem dormência.

As ex-estagiárias contam que ouviram inúmeros relatos de violência policial contra os adolescentes que atendiam. A história de um rapaz me foi descrita

⁵⁰Neste momento fiquei pensando que esse financiamento é dinheiro público, e como essas pessoas podem ter coragem de usar esse discurso como se fosse um financiamento privado por uma empresa qualquer?

especificamente. Durante o atendimento, ele contou como foi o processo de ficar tachado como infrator pela polícia. Segundo a mãe do menino, em todas as confusões que ocorriam na sua rua, ele era inevitavelmente abordado. Em várias vezes, este jovem precisou comprovar que não estava envolvido para que o liberassem. Este caso ficou marcado para esta ex-estagiária, por mostrar que a polícia tacha o adolescente como infrator para sempre. Elas também ouviram relatos de violência policial dentro da Delegacia da Criança e do Adolescente.

Quanto ao jovem assassinado por um policial, uma ex-estagiária expressou concordar com as funcionárias da VIJ de que o fato do assassino ser um policial é uma coincidência. Na situação, segundo esta ex-estagiária, o adolescente foi assaltar justamente a esposa de um policial que resolveu se vingar. Para ela, poderia ser qualquer pessoa “cabeça quente”, que quisesse resolver a situação com as próprias mãos. Ela diz que hoje em dia a idéia de se fazer justiça com as próprias mãos é forte em qualquer pessoa, no mundo inteiro, e pensa que neste caso só poderia se afirmar a relação com a corporação policial se por um acaso o policial assassino estivesse no exercício da função.

Outra estagiária relata a história desde o seu primeiro contato. Neste dia estava ligando para uma lista de adolescentes para saber se gostariam de ser incluídos nos cursos vinculados à seção. Em uma das ligações, o pai do jovem disse que infelizmente ela não poderia falar com o rapaz, pois havia acontecido a fatalidade de o menino ser assassinado. No momento do desabafo, este pai relatou para a ex-estagiária ter procurado ajuda na Vara da Infância várias vezes, porque estava prevendo o que iria acontecer ao seu filho, mas não obteve resposta alguma. O pai informou para ela sentir que o seu filho estava sendo ameaçado após o cometimento do ato infracional. Em seguida, ela contou estas informações para as técnicas e todas ficaram chocadas.

Uma ex-estagiária comenta a realidade do trabalho da Vara. Quando alguém vir em um jornal que um adolescente morreu, ele provavelmente já passou pela Vara da Infância por diversos motivos. Seja por intermédio de uma pasta especial, sugerindo uma medida protetiva, ou pela via infracional.

Elas acreditam que a diferença no tratamento direcionado a mim ao sair da VIJ pode ser explicada porque elas não tinham interesse em escrever nada especificamente

sobre o sistema judiciário, e isto esteve nítido desde o início do estágio. Segundo elas, a partir do momento em que alguém toca em um assunto que pode interferir institucionalmente, incomoda as pessoas que estão trabalhando nesta instituição. As ex-estagiárias mencionam também que eu estava em uma postura de crítica muito maior do que a delas. Mesmo que tenham se incomodado com algumas situações, elas não estavam com uma postura de denunciar isso formalmente, juntando dados e colocando exatamente o que estavam visualizando.

Segundo elas, a violência policial não possui tratamento algum dentro do sistema, já que o juiz e os promotores fecham os olhos para as violações. Isso acontece, como informam, por uma questão de conveniência, e não lidar com um possível problema. Elas acreditam que essa postura está presente inclusive nos técnicos da seção em que trabalhávamos. Quando as ex-estagiárias comentavam alguma situação de violação, os técnicos respondiam que não há o que se fazer, deflagrando a impotência da instituição ou a falta de interesse. Segundo elas, os funcionários fingem que isso não está acontecendo ou somente relatam a denúncia em um ofício sem maiores encaminhamentos.

Elas informam que existe um sistema de garantia de direitos que não é efetivado. Para analisar esta questão, propõem que sejam considerados vários aspectos como: vontade política, e outras questões que estão arraigadas na sociedade há muito tempo. Para elas existem tentativas de transformação, mas estas esbarram na própria burocracia do sistema judiciário.

Quanto à iniciativa de se fazer uma pesquisa sobre a violência policial, a impressão que ficou para as ex-estagiárias, é que quando as funcionárias da seção começaram a colher os dados perceberam, de repente, que estavam “mexendo com muitos problemas”. Segundo elas, a pesquisa foi além das expectativas, o que causou uma sensação de que teria sido melhor não tê-la começado. A cautela e o receio das funcionárias deveram-se também, segundo as ex-estagiárias, à percepção de que todos estão fechando os olhos para a violência policial que os adolescentes relatam, e que nunca acontece nada.

Elas acreditam que a maioria das pessoas que trabalham com os jovens não reage porque ficam um pouco engessadas dentro do judiciário, e tentam compensar da

forma como podem. Segundo elas, quem trabalha na Vara da Infância não consegue influenciar as práticas estruturais, o que exigiria uma mobilização muito maior.

As ex-estagiárias perceberam um tratamento diferenciado por parte de alguns agentes quanto a adolescentes privilegiados (brancos e com alta renda). Uma delas relatou uma história de um adolescente que possuía uma renda de cerca de 10.000 reais, muito destoante dos demais adolescentes atendidos. Uma delas disse ter ficado curiosa para conhecer este rapaz, mas infelizmente ele nunca voltou na seção com a nota fiscal do cumprimento da medida de Prestação de Serviços a Comunidades – Doação, e não houve uma cobrança para que ele voltasse. Quanto aos demais adolescentes, as supervisoras cobravam sempre as provas do cumprimento da medida.

Em relação ao atendimento feito pelos profissionais, elas relataram perceber uma diferença entre cada um/a. Por exemplo, havia um funcionário que culpabilizava o adolescente sem ao menos buscar entender a situação; e outra que, quando as estagiárias procuravam entender o ponto de vista do menino, acreditando na sua inocência, ela falava “Ah, mas você sabe que ninguém é inocente assim. Esses meninos já têm 15 anos”, de forma que não existisse a possibilidade daqueles meninos estarem ali por engano. Toda vez em que chegavam de um atendimento, as demais funcionárias falavam “mas você tem que ficar de olho no que eles falam... eles podem estar querendo manipular os dados quando falam com você”. Elas acreditam que esta situação é complicada porque conduz a sempre culpabilizar os adolescentes, postura esta que discordam, uma vez que, ao atender os jovens, percebiam que havia alguns que estavam ali erroneamente.

As lógicas que executam a lei

Coquetel para todos⁵¹

Passei o dia elaborando dados. Gritavam que vivemos em um Estado policial. Evidenciavam as torturas, tiros de raspão, sacos pretos na cabeça, tórax e rins inflamados, dezenas e crus os dados. Meninos negros morrendo em porcentagem. Chorando em silêncio para ocultar os dados. Reclamações mudas de um Estado policial. A lei em conflito com eles, meninos e dados, crimes da lei. Chorei em estado de exceção, silenciando dados emudecendo reclamações. Eis que do cru se materializou o Estado. Estive pela noite freqüentando os lares da lei. Perversa e factível constatação. Meninos negros ali não havia, apenas engravatados apresentando dados. Pedindo que a lei se faça mais forte e que se escondam os fatos em falas carinhosas àqueles que sim estavam presentes. Cantores do hino em postura oficial, cantores do extermínio em ritmo cerimonial. Elevador para subir à cena mor. “Mezzanino” onde serviam camarões, vinhos caros, coquetel para todxs! Coquetel para todxs... Olhem! Meninos negros segurando as bandejas. Engravatados sonoros “Vamos beber o sangue dos meninos negros, das meninas estupradas e, enfim, nominá-las ao estigma conveniente de infratores. Vamos saber que depois do álcool nos encaminharemos aos carros de vidros fechados, blindados, e exigir que a lei sirva finalmente ao genocídio”. Deselegante e inconveniente vomitar. Engulo a fala, o sangue, os dados.

I. Introdução

O sistema de “garantia de direitos”

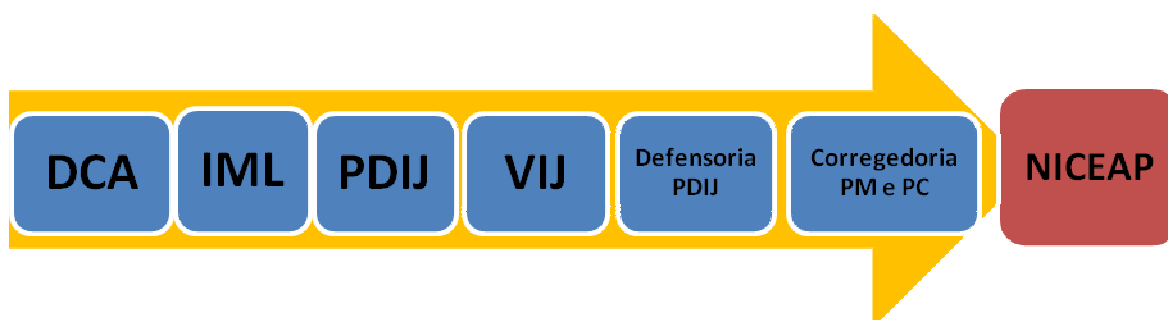
Sistema de “garantia de direitos” são todas as instituições que possuem alguma atribuição vinculada à criança e ao adolescente. No caso específico da punição estatal,

⁵¹ Estas são as únicas palavras com as quais consegui me expressar após participar, durante três dias, de um simpósio sobre violência policial promovido por promotores que trabalham com o controle externo da atividade policial. Entre os participantes deste encontro estavam promotores dos controles externos da polícia de todo o Brasil, policiais civis e militares, alguns acadêmicos especializados no assunto, um jornalista do principal jornal de Brasília, e funcionárias da Vara da Infância. O título foi inspirado pelo coquetel servido a estes agentes estatais no dia da abertura do simpósio.

os/as adolescentes transitam em diversas instâncias, sendo que este trajeto começa pela seletividade da ação policial.

Todos os casos relatados de violência policial estão em dissonância com direitos básicos como à vida e à integridade dos seres humanos e constituem violações a diversas legislações, tanto nacionais, como internacionais. Há uma abordagem que é freqüentemente não pontuada. Trata-se do trâmite destes adolescentes pelas instituições após a violência policial às quais são atribuídas, novamente, a tutela. As violações de direitos relatadas na primeira seção deste trabalho são os efeitos do tratamento direcionado a estes jovens pelo sistema “de garantia de direitos”.

Na figura abaixo, é possível visualizar as principais instituições do “sistema de garantia de direitos” às quais é atribuída a apuração da violência policial perpetrada contra os/as jovens:



Para bem compreender este processo se torna necessária uma retomada partindo da apreensão do/a jovem. Após a abordagem policial, o/a jovem que for apreendido/a pelo Estado deve, segundo a legislação vigente, ser encaminhado para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). A partir da avaliação da autoridade policial da DCA, com base no ato infracional praticado, o/a adolescente poderá tanto ser encaminhado/a ao Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), como poderá ser liberado/a, gerando ou não a abertura de um Processo de Apuração de Ato Infracional (PAAI).

Nesta trajetória, o/a adolescente poderá, ou não, ser submetido a exame de corpo de delito. As possibilidades deste encaminhamento do jovem ao IML são, segundo delegados e promotores: 1) caso o/a jovem denuncie alguma violência

circunscrita no ato infracional; 2) mediante *ad cautelum* antes do/a jovem ser encaminhado/a ao CAJE.

O PAAI é encaminhado da DCA para o cartório da VIJ, que por sua vez encaminha para a promotoria infracional do Ministério Público. Nesta instância ocorre uma oitiva informal, espaço no qual o/a adolescente teria voz e, portanto, um lugar do processo onde poderia relatar a violência policial. É também na promotoria que o PAAI passa a ser um Processo de Infração de Adolescente (PIA).

Em seguida, o PIA é encaminhado para a assessoria jurídica da VIJ, que faz a conclusão do processo, e depois a encaminha para o juiz, que emite a sentença. Nesta instância o adolescente é novamente convocado em seu processo, já que antes da sentença deve haver audiência. Subsegue a ciência da sentença pelo cartório, e enfim o encaminhamento para a Seção de Medidas Socioeducativas, que orienta sobre o cumprimento da medida.

Todo o percurso institucional pelo qual o processo transita é ironicamente chamado de Sistema de Garantia de Direitos. Segundo o discurso protecionista, qualquer violação de direito ao/a jovem que for manifesta nos autos subsegue a responsabilidade das instâncias em proceder para que os direitos da juventude sejam garantidos. Em relação à violência policial, existem promotorias específicas responsáveis pela apuração das denúncias para as quais, teoricamente, são encaminhados os processos. Nesta instância não há, até o período pesquisado, discriminação por idade, ou seja, não há uma promotoria específica para apurar crimes do Estado contra a Infância e a Adolescência. Na verdade, os promotores entrevistados não sabiam sequer quantos processos de investigação eram abertos por vítimas respaldadas pelo ECA.

Estas promotorias de controle externo da atividade policial são subordinadas ao Ministério Público em todos os Estados brasileiros. No Distrito Federal, existem a Promotoria de Controle Externo da Polícia Militar e a Promotoria de Controle Externo da Polícia Civil. O cargo é, segundo os promotores, rotativo. Ou seja, um promotor pode trabalhar em um momento na promotoria criminal e no momento seguinte na promotoria de controle da atividade policial.

A análise do discurso dos agentes estatais que trabalham no “sistema de

garantia de direitos” permite visualizar o tratamento direcionado à violência policial que os jovens criminalizados sofrem. Outro ponto importante são as estratégias discursivas que redirecionam a responsabilidade em dar o devido prosseguimento à denúncia de violência policial para demais instâncias, ou seja, a desoneração marcada pela permissividade burocrática.

Além das questões levantadas acima, a análise do discurso permite observar as lógicas que vigoram atrás da lei e as distâncias entre uma “legislação ideal” incorporada pelo ECA e pela Constituição Federal de 1988, e as práticas institucionais cotidianas. Esta seção é um retrato da lógica operante nos bastidores das ações policiais, e permite perceber que há uma continuação destas ações policiais expressas no discurso de diversos agentes. As “cenas do cotidiano” expostas na primeira seção são alguns dos efeitos destes discursos.

II. O discurso dos promotores do controle externo da polícia

“O robocop do governo é frio, não sente pena. Só ódio e ri como a hiena. Ratatatá, Fleury e sua gangue vão nadar numa piscina de sangue. Mas quem vai acreditar no meu depoimento? Dia 03 de outubro, diário de um detento.”

Racionais MC's⁵²

Retratar as impressões de um encontro vivenciado institucionalmente é um desafio peculiar. A princípio por confrontar o discurso expresso individualmente com a parcialidade que carrega. Tendo esta questão em vista, a fala de um promotor não significa apenas suas crenças particulares, mas sim uma fala institucionalizada. No caso que acompanhei, o encontro entre pessoas que trabalham na VIJ e um Promotor do controle externo da atividade policial é um confronto de discursos localizados acima de tudo institucionalmente.

De um lado da mesa, o Ministério Público, e, do outro, o Tribunal de Justiça. Participando da cena, uma estagiária da VIJ pesquisadora sobre violência policial. A

⁵² Este trecho foi retirado da música “Diário de um Detento”, do grupo Racionais MC's.

reunião gira em torno de perguntas estruturadas e alguns debates momentâneos. É necessário compreender o processo de apuração da violência policial por parte da promotoria para fazer um nexo entre as informações obtidas, e a denúncia realizada pelo/a adolescente, bem como os seus desdobramentos institucionais. Esta preocupação se fundamenta, entre outros fatores, na ausência absoluta de retorno aos adolescentes que denunciaram sobre o que está sendo gerado dentro das instâncias estatais contra aqueles policiais que o/a violentaram.

Os casos em que o/a adolescente denunciou são raros, o que torna a denúncia algo ainda mais significativo. Os/as jovens afirmam não denunciar por vários motivos, entre eles sobressaem-se a idéia de que “não dá em nada”, o “medo de retaliação”, e “não saber que têm direito”. Justificativas muito bem fundamentadas como descrevo a seguir.

A materialidade e a representação no discurso dos promotores do controle externo da polícia

Segundo o Promotor, para dar início ao procedimento de investigação da violência policial são necessários ao menos dois elementos. O primeiro é a representação, que pode ser feita mediante uma denúncia direta de qualquer pessoa ou instituição. Geralmente a denúncia é encaminhada pela comissão de direitos humanos da câmara dos deputados e, no caso dos/as adolescentes, pela Promotoria da Infância e da Juventude – PDIJ. O Promotor afirma que já receberam, em alguns casos, encaminhamentos da Vara da Infância e da Juventude – VIJ. O outro elemento necessário, segundo este Promotor, é a materialidade do delito, aqui sustentada pelo laudo do IML e pela identificação do policial agressor.

À “materialidade” é atribuído lugar essencial para a investigação da violência, mas tanto o laudo do IML quanto a identificação do policial, são requisitos altamente insuficientes. O laudo, por ser infiel à realidade, uma vez que não falta à polícia técnicas de tortura para não deixar marcas; em primeiro lugar porque, como ficou óbvio na primeira seção, a brutalidade da polícia, o terror que ela alimenta, diversas vezes está além de marcas físicas, como nos casos de estupro, ameaça, maus tratos, tortura psicológica, entre outros. Há também toda a manipulação dos agentes estatais para não

encaminhar o/ a jovem ao IML. Como mencionado no capítulo anterior, apenas os jovens que serão encaminhados para o CAJE passam antes pelo IML, mediante *ad cautelam*.

A identificação do policial é também comprometida, já que no caso da polícia civil os agentes não portam fardamento que contenha seus nomes, e no caso da polícia militar a obrigação de se identificarem é tradicionalmente burlada pela simples retirada do velcro em que o nome está bordado. Estas inquietações foram confirmadas pelo promotor:

NICEAP 1: Naquele caso da Estrutural, na Operação Tornado no governo Cristóvam, as fotos que tem, que o pessoal tirou, estavam todos sem a tarjeta. O policial sem a tarjeta está mal intencionado. Eles trocam a tarjeta entre si, por que na hora de descrever, a pessoa descreve o outro policial.

Outra questão lembrada diversas vezes por este Promotor é que o uso da força é autorizado nos casos de resistência à prisão. Este fator, segundo ele, comprometeria a apuração dos casos de violência contra adolescentes, uma vez que estes resistiriam com maior veemência às ações policiais do que os adultos. Em diversos momentos, perguntamos para os adolescentes o que pensam quanto a reagir à polícia, e eles responderam que “ninguém é doido de reagir porque senão morre”. Neste caso, o discurso dos promotores quanto à reação dos adolescentes demonstra uma “legítima defesa” que ignora a assimetria óbvia de poder sobre a vida.

Não desconsidero, em momento algum, que alguns adolescentes podem sim matar policiais. Afinal, a guerra está instaurada, e não foram os jovens negros que a começaram. O que está sendo colocado em pauta é o uso do discurso relacionado à resistência para justificar qualquer atrocidade aos jovens, e inclusive criminalizá-los. O trecho a seguir é uma passagem de um grupo focal realizado durante a pesquisa na VII com adolescentes que sofreram violência policial:

Técnica 1: E qual você acha que deveria ser o procedimento?

Adolescente 1.: É pegar e levar pra delegacia.

Técnica 1: Sem bater...

Adolescente 1.: Sem bater.

Técnica 2: E se você reagir, pode?

Adolescente 1.: Eu nunca reagi pra polícia.

Técnica 2: Nunca reagiu. E você?

Adolescente 2.: Não, deus me livre.

Adolescente 1.: Se reagir eles matam, mano!

A frágil credibilidade do/a jovem face à solidariedade *entre os pares*

A representação contra o policial, seguindo o discurso deste Promotor, é também constantemente desconsiderada se a pessoa que estiver denunciando for adolescente com passagem infracional. Para justificar esta postura, este Promotor alega que aos jovens falta credibilidade. Há uma necessidade em marcar a falta de credibilidade do adolescente de forma a tornar isto um fato inegável. Em diversos momentos, esta fala se repetiu, o mantra da criminalização, a necessidade de assumir que *uma vez criminoso sempre mentiroso*, como se um fato tivesse relação direta com outro. As justificativas são sempre as mesmas: o jovem quer se livrar do processo que carrega, e os seus antecedentes criminais tornam a sua índole nefasta a ponto de a violência que denuncia ser sempre mentira.

Questionado sobre se os adolescentes que respondem criminalmente sofrem menos violência do que outras pessoas nas mãos da polícia, o promotor concordou que não, pelo contrário. Mesmo depois de assumir isto, ele lembrou novamente a índole do “menor”, como se pudesse apagar aquilo com que acabou de concordar. Ou como se simplesmente a violência que o “menor” sofre fosse perfeitamente justificável, retrato evidente neste diálogo:

NICEAP 1: Infelizmente existe uma tendência em relação ao menor infrator de você olhar com uma extrema cautela o que ele diz. O problema é da credibilidade que você dá. A gente depende muito da palavra da vítima, e se a vítima você vê que não tem credibilidade...

Elisa: Credibilidade que quem dá? Que *você* dá [aponta para o promotor]?

NICEAP 1: Sim. Quando você escuta uma pessoa, a gente tem que pesar: qual isenção, qual o grau de seriedade que eu vou dar a esta prova? Essa pessoa tem algum comprometimento, ou não? Ela tem algum interesse, ou alguma coisa que possa diminuir aquela coisa de falar a verdade, somente a verdade? No caso do menor infrator o que acontece é que infelizmente ele tem interesse naquela decisão.

Ou, em outra ocasião:

NICEAP 1: Uma coisa que eu falei desde a primeira vez. É muito complicada essa questão da apuração. Contra o adulto já é complicado. Ainda mais quando ele é menor infrator que não tem a imparcialidade de falar “coitado ele é uma pobre vítima”. Não tem como dizer que ele é uma pessoa idônea, que você possa confiar

cegamente, porque sempre fica aquela pulga atrás da orelha dizendo “ele está falando isso por que quer se livrar do processo ou...”. Você vai precisar de outros dados pra poder confirmar que isso realmente aconteceu.

Outra questão que é importante mencionar é o acesso que estes promotores têm às passagens infracionais dos jovens. Como isto é feito? As passagens estão na cara, na bermuda, na cor ou há um acesso entre a promotoria de justiça militar e o sistema infracional dos jovens? Em outro momento, um Promotor do controle externo da polícia civil mencionou a dificuldade em obter dados por parte da Vara da Infância e da Juventude, já que os processos correm em segredo de justiça. As duas hipóteses recaem em procedimentos discriminatórios e inconstitucionais.

Quando o que está em pauta é a criminalização dos policiais agressores, o promotor expressa uma solidariedade típica *entre pares*:

NICEAP 1: O cara às vezes trabalha bem, trabalha bem, trabalha bem, e uma hora o cara faz algo errado e fica todo mundo contra.

Outra fala do Promotor sobre esta questão:

NICEAP 1: O policial militar bate muito porque o que acontece é a falta de controle da adrenalina da ocorrência que ele não tem como dar vazão. É aquele momento da rua. (...) Eu tento sempre me colocar na situação, tô ali com a arma na mão, já tô adrenalizado, o bandido safado acabou de estuprar, de fazer isso com a mulher, eu vou pegar o cara com flores?

A segunda fala sobre se colocar no lugar do policial que está perseguindo um estuprador é bastante significativa, já que aqui o código de honra masculino está especialmente bem representado. Colocar o policial sob este prisma de assegurado da ordem elementar entre os homens é uma tentativa de vê-lo como um herói necessário, e de reconhecimento de qualquer violência que pratique contra outra pessoa, do seu papel.

A solidariedade do promotor com os policiais, a capacidade de se colocar no lugar deles tornando seus atos compreensíveis, parece exigir, necessariamente, o descrédito dos adolescentes. O discurso do promotor é marcado por falas que invertem o lugar de agressor do policial, para sustentar a imagem de que o “menor infrator” tem culpa pela agressão que sofreu:

NICEAP 1: Um caso que é bem peculiar, a fuga do CAJE, é pra mostrar que é macho. O menino apanha, se machuca, e no final a culpa é do PM. São situações que ocorrem. Aí depois vira o menino e fala que a turma toda falava que se acontecesse alguma coisa era pra colocar a culpa no policial, e ele colocou a culpa toda nele.

Este tratamento direcionado à voz do adolescente, que desconsidera por absoluto a sua credibilidade, responde aos questionamentos quanto ao baixo índice de denúncia da violência policial que sofrem. Os jovens demonstram possuir um discernimento acurado da assimetria de credibilidade que possuem para os agentes do sistema em relação aos policiais, como evidenciado no trecho a seguir, retirado de um grupo focal com adolescentes que sofreram violência policial:

Adolescente: No caso também quando dá certo, e chama pra audiência, a voz da polícia é mais alta do que a da gente. O que a gente falou pra eles não é nada.

O [não] controle da letalidade da polícia

O núcleo de controle externo da atividade policial, aqui representado pelo discurso do promotor, possui muitas incoerências em relação à função que o título evoca. Em várias ocasiões, o pedido de dados estatísticos sobre a violência da polícia foi negado. Segundo os promotores, porque simplesmente “a gente tem o péssimo hábito de perder os dados”. Este “péssimo hábito” é ainda mais grave quando se trata de precisar sobre a letalidade da polícia:

NICEAP 2: A gente acabou perdendo o controle porque hoje quem faz este controle é o Tribunal do Júri que atua com o crime doloso contra a vida. Desde 96 não é mais considerado crime militar (contra a vida) e sim doloso contra a vida, então é mandado para o tribunal do Júri.

Segundo o promotor, a corregedoria da polícia militar também não tem um trabalho estatístico definido. É a polícia civil quem faz a investigação em casos de homicídio doloso, ou seja, nos casos em que a morte da pessoa pode ser justificada pela legítima defesa. Se for um homicídio culposo de policial em serviço, segundo o promotor, a investigação necessariamente passa pela promotoria de justiça militar. Caso o homicídio recaia em uma “zona cinzenta”, a polícia militar abre um inquérito paralelo ao da polícia civil, e se a conclusão for que se trata de um homicídio doloso, o

processo é encaminhado para o tribunal do júri, mesmo se o policial estiver em serviço.

Para o promotor do controle externo da atividade policial que investiga os casos de tortura, uma ponderação deve ser feita para se falar em letalidade:

NICEAP 2: Mas isso aí tem que ver... Homicídio é crime, mas a morte de alguém não é crime. Tem que ver se foi em legítima defesa, se não foi. Aqui no DF é muito pouco o número de pessoas que os policiais matam por mês... O próprio judiciário teria que ter isso.

Nesta ocasião, quando questionado sobre os dados de letalidade da polícia, o promotor respondeu “desculpa, eu não entendi”. Quando expliquei o significado de “letalidade”, o promotor disse que não existem dados sobre os assassinatos praticados pela polícia, mas que a própria polícia tem estes dados, e os divulga em seu sítio na internet. Como esperado, os sítios das polícias militar e civil sequer mencionam a violência policial, muito menos divulgam dados sobre a letalidade.

A partir de uma visão menos “ingênua” do corporativismo policial, parece evidente que, se até o controle sobre o número – e isso é o mínimo! – de pessoas que são executadas pelas mãos de policiais fica a cargo da polícia, então não existe controle algum. O trabalho que a promotoria faz é muito voltado para investigações pontuais, quando o caso investigado coincide com interesses políticos. Seja porque a comissão de direitos humanos cobra alguma resposta, seja porque algum crime específico da polícia está sendo midiaticizado, ou ainda, porque a pessoa que denuncia está dentro daqueles parâmetros necessários que lhe conferem audibilidade e direito à justiça. Este último ponto deve ser sublinhado, pois evidencia o caráter político da falta de credibilidade do jovem negro, morador da periferia, quando tenta acionar o o Estado enquanto vítima.

A impunidade na fala dos promotores do controle externo da polícia

As violações policiais que a promotoria de justiça militar investiga se limitam aos crimes previstos no código penal militar. Uma lesão corporal, por exemplo, somente será considerado crime militar se o policial estiver em serviço. Segundo o

promotor, ainda assim, nestes casos, a defesa geralmente alega que a lesão foi resultado de uma contenção, já que o policial precisou fazer uma abordagem e o menino reagiu. Concordando com esse argumento de defesa, o promotor afirma que “realmente esta justificativa do policial militar tem procedência, a gente sabe que não são todos santinhos”. Aqui fica evidente, mais uma vez, a estratégia de inversão da culpa, que muda o foco para culpabilizar quem reage à violência.

O promotor pondera que há castigo corporal, mas que nestes casos a justiça não considera tortura. Ao falar sobre o judiciário, os promotores sempre apontam para a ineficiência do sistema (do qual são parte). Existe um sentimento de impunidade e de que há uma desconsideração do trabalho da promotoria, quando o procedimento de apuração é submetido ao judiciário. Este cenário é especialmente atribuído ao núcleo que investiga os casos de tortura.

NICEAP 2: Homicídio, roubo, o judiciário condena tranqüilo, mas tortura não condena, não. Tô falando isso por que estamos cansados. Luta, luta e o juiz quando vai condenar fala que não houve tortura, houve abuso. A maior pena do abuso é 6 meses. Ninguém está na cadeia por abuso de autoridade. Quem está sendo condenado em até 4 anos cumpre em casa. Se não condenar dá exemplo, e não é porque dá exemplo não, é porque é culpado.

Na fala dos promotores há uma compreensão do trabalho policial quando se referem à sensação de impunidade dos policiais face ao trabalho que executam. Esse ponto me fez refletir sobre a semelhança do discurso do promotor e o discurso policial:

NICEAP 1: O policial pegou o menino por roubo e constatou que o menino tinha a 7ª ocorrência. Aí o policial pega e fala que vai se livrar do problema na própria área, porque pensa que o sistema não funciona, e não acredita mais no sistema.

Além do crime de tortura, que no DF conta com 3 promotores para investigação, existe a promotoria de justiça militar, cuja competência é investigar as demais atrocidades nos casos em que o policial está em serviço. Como referido acima, o crime de tortura dificilmente gera condenações quando remetido ao judiciário. Este quadro demonstra um afunilamento da condenação dos crimes cometidos por agentes públicos no sistema estatal. A dificuldade em denunciar a violência, por diversos fatores, os entraves para provar a materialidade e a frágil credibilidade das pessoas

torturadas, desembocam em um julgamento final permissivo para os crimes cometidos por policiais.

Um questionamento possível para captar a lógica do sistema é quanto ao vício punitivo no qual a única solução “pedagógica” é a condenação. Há, obviamente, uma diferença entre a punição dos jovens negros da periferia e a punição dos agentes públicos que exercem atrocidades, já que os primeiros são alvo do regime carcerário e os segundos são servidores públicos, financiados pela sociedade. No entanto, essa operação de punição individual para os policiais reforça diretamente o sistema punitivo que atinge a juventude negra, uma vez que o espaço para transformações estruturais fica prejudicado.

Esta crítica ao trabalho da promotoria (ir)responsável por controlar a polícia geralmente recebe como resposta uma incompreensão por parte dos promotores, que não percebem o seu trabalho de forma sistêmica. Quando confrontados com a inexistência de manuais de conduta que orientem a polícia do DF⁵³, os promotores demonstraram primeiramente desconhecer esta informação, e em seguida remeteram o problema para a cultura da sociedade e a permissividade do judiciário:

NICEAP 2: O manual seria importante, mas não melhoraria em nada. O manual seria para contribuir, mas a questão cultural é o principal problema⁵⁴. Mas lidar com a criminalidade é complexo. Não dá pra falar a causa é essa, a causa é aquela.

Pode-se concluir, portanto, que não há qualquer limitação para as ações da polícia. O trabalho exercido pela promotoria, ao buscar meramente a condenação dos “maus policiais”, acaba servindo para simular o controle da polícia necessário para a manutenção do discurso falacioso sobre o estado democrático de direito.

É interessante contextualizar a criação do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial para perceber a sua funcionalidade para o discurso democrático. Este

⁵³Esta inquietação com os manuais de conduta surgiu após assistir a exposição do professor de sociologia da Universidade de Brasília Arthur Costa Trindade. Esta palestra ocorreu em um Simpósio sobre violência policial promovido por promotores do controle externo da polícia, vinculados ao Ministério Público.

⁵⁴ Este deslocamento da responsabilidade para a “questão cultural” remete ao exposto por Rita Segato ao discorrer sobre as estratégias de presos da Papuda em atribuir a agência do crime cometido a um fenômeno externo. Desta forma, “a cultura da sociedade” alivia a responsabilidade do promotor em exercer atividades fundamentais para a função que lhe seria atribuída para o controle da polícia

Núcleo foi criado a partir da Constituinte de 1988, ou seja, na suposta “abertura democrática”. O “controle externo” da polícia passou a ser competência institucional do Ministério Público, e a simular a existência de um sistema democrático, fazendo as pazes entre o Estado e a elite política (ou seja, os brancos) insatisfeita com o regime autoritário⁵⁵.

Como já explicitado acima, o discurso sobre o estado democrático carrega em suas costas uma absoluta ausência de controle das forças militares. O trecho abaixo evidencia, através da fala de um promotor, o descaso da sua instância de investigação com a vida dos jovens criminalizados:

NICEAP 1: Situação complicada: o menor foi colocado dentro da viatura da polícia e todo mundo viu. Ele nunca chegou na delegacia e nunca mais foi visto. Os pais do menino pediram para ser apurado o caso, mas nesse caso eu não tinha como provar que foi homicídio. Então eu fiz o encaminhamento do processo pro juri. Neste caso dava pra no máximo condenar por prevaricação porque toda ocorrência deve terminar na delegacia.

III. O discurso dos promotores da infância e da juventude

“Pode censurar, me prender, me matar. Não é assim, promotor, que a guerra vai acabar.”

Facção Central⁵⁶

A motivação de entrevistar os promotores da infância e juventude foi investigar como é encaminhada a denúncia dos jovens criminalizados que sofreram violência policial. Os poucos processos nos quais aparece a fala sobre a violência policial, o jovem relatou o que sofreu no Boletim de Ocorrências⁵⁷, ou na oitiva informal realizada na Promotoria da Infância e Juventude.

(SEGATO, 2003).

⁵⁵ Trecho retirado do sítio do Ministério Público: “Ao final, o Constituinte de 1988 terminou por afastar o controle judicial sobre a atividade policial, na medida em que separou as funções de investigar e julgar. Mas incluiu todos esses procedimentos na competência institucional privativa do Ministério Público, sob a denominação mais abrangente de “controle externo”.

⁵⁶ Este trecho foi retirado da música “A guerra não vai acabar” do grupo Facção Central.

⁵⁷ No caso dos agressores serem policiais militares, uma vez que o BO é elaborado pela polícia civil e, portanto, devido ao corporativismo, dificilmente relatariam uma cena de violência praticada por seus

Segundo um promotor entrevistado⁵⁸, a visão da promotoria varia desde um discurso mais afinado com os direitos humanos até uma visão mais conservadora e inclusive favorável à diminuição da maioria penal. O quadro da promotoria infracional no Distrito Federal é composto por 8 promotores, responsáveis pelos procedimentos de apuração do ato infracional dos jovens criminalizados.

Estes promotores fazem plantão de atendimento dos adolescentes. Há uma divisão das funções baseada em promotores civis e promotores que trabalham com a execução das medidas. Os últimos, em 90% dos casos, acompanham adolescentes que evadiram da semiliberdade. Ele afirma que não há um roteiro a ser seguido para inferir sobre a violência:

PDIJ 1: Ou nós vemos o olho roxo e perguntamos, ou o adolescente fala que apanhou da polícia. Muitas vezes os meninos mostram a violência e, se o promotor for conservador, ele não dará prosseguimento à denúncia quanto a violência sofrida pelo jovem. O certo seria antes de falar com o promotor, falar com o defensor e esclarecer tudo. O defensor cumpre este papel de orientar sobre a violência.

Como percebido na fala do promotor acima, o posicionamento político do funcionário determina o encaminhamento que ele dará à denúncia de violência policial, deflagrando uma maleabilidade na garantia da integridade dos jovens pela prática institucional. Há também explícita a atribuição da responsabilização de outra instância em dar tratamento adequado à denúncia do jovem. Segundo este promotor, nos casos em que ele atende, procede da seguinte forma:

PDIJ 1: Ouviria formalmente, tomaria as declarações do que ele dissesse, pegaria a cópia da declaração pessoal e encaminharia para o NICEAP. Tomaria nota do que foi feito. A promotoria mesmo encaminha pelas vias internas, o memorando vai pro núcleo de controle externo. O que eles têm visto é que eles (o NICEAP) têm arquivado as denúncias do CAJE, e estão para conversar sobre isso. Pode haver coisas mais graves acontecendo que justifiquem o arquivamento.

As falas do promotor permitem inferir alguns pontos quanto ao tratamento da

próprios agentes.

⁵⁸ Este promotor foi o único agente não-branco entrevistado que compunha o quadro estatal. Não

denúncia do adolescente violentado pela polícia. Há um sistema que filtra as denúncias que serão por ventura investigadas, que inclui o afunilamento feito pela posição política do promotor da PDIJ. Como já exposto, a denúncia encaminhada ao NICEAP passa pelo julgamento do promotor baseado na “materialidade” e na “representação”. A primeira, subsidiada pelo laudo de lesões corporais expedido pelo IML. Tendo em vista que são os delegados das Delegacias da Criança e do Adolescente que decidem se o jovem será encaminhado para o IML, e que a “representação” é desconsiderada pela falta de credibilidade dos jovens, é de se imaginar a fragilidade da denúncia do jovem em face deste sistema.

Segundo este promotor, há ainda o medo justificado do jovem e de sua família em dar prosseguimento às denúncias de violência policial. Para ele, o lugar ideal em que a violência policial deve ser denunciada é a PDIJ, já que o ECA prevê a presença do promotor durante o processo infracional dos jovens, mas não prevê a presença do defensor.

Entrevistamos também outro promotor da infância e da juventude, que segundo o promotor anterior possui um discurso político mais conservador. Este segundo promotor, ao ser entrevistado, possuía um discurso que aparentava ser bastante comprometido com o exercício da sua função de combate à violência policial contra os jovens. Há, porém, nas entrelinhas, a idéia nítida de que o sistema está preocupado com a autoria dos adolescentes e, portanto, “travaria” no caso de se voltar para a garantia de seus direitos:

PDIJ 2: Se a gente fosse exigir o laudo *ad cautelam* antes da sentença os processos não iriam correr. Não há previsão legal, a lei não contempla que o laudo esteja antes da sentença. A situação poderia ser mais complicada porque o adolescente iria ficar sem a medida sócio-educativa e possivelmente iria rescindir. A lei contempla somente o laudo da vítima (do adolescente).

Para efeito de sentença, acho que não é importante ter o laudo, pois pode atrasar o processo. O processo não vai reiniciar por causa do laudo porque o processo é pra cuidar do adolescente enquanto infrator e não enquanto vítima.

O trecho acima é a resposta do promotor ao questionamento quanto à ausência do laudo do IML nos processos infracionais dos jovens. Seu discurso demonstra a sua preferência, enquanto agente do estado, em dar continuidade à criminalização do jovem

coincidentemente, o agente que expressou maior senso crítico quanto à criminalização da juventude.

(expressa pela preocupação com a medida sócio-educativa) quando comparado com a garantia da sua integridade. Ele expressa, nitidamente, a funcionalidade do processo infracional, qual seja, o de “cuidar do adolescente enquanto infrator e não enquanto vítima”.

As falas deste promotor fazem pensar sobre o peso que a entrada dos jovens enquanto autores de crime possui para o sistema. Tendo em vista que esta infração já está envolta em uma seletividade prévia pela ação policial estimulada pela sociedade, se torna enfática a afirmação de que a vida dos jovens é, para este sistema, menor do que o suposto delito que cometeram. Há uma assimetria gritante, capaz de justificar a ausência do encaminhamento ao IML, face ao risco de que os jovens não cumpram a medida e que assim rescindam.

Há ainda uma seleção dos casos que serão encaminhados ao NICEAP. Segundo este promotor, isto se deve ao “bom” funcionamento do sistema. Tendo esta questão em vista, ele afirma que encaminha para a promotoria de controle externo da polícia apenas os casos visíveis de violência. Quanto ao laudo de corpo de delito, este promotor explica a sua real finalidade:

PDIJ 2: (...) É também para preservar a prova, porque se ele diz “roubei blablabla”, se manda pra fazer o laudo *ad cautelam*. Se ele diz que confessou porque apanhou, eles têm o laudo do IML para dizer se isso é verdade.(...) Quando o adolescente faz alguma coisa e confessa sem ter apanhado, mudando o foco, um maior de idade, mesmo no caso dele se faz um laudo *ad cautelam*. Pode dizer se ele apanhou ou não, porque o laudo dá negativo. O foco não é de desmentir o adolescente, mas sim de garantir a integridade dele.

Mais uma vez, a lógica do encaminhamento ao IML é expressa com vistas a assegurar a “materialidade”. Não para provar a violência sofrida pelo jovem, muito menos para condenar o policial agressor, mas sim para que os agentes do estado tenham as provas materiais de que o jovem não confessou o crime mediante tortura. Cabe relembrar o fato de que o laudo expedido pelo IML é capaz de verificar apenas as marcas físicas, o que diverge da realidade em face das brutalidades sofridas pelos jovens, uma vez que a polícia possui inúmeras técnicas de tortura que não deixam marcas.

O promotor explica que não há previsão legal para mandar os jovens ao IML.

Segundo ele, delegados e promotores acordaram em mandar os jovens envolvidos em crimes mais graves (homicídio, tráfico de drogas e roubo), já que não se poderia, em hipótese, encaminhar todos para fazer o laudo. Isto se deve ao fato de que “a polícia não tem como levar todos ao IML”. Nas falas do promotor fica óbvia (apesar da tentativa de se contradizer) a intencionalidade do sistema que apreende os jovens, ou seja, a de garantir a sua condenação e não a sua integridade.

Nesta reunião, aproveitei as informações obtidas a partir da leitura dos processos infracionais do jovem para dirimir uma inquietação. Em um processo no qual a bicicleta do jovem havia sido apreendida, havia o pedido de encaminhamento da bicicleta para o depósito da VIJ assinado por este promotor. Perguntei qual era a sua justificativa para este posicionamento em relação às bicicletas:

PDIJ 2: Está previsto na lei, no código de processo penal que é usado. São passíveis de apreensão os instrumentos de crime, no caso a bicicleta. As bicicletas da vara são produtos do furto, ou o adolescente não foi buscar e fica acumulando lá. A bicicleta é restituída ao final do processo.

Assim como a decisão envolta quanto ao encaminhamento do jovem ao IML, o “código de processo penal”, usado como justificativa pelo promotor para o aprisionamento da bicicleta de jovens pobres, prevê apenas a garantia da apreensão dos “instrumentos de crime” e nenhuma garantia de restituição. Para tanto, seria necessária a apresentação de nota fiscal como comprovante de propriedade.

IV. O discurso da defensora pública da infância e da juventude

Para analisar o discurso de uma defensora pública da infância e juventude, cabe trazer, primeiramente, a configuração do quadro da defensoria no DF. Existem, contratatadas/os pelo Ministério Público do Distrito Federal, apenas 4 defensores/as públicos/as que trabalham na área infracional. Os demais defensores, encarregados pela maioria dos processos infracionais dos jovens, são subordinados ao executivo, ou seja, ao governo local. Isto se deve ao fato de que a defensoria é configurada exatamente pela metade de funcionários/as da promotoria.

A assimetria entre a defesa e a acusação é gritante nos processos infracionais da juventude criminalizada. Geralmente os jovens são acusados por promotores formados, velhos conhecidos do quadro de agentes estatais, enquanto a defesa é feita por estagiários/as, estudantes de direito das universidades conveniadas.

O discurso da defensora da infância e da juventude destoa do discurso dos demais agentes do sistema. Isto se deve principalmente ao próprio caráter da sua função em prover a defesa dos jovens. Segundo a defensora, o seu procedimento em face aos relatos de violência policial é oficiar para a corregedoria da polícia em questão com cópia dos documentos ao NICEAP.

Segundo esta defensora, O NICEAP abre uma sindicância para apurar a denúncia. O processo é administrativo e depois encaminhado para as varas criminais. Não há, portanto, informação nos autos da VIJ sobre a abertura deste processo administrativo e muito menos alguma comunicação da Vara Criminal a respeito do fato. É por este motivo que o adolescente não toma conhecimento do que ocorreu com a denúncia, é esta também a razão, segundo a defensora, para que acreditem que *não dá em nada denunciar*.

A defensora explica o motivo de não constarem os laudos do IML nos processos infracionais dos jovens:

Defensora: O processo do adolescente, diferente do sistema comum, é rápido e, portanto, não pode se ater a outras coisas que não julgar o adolescente dentro de 45 dias. Assim, o processo é enxuto e geralmente não contém o laudo do IML. Os processos da VIJ são arquivados antes de serem julgados pelo NICEAP.

Percebe-se, nesta explicação, que o “bom” funcionamento do sistema depende da sua rapidez condenatória, e não na possibilidade em subsidiar a defesa da integridade do jovem. Não há também no processo qualquer registro da denúncia da violência policial para que os demais agentes do sistema tomem conhecimento ou possam por ventura cobrar respostas por parte das instâncias responsáveis.

As instâncias que encaminham as denúncias ao NICEAP, ao não deixarem vestígios no processo, não podem subsidiar qualquer retorno aos jovens. Assim, este

encaminhamento ao controle da polícia soa como uma atribuição da responsabilidade para outra instância, o que no limite não garante a investigação das violações sofridas, como percebido no discurso dos promotores do NICEAP.

A defensora descreve o motivo da violência policial não ser devidamente tratada pela promotoria do controle externo da polícia:

Defensora: Na mentalidade da promotoria do MP não há a presunção de inocência por conta do cometimento do ato infracional. Isso quer dizer que o princípio constitucional que prevê a não culpabilidade *a priori* é ignorado.

Segundo esta defensora, o laudo do IML não é fiel à realidade das brutalidades sofridas pelos jovens. De acordo com a sua experiência, mesmo quando o jovem sofre violência, o laudo não é capaz de constatar as marcas:

Defensora: O laudo sai negativo se não houver marcas da violência, o que é bastante comum tendo em vista as táticas utilizadas pelos policiais para bater sem deixar marcas.

A defensora explica o trajeto dos jovens a partir da abordagem policial, para bem explicar o motivo de que o laudo não conste no processo no momento em que chega à defensoria: DCA – IML – DCA – cela na promotoria – defensoria – promotoria – parecer – cela na VIJ – juiz.

V. O discurso da delegada de proteção da infância e da juventude

Seguindo o descaso das instituições do sistema de “garantia de direitos” com a integridade do jovem criminalizado, a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente praticamente não recebe denúncias contra policiais. Cabe registrar que o trabalho promovido por esta delegacia é direcionado a crianças e adolescentes que estejam estritamente na condição de vítimas pelo sistema estatal, e não de autores. Ou seja, a “clientela” da DPCA não é a mesma da DCA, que atende os jovens criminalizados.

Essa diferença no caráter do atendimento das duas delegacias não define o

perfil dos delegados que ali trabalham, seguindo modelo semelhante ao visto com os promotores do NICEAP. Em um momento estes agentes trabalham na área criminal, ou seja, “prendendo bandidos”, e no momento seguinte trabalham no controle da polícia, ou seja, “prendendo quem mata os bandidos”. Na DCA e DPCA ocorre o mesmo: em um momento a delegada trabalha na criminalização de jovens e no momento seguinte na “proteção”. Os valores criminalizantes, próprios dos agentes que trabalham para o sistema criminal, não se transformam no momento em que estes agentes mudam para cargos de um sistema supostamente protetivo, como verificado a seguir.

A delegada, um mês antes da entrevista, trabalhava na DCA II, localizada na Ceilândia. Esta delegacia já foi apontada por alguns jovens durante o atendimento de orientação da medida sócio-educativa como cenário de tortura e maus tratos. Ao perguntarmos à delegada se havia algum tipo de acolhimento de denúncias de violência policial por parte da DPCA, ela informou que quando trabalhava na DCA II, encaminhava alguns casos para a DPCA, os “casos em que batem *demais*”. Segundo ela, enquanto trabalhava na DCA II, perguntava para os adolescentes se haviam sofrido violência e eles respondiam que não. Caso eles respondessem que sim, ela afirma que “colocava no papel, senão sobra pra gente”.

A delegada informou ainda que na DCA II não percebia uma situação alarmante de violência policial. Durante toda a entrevista, suas falas soaram se voltar para uma defesa manifesta das “práticas policiais” e inclusive, de forma irônica (e em minha opinião, perversa), ela perguntou “Como vocês entendem a violência física? Às vezes *a gente* faz a abordagem e precisa usar a força e eles dizem que apanharam, mas eles não apanharam”. Com a mesma linguagem policial, a delegada responde as estatísticas apontadas de violência contra os jovens, afirmando que na DCAII “às vezes eles se machucavam lá dentro. Às vezes eu pegava meninos se batendo sozinhos”.

Após estas afirmações de que a violência policial, tal qual apontada pelos jovens, não é de fato violência, a delegada indica assistirmos a um treinamento na academia de polícia para que assim tenhamos uma idéia dos procedimentos considerados legítimos.

VI. O discurso dos técnicos da academia de polícia civil e militar

Seguindo a sugestão apontada pela delegada de proteção da criança e do adolescente, entrevistamos os técnicos da academia de polícia civil e militar. O objetivo principal era compreender os “procedimentos” ensinados a policiais civis e militares para a abordagem, bem como o perfil da pessoa que deve ser abordada.

Tanto o técnico da academia de polícia civil quanto o técnico da academia de polícia militar responderam que a abordagem é feita através de “toda e qualquer atitude suspeita e que possa causar dano à comunidade”. Quando questionado sobre o perfil do suspeito, o técnico da academia civil respondeu que “é o que está vestido com o Kit Mala”:

APC: Se ele estiver em local indevido e estiver trajado daquela forma (kit mala) é geral, mas tem que abordar. Essa é a realidade. Qual é o perfil? O perfil é esse, mas não pode ter o preconceito, abordar porque tem aquela aparência.

O “Kit mala”, ou “kit peba”, é uma categoria utilizada pelos agentes do Estado (tanto policiais como promotores do controle externo da polícia) para descrever o jovem trajado com bermuda, sandália e boné. O que não está nomeado explicitamente no discurso destes agentes é que o perfil deste sujeito, além de ser marcado pelas características da juventude, é racializado. Está explícita, porém, a localização geográfica deste suspeito, o que é categorizado pelos promotores e técnicos da academia como “áreas críticas”:

APM: Fiquei 2 anos só trabalhando em local crítico na ROTAM. Uma das áreas críticas foi: Arapoanga, Planaltina, Sobradinho (periferia em geral).

Segundo o técnico da academia de polícia militar, “cerca de 80% das apreensões que os policiais fazem são baseadas nas atitudes suspeitas”, e ainda, “a maioria das apreensões ocorrem antes do crime acontecer”. A seletividade policial baseada no “perfil do suspeito”, o que no discurso técnico fica implícito na “atitude suspeita”, é responsável pela grande maioria das apreensões feitas pela polícia. O perfil descrito pelos policiais é justamente o que se “enquadra” aos jovens negros da periferia.

A prática de abordagem, de acordo com o técnico, é humanizada e o seu lema é “a cada abordagem ou a gente prende um bandido, ou faz um amigo”. De acordo com ele, a atitude suspeita nem sempre é reconhecida pelo cidadão como tal, que pode estar

apenas pegando a carteira (principalmente se o sujeito estiver de bermuda, roupas típicas de jovens).

APM: Nós sabemos que a abordagem é constrangedora para o cidadão, pois este não entende que determinada atitude pode ser suspeita. Por exemplo, quando (alguém) vai pegar a carteira na cintura, *se tiver de bermuda então...* O cidadão que arrumou a carteira na cintura nem sabe que o que fez é uma atitude suspeita.

Os técnicos informaram que não há uma padronização das ações policiais que são consideradas excessivas. Porém, para o treinador, o trabalho da polícia possui uma característica especial: “a linha é muito tênue, se cair pra cá cai no abuso, se cair para lá, morre”. Segundo o técnico da polícia militar, a abordagem direcionada ao suspeito é feita através de um nivelamento, baseado na gradação do uso da força:

APM: São 3 níveis de abordagem: 1º nível, a suspeita da atitude da pessoa. 2º nível, o policial tem a informação da atitude suspeita, ou seja, há uma denúncia, mas não há nada confirmado. 3º nível: confirmada a autoria do crime. *Aí a abordagem é mais enérgica.*
[grifo meu]

Em relação ao adolescente “infrator”, o técnico da polícia militar encerrou em poucas palavras o motivo de que seja um público específico, e não outro, a estar nesta condição de criminalidade: “o problema é na estrutura familiar do adolescente... a gente ia ver o nome do pai e só tinha o da mãe”. Esta explicação mostra como o discurso psicológico quanto ao perfil do criminoso faz sentido para o discurso da seletividade policial, o que, no limite, justifica o racismo da polícia, apagando qualquer possibilidade de desnaturalização da seletividade criminalizante.

Ao mostrarmos os dados sobre a diversidade de atos violentos que sofreram os jovens atendidos pela VIJ, ambos os técnicos disseram que estas ações eram excessivas, porém, dependendo da resistência do jovem, justificáveis:

APM: Sobre tapas e chutes: dependendo da reação é difícil de conter, pois é muito difícil prender uma pessoa sem causar uma lesão, depende do organismo de cada um. O policial está todo equipado e o adolescente está de bermuda, chinelo e camiseta. Se a pessoa estiver resistindo, dificilmente o policial consegue prender sem lesionar.

Diversos agentes do estado justificaram ser a resistência dos jovens criminalizados o principal motivo das lesões marcadas em seus corpos. Esta também é uma explicação comum entre os técnicos da academia de polícia e os promotores do controle externo:

APC: Os adolescentes reagem mais porque se sentem muito protegidos pelo ECA. O argumento utilizado pelos adolescentes é que eles são de menor.

Segundo o técnico da academia de policia civil, as denúncias “leves” de violência policial serão encaminhadas a uma delegacia diferente da que o policial está lotado e apenas as situações mais graves serão encaminhadas para a corregedoria. Aqui se percebe, novamente, a seletividade dos agentes quanto ao encaminhamento da denúncia.

VII. O discurso do legista do Instituto Médico Legal

A motivação para entrevistar o legista do Instituto Médico Legal se baseou na tentativa de compreender quais são os critérios técnicos para considerar as marcas nos corpos dos jovens como tortura. Além disso, é importante para perceber a criação deste artifício jurídico, central para a elaboração da “materialidade”.

O legista descreve como ocorre o percurso do jovem encaminhado ao IML. Segundo ele, o jovem é encaminhado mediante solicitação de autoridade superior, normalmente para fazer laudo de lesão corporal, sendo que não é permitido fazer o laudo sem o encaminhamento de um agente do Estado. O policial que acompanha o jovem o aguarda do lado de fora da sala, e o exame é feito com o adolescente sem as algemas.

Segundo o discurso técnico do legista, havendo a constatação de tortura, o perito é obrigado a especificá-la, porém a tipificação é pessoal e depende do perito. Existem casos explícitos de tortura, mas o perito tem autonomia em casos intermediários para qualificá-los como tortura, ou não.

O perito informa que os jovens chegam ao IML em posição submissa e

continuam nesta posição após a retirada das algemas. Disso deve-se a constatação do perito de que é raro destratarem o médico. O laudo é composto do histórico do periciando e do exame físico avaliado pelo perito:

Perito: O médico pergunta o que aconteceu e coloca no histórico a versão do periciando, a qual pode vir recheada de omissões, exageros, mentiras. Daí que nem sempre a história contada é confiável. Ela é descrita detalhadamente e pode, ou não, ser valorizada para os achados e as lesões ocorridas. Todavia, o compromisso do perito se faz com a justiça. Ele não pode estar do lado do periciando nem contra ele. Mais que o histórico, o que importa é o exame físico, que, em alguns casos, pode até contestar a versão informada. Ou seja, os achados mandam.

A visão do perito sobre o “histórico” é perceptivelmente alinhada a um descrédito à fala do jovem periciando. O seu discurso inicia-se reforçando a idéia de que a história pode ser mentirosa e, por fim, o perito mantém um discurso de neutralidade. Ao fazer isto, ele se alinha visivelmente de forma parcial, ou seja, ao lado do policial agressor. É importante lembrar que o Instituto Médico Legal faz parte da corporação policial e é inclusive localizado dentro do prédio da polícia civil, no departamento de polícia técnica.

O perito informa que Delegados e toda a polícia civil têm acesso direto ao laudo mediante intranet, mas somente o perito responsável pode modificá-lo. Por este motivo, o perito afirma que o laudo é “público”. Quando perguntado se o laudo de lesões corporais detecta os casos em que não há marcas, o perito afirma que não, apenas as marcas visíveis são detectadas.

O trecho abaixo é a expressão de uma jovem que foi encaminhada ao IML para fazer o laudo de lesões corporais antes de ser encaminhada ao CAJE. Este trecho é a transcrição de um grupo focal com jovens que sofreram violência policial:

Técnica 1: E lá no IML?

Menina.: Mesma coisa.

Técnica 1: Foi tranquilo?

Menina: Anham.

Técnica 1: Deu favorável pro seu laudo, você lembra ou não?

Menina: Deu. Lá na delegacia eles meteram um capuz na minha cabeça e me levaram.

Técnica 1: Na delegacia, do Recanto?

Menina: Umhum.

Técnica 1: Você foi de capuz?

Menina: Eles me botaram dentro do camburão, botaram lá o capuz em mim pra mim cagoetar os outros bichos, né. Foi por isso que eu apanhei, porque eu não falei nada.

Menina: Então você acha que se você tivesse falado...

Menino: Se cagoetar a gente morre depois né, na rua.

Menina: Num vou morrer... Prefiro levar uma mãozada do que morrer depois.

VIII. O discurso das corregedorias da polícia civil e militar

A denúncia chega à Corregedoria da polícia civil através da ouvidoria, delegacias de polícia civil, e pelo Ministério Público, por meio do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NICEAP. Segundo o assessor da corregedoria da polícia civil, são critérios importantes para a denúncia: o comunicado imediato ao ato, a narração objetiva do fato e a procura dos órgãos de controle a partir da primeira vez que ocorrer a violência. Ele afirma que “se a vítima se cala, será sempre alvo de abuso. Se falar, evitará a recorrência”. A sanção para os policiais transgressores vai, segundo o assessor, desde a advertência até a demissão; essa última fica a cargo do governador.

A reunião com a corregedoria da polícia militar foi marcada mediante o contato entre o promotor do NICEAP e o corregedor. Este promotor acompanhou a reunião, intervindo em diversos momentos. O corregedor informa o perfil do adolescente que denuncia a violência policial. Segundo ele, “puxam a ficha do menor e eles têm muitos delitos”, e ainda, que geralmente o laudo do IML destes jovens “não comprova a agressão”. Ele diz que os “comuns geralmente são apurados com comprovação”. O termo “comuns” é usado para designar as pessoas que não possuem passagem criminal.

As falas do corregedor são nitidamente enviesadas para uma noção de que o “menor infrator” é criminoso em sua essência. As suas passagens infracionais são sempre lembradas, assim como o fato de que a história contada pelo “menor” diverge do resultado do laudo do IML, que não comprova as agressões.

O coronel (corregedor) explica que a polícia é a última solução para o “menor”, já que a educação deve ser a primeira e deve partir da família para evitar que os adolescentes sejam criminosos. Mas, segundo ele, “se bater na mão da polícia não tem jeito. (...) O menor não tem apoio porque o pai é presidiário, a mãe é traficante (...) o menor só quer chamar a atenção então não é caso de polícia (...) se os pais não ajudaram é difícil...”.

A sua explicação para a violência do policial segue a mesma linha de raciocínio. Segundo o corregedor, a “autoridade” que agride “vem com todos os vícios anteriores à profissão (...). A personalidade do homem é ter a faca para enfiar. Envolve

outros fatores que não são de polícia.”. Para explicar o baixo índice de denúncia de violência policial por parte dos jovens criminalizados, o corregedor informa que “mas se ele diz que tem medo, medo de que? Está comprometido?”.

Quanto à possibilidade de um policial ser condenado por violência contra adolescente, o corregedor exemplifica a condenação. Segundo ele, houve um caso de demissão de um policial por violência contra o “menor” em 2005. Na ocasião, o policial estava fora do exercício da profissão e foi condenado na justiça comum a 1 ano de prisão.

A participação do promotor do NICEAP na reunião é marcada por sua fala sobre a autoridade do policial. Segundo este promotor, a “aceitação social do policial militar que aborda as pessoas falando ‘ai fofa’ é complicada”. O responsável pelo controle externo da polícia informa que, no Plano Piloto, o policiamento foi requisitado pela comunidade, que ao ter seus filhos apreendidos por drogas pediu a retirada do policiamento. Esta segunda fala é importante para perceber qual estrato da juventude deve ser foco da criminalização, bem como qual estrato direciona o policiamento.

IX. O discurso do delegado da criança e do adolescente (DCA II)

O discurso dos delegados da criança e do adolescente, como imaginado, não destoa do discurso dos demais agentes do sistema de “garantia de direitos”. A entrevista com o delegado chefe da DCA II foi marcada por características basilares da ação da polícia com os jovens. Desde o momento em que chegamos até o fim do encontro percebi um clima de nervosismo por parte do delegado. Esta constatação provém do tema que motivou a entrevista, ou seja, a violência da polícia com os jovens apreendidos por aquela instituição.

Cabe mencionar que a fiscalização das DCAs é realizada pela PDIJ. Esta informação foi obtida na entrevista com o promotor desta instituição, que disse avisar sobre a visita com antecedência aos delegados. Existe aqui implícita uma relação *entre pares* dos promotores da PDIJ com os delegados das DCAs.

No início da reunião, apresentamos os dados estatísticos obtidos através da pesquisa com os jovens que sofreram violência policial. As estatísticas indicavam panoramicamente a brutalidade da polícia com estes jovens. A reação do delegado em

relação aos dados foi perguntar “Qual o tipo de ato infracional dos adolescentes que reclamaram?”, subseguida da resposta da funcionária da VIJ “porte de arma”. Este discurso exemplifica, novamente, a preocupação dos agentes do Estado: a “infração” do jovem.

Segundo o delegado, todos os jovens que irão para o CAJE são encaminhados ao IML. Nos casos em que o laudo é positivo à violência, ele é encaminhado para a VII e esta o encaminha para a corregedoria. Apenas em situações extremas a DCA encaminha o laudo diretamente para a corregedoria.

É perceptível, nas falas sobre o encaminhamento do laudo, a desoneração em face da burocracia do sistema. Existe um vácuo entre a existência concreta do laudo confirmando a violência e a sua utilidade para gerar investigações dentro do sistema. Há também, como no discurso dos demais agentes, a mudança do foco do adolescente enquanto vítima da violência policial para culpabilizá-lo, responsabilizando-o pelas agressões sofridas, como é possível inferir no questionamento sobre o ato infracional dos jovens que “reclamam”.

O delegado explica que os jovens encaminhados para a DCA II são, na maior parte, autores de grave violência e estes jovens são recolhidos no CAJE. Segundo ele, em alguns casos o nome do adolescente é recorrente “porque ao chegar no CAJE, ele é logo liberado”. O delegado muda o foco da entrevista, direcionando-o para a responsabilização da criminalidade dos jovens e às outras instituições do sistema, alegando que “fulano de tal tem 15 passagens e não fizeram nada”. Segundo ele, “só fazer a parte aqui da repressão não vai resolver”.

Pergunto ao delegado se possuem algum acompanhamento sobre o debate de direitos humanos, e ele responde que nunca acompanham as discussões. Questionado a respeito do que considera tortura, o delegado afirma prontamente que “aqui é impossível! Qualquer coisa aqui é ouvida. Às vezes a vítima está falando e o adolescente fica coagido”. A propósito, o delegado informa que não saberia como caracterizar a tortura.

Logo em seguida, o delegado nos alerta que precisamos “saber se o interlocutor merece a atenção, já que mentem muitas vezes”. De acordo com ele, em Brasília há um diferencial quanto à violência policial em relação ao resto do país porque

aqui a mídia coloca o holofote em tudo. Tendo este ponto em vista, ele afirma que “o policial não quer correr o risco de perder o trabalho. Se o adolescente sofreu (violência) tem que dar credibilidade, fazer o exame direitinho, e apurar”.

O INIMPUTÁVEL

“Técnica: Você denunciou na delegacia também? E não aconteceu nada? Ninguém te chamou pra perguntar realmente? Você não foi chamado pra nenhum julgamento? Nada, né?

Adolescente: Não. Normalmente só pra resolver os problemas do que eu tinha feito.”⁵⁹



Esta fotografia é composta pelos seguintes elementos: a sirene de uma viatura policial, a bandeira do Brasil, e o prédio da Vara da Infância e Juventude.

⁵⁹ Este diálogo é um trecho de um grupo focal realizado na Vara da Infância e Juventude com jovens que sofreram violência policial.

A “abertura democrática” e o Estatuto da Criança e do Adolescente

Dois anos após a chamada “abertura democrática” em 1988, ritualizada pela promulgação de uma nova Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi a ela incorporado, reafirmando disposições já presentes na Constituição quanto ao direito das crianças e adolescentes. A mudança constitucional estabeleceu cuidados semânticos para reclassificar a juventude, superando os paradigmas do Estatuto Menorista no qual a juventude era tratada como “menor”⁶⁰ e, portanto, diretamente relacionada ao código jurídico penal. Os novos termos classificatórios foram cunhados pela fase vital, e assim os/as jovens criminalizados/as passaram a ser nomeados/as “adolescentes em conflito com a lei”. (FONSECA, 1999 e ADORNO, 2001).

O sistema, para o qual estes jovens respondem, passou a ser categorizado, após o ECA, como sistema infracional e, mais recentemente, como “sistema de garantia de direitos”. Segundo o ideário estatuinte, nesta “nova” configuração, a/o jovem passa a ser classificado/a como “inimputável”, e as medidas direcionadas a este segmento devem ser de caráter sócio-educativo.

Claudia Fonseca, ao retomar os efeitos da promulgação do ECA para a juventude criminalizada, percebe que os rearranjos semânticos tiveram um forte impacto sobre a realidade dos/as jovens brasileiros/as, mas não necessariamente no sentido almejado. A disposição estatuinte, ao reclassificar os jovens, instaurou uma nítida separação entre duas categorias de jovens institucionalizados: por um lado o “abandonado” e por outro lado o “adolescente autor de ato infracional”.

Esta medida, segundo a autora, possui “antecedente”, já que há mais de um século reformadores procuraram distinguir “crianças perigosas” de “crianças em perigo”. Estas categorias antagônicas, ao invés de ocasionar melhoria na garantia dos direitos de todas as jovens, desembocaram na depreciação da juventude considerada “perigosa”, e conseqüentemente no aprimoramento do seu encarceramento massivo. Fonseca percebe que a disparidade entre as intenções e o resultado da legislação

⁶⁰ Adorno explica a procedência do termo “menor”, cunhado pela medicina legal e incorporado pelo direito público para dividir a população entre “responsáveis” e “irresponsáveis”. Trata-se da criança cuja existência é reduzida à condição de menoridade, e, portanto, passível do saneamento das instituições policiais e de repressão e das instituições de assistência e de amparo social (ADORNO, 1991).

responde à expectativa irrealista de que, pelo judiciário, seja possível solucionar os problemas sociais, econômicos e políticos de uma sociedade cunhada pela desigualdade (FONSECA, 1999).

A etnografia apresentada nas seções anteriores evidencia a realidade a qual estes jovens são submetidos, cuja inimputabilidade permanece, como durante toda a história brasileira, reservada apenas àqueles que punem. Os relatos de tortura, homicídio, estupro, omissão e outras inúmeras brutalidades, quando visualizados integrados aos discursos dos diversos agentes estatais, (ir)responsáveis em garantir o direito mínimo a vida dos jovens, permite um panorama realista sobre o sistema “inimputável”. Há, portanto, a necessidade em discorrer sobre a violência do estado brasileiro de forma contextualizada, com uma retomada histórica que desenhe e sublinhe o projeto político que sempre esteve em voga, e é revigorado em cada abordagem policial.

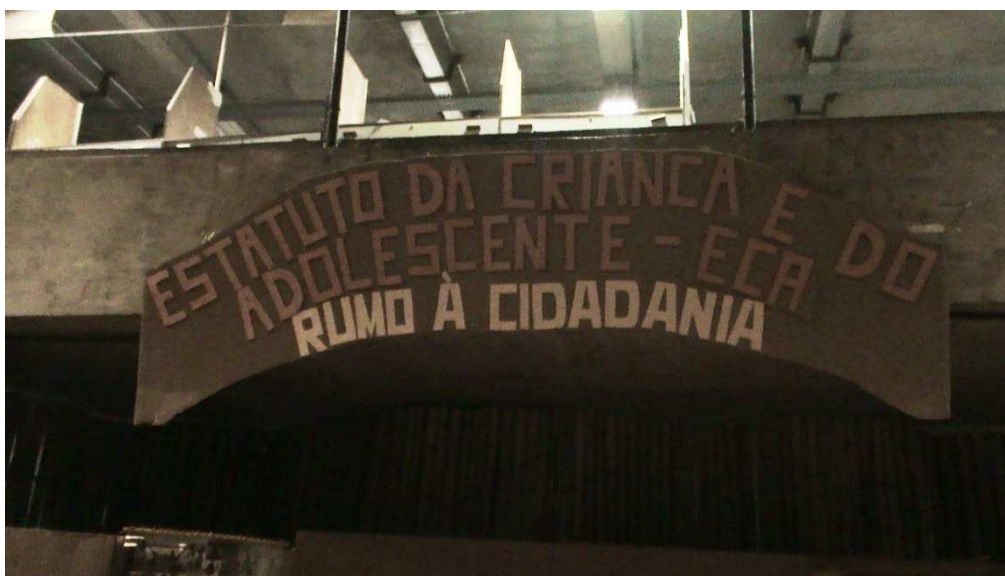


Imagem capturada no prédio do ICC norte da Universidade de Brasília

A “vida que não merece ser vivida”:

A juventude negra e a violência ininterrupta do Estado brasileiro

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que confere a infância e a juventude a qualidade de inimputável, pode ser percebido como uma apropriação estatal do discurso pautado pelos movimentos sociais que reivindicavam os direitos da infância e

da juventude. A promulgação deste estatuto, respaldado por um discurso protecionista, como apontado por Fonseca, resultou ao longo das últimas décadas na camuflagem e aprimoramento de práticas estatais meramente punitivas direcionadas à juventude considerada “perigosa”.

Discorrer sobre a não-aplicabilidade do discurso protecionista ao segmento da juventude considerado “perigoso” sem apontar para a história colonialista do Estado brasileiro incidiria em uma abordagem esquizofrênica. Maria Aparecida Bento explica a psicologia social que constrói o “perigoso”:

O grupo está convicto de que existe um mau objeto encarnado por um inimigo. Esse inimigo poderá ser abertamente atacado, ou construir-se em alvo de discriminação cotidiana. Os benefícios oriundos da discriminação são permanentemente negados ou justificados por explicações estruturais (BENTO, 2002, p.).

Segundo Rita Laura Segato, todo Estado – colonial ou nacional – é outrificador, alterófilo e alterfóbico simultaneamente. Este “outro” construído para tornar o Estado possível é traçado a partir da sua emergência e desenha desde o seu nascimento o projeto político sobre o qual suportará sua história:

O que importa destacar aqui é que, quando o sistema (o contexto), primeiro colonial e mais tarde nacional (coloque estes dois termos em continuidade e, aos efeitos desta análise, sua diferença resulta irrelevante), se constitui, e no próprio ato de sua emergência e instauração idiossincrática, ele, com efeito deste movimento de emergência, cria seus outros significativos ao seu interior: todo estado – colonial ou nacional – é outrificador, alterófilo e alterfóbico simultaneamente. Vale-se de instalar seus outros para entronizar-se, e qualquer processo político deve ser compreendido a partir desse processo vertical de gestação do conjunto inteiro e do acumulo das identidades de agora em diante consideradas “residuais” ou “periféricas” da nação (SEGATO, 2005, p.7).

A partir desta contextualização inicial, retorno às inquietações acerca do significado do ECA para a juventude excluída das benéficas deste projeto. As consequências do ECA para a juventude negra podem ser relacionadas com os efeitos da Constituição Federal de 1988, cuja função central foi a de apaziguar os ânimos de estratos da população branca insatisfeitos com a violência do estado, que se voltou excepcionalmente para este segmento durante os períodos “autoritários” (PASSOS, 2008).

Quando recorremos à história colonialista do Estado brasileiro e aos usos da criminologia para controlar e delinear a população não-branca para fora do espectro de humanidade, podemos perceber, de forma contextualizada, as reflexões expostas acima. Para tanto, recorro à literatura sobre a violência ininterrupta do Estado voltada a população negra formulada por autoras como Ana Luiza Flauzina, Maria Aparecida Bento, Rita Laura Segato e Tiago Eli Passos.

Segundo Passos, o discurso sobre a história do Estado brasileiro, propagado enfaticamente por autorxs das ciências sociais e, portanto, presente desde livros didáticos escolares até publicações consagradas, reduz o terror de Estado aos períodos que a historiografia conservadora usualmente classifica como “autoritário”. Esta seleção dos fatos que narram a história gera efeitos catastróficos, como o silenciamento do fato de que “há no curso da história do Brasil, um *continuum* classista e racista de terrorismo de Estado perpetrado pelas polícias em face das classes subalternizadas” (PASSOS, 2008, p.8).

Segundo Maria Aparecida Bento, é aguda a percepção de que muitos brancos progressistas que combatem a opressão e as desigualdades silenciam e mantém o seu próprio grupo protegido das análises:

(...) estes estudos produzidos por estes autores negam a discriminação racial ou explicam por uma inferioridade da população negra. Quando raramente reconhecem as desigualdades raciais, explicam com bases a uma herança negra do período escravocrata. Os estudos silenciam e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guarida silenciosa de privilégios. (BENTO, 2002, p.)

Esta autora explicita que existe nos estudos sobre o Estado um “pacto narcísico” entre os brancos. É graças a este pacto que “se faz referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco”. A partir dos exemplos desta etnografia, fica evidente que a história de violência do Estado não se restringe ao período que muitos estudiosos atribuem exceção. As torturas, assassinatos, omissões e a impunidade dos agentes estatais que os cometem, como exposto nas seções etnográficas desta dissertação, é cenário cotidiano para a juventude negra de toda a periferia das cidades deste país. A abordagem excepcionalista da história do Estado brasileiro desenha tragicamente os

caracteres daqueles que são considerados humanos e, portanto, os únicos cujo sangue, quando derramado, escreve a história.

Passos recorre à história da gênese institucional (em 1808 e 1809) das polícias civis e militares brasileira, período no qual foi atribuído deliberadamente o uso regular da violência seletivamente empregada para punir e criminalizar o estrato da população subalternizado: negros/as e pobres. Esta autorização somente surgiu como um “problema” para a elite do país quando cruzou as barreiras de classe e raça e passou a atingir estratos brancos da população durante os períodos autoritários. O autor sublinha a importância de se pensar o Estado a partir de uma teoria anti-excepcionalista que “deve criticar a natureza genocida do Estado neocolonial/policial, mostrando-o herdeiro e continuador do estado de exceção permanente” (PASSOS, 2008, pg.10)

De acordo com Passos, muitxs teóricxs que escrevem sobre a polícia brasileira argumentam que o atual caráter genocida desta corporação é herança da ditadura militar⁶¹. Esta abordagem supõe que a ditadura militar inaugurou a barbárie da polícia brasileira, esquece ou faz esquecer que desde a sua gênese e sem interrupção a barbárie policial operou para fazer “dos racializados e explorados da dominação colonial, a ‘vida matável’” (PASSOS, 2008).

A argumentação exposta por Passos é embasada em conceitos cunhados por Agamben, autor referência para a teoria anti-excepcionalista sobre a violência do Estado. Segundo Agamben, “a vida que não merece viver” é delimitada pelo valor que é atribuído à “vida sacra”. Na biopolítica moderna, o soberano delimita o valor e o desvalor da vida e decide a qualquer tempo a vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio:

A vida que com a declaração dos direitos, tinha sido investida como tal do princípio de soberania, torna-se agora ela mesma o local de uma decisão soberana (AGAMBEN, 2004:39).

As reformas legais sistemáticas, como o ECA e a Constituição Federal de 1988, escondem atrás do discurso do Estado democrático de direito a permissividade

⁶¹ Um exemplo desta argumentação é a obra de Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip G. Zimbardo “Operários da Violência: policiais torturadores reconstroem as atrocidades brasileiras”. Esta autora entrevista vários policiais acusados de torturar e exterminar durante a ditadura subversivos políticos. Nas análises das histórias de vida, fica evidente o seu posicionamento de que a violência da polícia nos dias atuais é resultado dos treinamentos e aprimoramentos das técnicas de tortura durante o período da ditadura (HUGGINS, M. 2006).

para que o sistema penal continue a operar, cada vez mais eficiente. Este “fenômeno” ocorreu inúmeras vezes no curso da história dos estados, já que quando o poder soberano entra em crise, ele precisa assumir uma nova faceta que esconda o cerne de suas intenções (FOULCAULT, 1987). Desta forma, a separação entre os jovens “perigosos” e os jovens “em perigo”, quando levada a cabo pelas instituições do Estado, determinou uma oposição entre “a vida sacra” e a “vida que não merece viver”.

O Estado brasileiro, como exposto por Rita Segato, possui em seu cerne a outrificação cunhada pela dominação colonial e opera historicamente para manter os privilégios daqueles que dela se beneficiam. Ana Luiza Flauzina explicita o racismo que está nos pilares do projeto do Estado Brasileiro. Segundo a autora, o racismo cataloga os indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade, criando assimetrias sociais, delimitando expectativas, potencialidades, os espaços a serem ocupados, e fratura as identidades e determina a continuidade da vida ou da morte das pessoas. A autora, assim como Rita Segato e Tiago Eli Passos, anuncia:

O discurso racista conferiu as bases da sustentação da colonização, da exploração da mão-de-obra dos africanos escravizados, da concentração de poder nas mãos da elite branca: O racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apóia para se fazer viável (FLAUZINA, 2008: pg 13).

Este projeto do Estado brasileiro, tal como indicam as autoras, possui caráter genocida, cujo alvo da matança é a população negra, sobretudo a juventude. A partir desta contextualização, é possível situar o discurso dos agentes do estado expresso nesta etnografia. Segundo Ana Luiza Flauzina, o projeto do Estado está ancorado nas várias dimensões da atuação institucional e é resguardado pela simbologia da democracia racial. O sistema penal, enquanto braço armado do estado é o lócus basilar desta plataforma de extermínio. Disto se deve a percepção de que a criminologia é um campo estratégico para se falar das relações raciais.

Maria Aparecida Bento indica o direcionamento das políticas racistas amparadas historicamente pela criminologia. Segundo a autora, paradigmas positivistas formulados no século XIX vincularam a criminalidade a estudos biologizantes. Lombroso, antropólogo criminalista e um dos teóricos mais consagrados por esta corrente, é enfaticamente referenciado na atualidade para rotular o biótipo do negro a criminosos natos. Esta explicação do crime é logicamente perfeita para suportar o

encarceramento e extermínio massivo da população negra.

Estes paradigmas foram criticados a partir das décadas de 1960 e 1970 por teóricos que vislumbraram explicações sociológicas para o crime. As formulações destes autores permitem a compreensão de que o crime não existe ontologicamente, ou seja, não existe “em si”, como discorre Flauzina:

Não existem condutas desviantes em si ou indivíduos delinquentes por suas características pessoais e posição na pirâmide social, mas sim a criminalização discricionária de determinadas atitudes e indivíduos.(FLAUZINA, 2008: pg 19)

A partir da criminologia crítica, a “prática transgressora em si” não é mais suficiente para caracterizar a criminalidade. Esta perspectiva permite atentar para o funcionamento do sistema penal, que define seletivamente “o criminoso”, o que, associado à gênese colonialista do Estado brasileiro, é uma definição racializada. Assim, como perceptível pela análise do discurso dos agentes estatais envolvidos no sistema punitivo da juventude, o “criminoso” é cautelosamente traçado.

O ferro dos agentes policiais marca seletivamente os jovens negros como essencialmente criminosos em cada abordagem. A partir desta entrada seletiva no sistema punitivo, a lógica da criminalização é perpetuada de forma que estes jovens fiquem impedidos de acessar o Estado enquanto inimputáveis. A “vida que não merece ser vivida” não poderá encontrar uma brecha sequer para respirar em um sistema que se diz protetivo e que viabiliza tranquilamente o seu projeto genocida.

Crimes cometidos, violações silenciadas e as lógicas permissivas

O breve histórico sobre o racismo das práticas estatais perpetradas contra a população negra fornece subsídios para realizar as considerações finais desta dissertação. Com esta proposta em vista, busco sistematizar os principais elementos apresentados na etnografia: a) A seleção para a entrada dos jovens no sistema punitivo; b) O tratamento sobre a violência policial direcionado ao jovem considerado autor de crime; c) As estratégias utilizadas para manter as violações; d) O inimputável.

A seleção para a entrada dos jovens no sistema punitivo

Para contextualizar a narrativa, cabe circunscrever geograficamente Brasília, a capital federal, campo da observação realizada. Esta cidade é ideal para se perceber as dimensões da violência do estado. Primeiro porque, justamente, Brasília foi idealizada para abrigar concretamente as instituições do Estado. Este plano, minuciosamente traçado, materializou no território a lógica imperial de segregação racial que o guia. No centro, está o “plano-piloto”, visivelmente uma ilha branca onde as pessoas negras que circulam, salvo exceções estimativas, ocupam cargos subalternizados e retornam ao fim do dia para o seu local de moradia: as “cidades satélites”⁶².

Durante uma reunião com um promotor do controle externo da polícia, quando questionei o critério utilizado pela corporação policial para a distribuição do policiamento, ele me respondeu que a secretaria de segurança pública se baseia no estudo das “áreas críticas”. O critério para definir estas áreas é respaldado minuciosamente por estatísticas de “zonas quentes”, produzidas por meio do número de ocorrências policiais. A lógica que opera aqui é: quanto maior o número de ocorrências em determinada localidade, maior o policiamento necessário para “manter a ordem”. A obviedade do fato de que quanto mais polícia houver, maior será o número de ocorrências, é absolutamente desconsiderado por este discurso que substantia o policiamento ostensivo nas cidades da periferia, e, portanto, a ênfase na criminalização da população negra.

Esta informação também foi reforçada pelo técnico da academia de polícia militar, ao informar que “cerca de 80% das apreensões que os policiais fazem são baseadas nas atitudes suspeitas” e que “ocorrem antes do crime acontecer”. O policiamento ostensivo das áreas mais pobres da cidade é direcionado com todo vapor para a criminalização da existência da população negra, como explica Bento:

⁶² Cabe mencionar que esta segregação espacial, como apontado na etnografia, é mantida pela precariedade do transporte “coletivo”. Esta segregação se mantém pelo alto preço das tarifas que impede ferozmente a população que habita as cidades circundantes à “Ilha” de ter acesso ao seu cotidiano, salvo quando suas passagens são financiadas por seus patrões com vistas a garantir a exploração de sua força de trabalho.

A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se a classe social. (BENTO, 2002)

O perfil do suspeito descrito pelos agentes estatais aponta para os jovens negros moradores da periferia, aqueles que trajam o “Kit mala”, ou seja, boné, sandália e bermudão. Este discurso evidencia a seletividade racial das ações policiais, já que o crime passa a ser constituído da própria existência da pessoa e não de suas ações.

A seletividade da polícia, que inaugura a entrada do jovem no sistema enquanto criminoso é explicitada pelo discurso do agente da academia de polícia, baseado na busca do “crime antes que ele ocorra”. Esta marca, que define o criminoso, significa a ação seletiva de retirada da sociedade, já que a criminalização é necessariamente uma marca exterminatória. Assim, a seletividade do Estado para a definição do criminoso, nitidamente anunciada por seu caráter racista, define a “outrificação” sobre a qual o estado pode manter o seu projeto. Os agentes do Estado, de policiais a juízes, determinam os corpos a serem exterminados com as bases nitidamente racistas apontadas acima.

A distribuição policial na periferia, ao ser orientada a “privilegiar” as características próprias da juventude negra, mantém a óbvia assimetria de raça da massa internada no cárcere. Bento explica esta afirmativa subsidiada pela psicologia social:

O medo e a projeção estão na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio (BENTO, 2002)

Rita Segato explica como operam as classificações baseadas na raça. Segundo a autora, as primeiras classificações que fazemos automaticamente ao adentrar em um espaço concerne a quem está excluída/o ou incluída/o pela sociabilidade, lançando mão de vários indicadores dos quais a cor, visibilidade do traço de origem africana, é o mais forte. Este enquadramento se deve ao contexto histórico da leitura e não a uma determinação do sujeito, ou seja, é baseado no processo de “outrificação”. Este contexto

é cunhado pelos processos históricos de cada nação, o que no caso brasileiro remete no seu princípio à história colonial e na atualidade acessa a sua característica neocolonial em cada abordagem do Estado policial:

A naturalização da violência racista e classista atualmente imposta pelo Estado policial/neocolonial constitui uma faceta da continuidade do brutal processo de subjugação dos racializados pela dominação colonial (...) (PASSOS, 2008: pg 10)

O tratamento da violência policial direcionado ao jovem considerado autor de crime

Para sistematizar os argumentos sobre o tratamento direcionado aos jovens que entram no sistema enquanto “autores de crime”, é essencial reviver algumas cenas do cotidiano. A primeira que surge na mente é a das bicicletas apreendidas por policiais, apodrecendo abandonadas no depósito da Vara da Infância e Juventude. Estas bicicletas estão vinculadas às fichas infracionais dos jovens, e deflagram a cena da violência institucional cotidiana que os marca. São as sepulturas da criminalização que denunciam o abandono e o aprisionamento da liberdade de ir e vir, de ser e existir de cada jovem criminalizado.

Não por acaso, uma destas bicicletas pertence a um jovem executado por um policial, enquanto uma que não lhe pertencia foi prontamente restituída – não sem antes marcar o seu encarceramento no sistema prisional de adultos. Este cemitério de bicicletas é a exposição permanente das sepulturas dos corpos jovens e negros caídos no chão, e dos encarcerados que ativam o projeto da nação.

Os jovens, que de tanto gritar tiveram suas vozes roubadas, muito raramente procuram o Estado para denunciar a violência perpetrada por seus agentes. A expectativa de que a violência que sofreram gere algum retorno satisfatório é rapidamente dissipada pelo medo de denunciar. Isto também não se deve ao acaso, como relatou a mãe do adolescente que teve seu filho ameaçado de morte dentro de sua casa por um delegado.

Quando, encorajados pela crença vaga de que existe um estatuto que os protege, procuram alguma instância onde possam relatar as humilhações, torturas,

estupros, agressões e homicídios, recebem como resposta omissões, ameaças, insinuações e desconfiança. Isso ficou óbvio no relato feito pela jovem que teve sua liberdade sexual violada por pênis, mãos, julgamento, sentença e laudos psicológicos de agentes do estado patriarcal.

E se por algum milagre se encontrarem com promotores responsáveis por controlar a polícia, recebem a informação solícita de que não são dignos da abertura de uma investigação. E se fossem, não poderiam comprovar “materialmente” as violações que sofreram, já que a prova de maior peso também é elaborada por policiais e não detecta inúmeras técnicas de tortura, especialidade minuciosamente aperfeiçoada desde a gênese da instituição que a pratica.

Ou ainda, se alguém insistir em falar mais alto sobre o assunto receberá prontamente uma seqüência de respostas institucionais, que vão desde uma conversa cínica e plena de sorrisos e apertos-de-mãos, até uma tentativa de censurar o que pode ou não ser dito. Como vivenciado em minha pele, que não é negra, mas que resolveu tomar um posicionamento contrário às atrocidades.

Para se falar do tratamento direcionado aos jovens considerados “autores de crime” por um Estado neocolonial, cabe lembrar os discursos que ressoam como ecos do projeto de extermínio. Cabe sublinhar nas falas perversas o viés desumanizador empregado para se dirigir aos jovens negros, os filhos e filhas de outras e outros, cuja família também merece punição existencial⁶³.

Agamben subsidia o argumento para se falar dos jovens considerados criminosos pelo estado neocolonial:

Justamente porque privados de quase todos os direitos e expectativas que costumamos atribuir à existência humana e, todavia, biologicamente ainda vivos, eles vinham a situar-se em uma zona-limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual não eram mais que vida nua (AGAMBEN, 2002, p.166).

A vida nua é esta vida que, de tão exposta, matá-la não configura homicídio.

⁶³ Assim como exposto no texto do coordenador da Promotoria da Infância e Juventude, analisado no anexo VII.

É a vida que não importa, como a do jovem que tentou insistentemente denunciar a violência policial que sofreu sem que em nenhum momento a sua denúncia significasse sequer um encaminhamento burocrático para outra instância, como visualizado no anexo VII. Ou a vida do adolescente que foi assumidamente espancado dentro da cela da Vara da Infância sem que as marcas pudessem ser comprovadas pelos laudos tendenciosos do IML, já que esta instituição central do “sistema de garantia de direitos” não o encaminhou.

O fato nu, como estas vidas, é que não há nenhuma instância que suporte a denúncia de violência policial cometida contra os jovens criminalizados, como visível pelo fluxograma do anexo VII. Assim, como evidenciado pelos inúmeros exemplos desta etnografia, a “garantia de direitos”, que intitula o sistema que criminaliza a/o jovem, é uma falácia. A observação da dinâmica interna deste sistema permite concluir que a entrada enquanto “autores de crime” anula automaticamente a sua credibilidade enquanto sujeito de direitos. Há o reforço da criminalização da juventude negra em todas as instâncias do sistema por meio de um discurso muito transparente.

Um dos muitos exemplos desta etnografia é o discurso do corregedor da polícia militar, respaldado pela mesma lógica criminalizante baseada na estrutura familiar do jovem, expressa pelo treinador da Academia de Polícia Civil e pelo Coordenador da Promotoria da Infância e Juventude. Este discurso constitui uma apropriação da construção enfática de inúmerxs autorxs da psicologia. A teoria central destes autores é de que a ausência da figura paterna direciona os jovens a cometerem delitos com o objetivo de receberem os limites da lei⁶⁴.

O discurso do Corregedor da Polícia Militar e do Promotor do Controle Externo da Atividade Policial é marcado por afirmações de que o jovem é essencialmente criminoso, e para subsidiar seu argumento, eles remetem-se às passagens infracionais dos jovens. Segundo eles, o laudo do IML é uma prova de que estes jovens não falam a verdade sobre a violência policial, uma vez que não a confirma.

⁶⁴ Ouvi (in)cansavelmente este discurso sobre a estrutura familiar do jovem que justifica a sua “entrada para a vida delituosa”. Um exemplo de formulação acadêmica encampada pela psicologia deste discurso, muito citada por agentes estatais, é a obra nomeada “Da falta do pai à busca da lei: o significado da passagem ao Ato Delinquente no Contexto familiar e Institucional” (1992), cujo nome sintetiza as idéias centrais apresentadas pela autora, ou seja, de que a “vida delituosa” dos jovens pode ser explicada pela ausência da figura paterna.

O laudo do IML é produzido em consonância com a lógica dos demais agentes do sistema, uma vez que este Instituto Médico é parte integrante da Polícia Civil e inclusive disponibiliza os laudos “intranet”, de forma que os delegados desta corporação os acessam diretamente. O descrédito do jovem se faz presente também no discurso do perito do IML, alinhado ao discurso policial, o que inviabiliza a “materialidade”, essencial para gerar abertura de investigação da violência policial no NICEAP⁶⁵.

A fragilidade da denúncia do jovem, encarnada na necessidade da “representação” e “materialidade” para abertura de investigações, é a expressão do funcionamento do sistema de criminalização e a impossibilidade em acessá-lo enquanto vítimas. A falta de credibilidade do jovem é relacional ao comportamento *entre pares* dos agentes do Estado com o policial violador⁶⁶. A impossibilidade para a juventude criminalizada em acessar o Estado enquanto detentora de direito é também explicitada pela formação do quadro institucional de agentes estatais, ou seja, para cada defensor/a público, existem dois promotores de acusação.

Estas constatações sobre o tratamento dos jovens considerados “autores de crime” pelo sistema que se auto-intitula de “garantia de direitos” são explicadas por Maria Aparecida Bento como um processo de exclusão moral:

“Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados.” (BENTO, 2002).

Assim, como sinaliza esta autora, a ação racista que aparece sempre como algo isolado, de um ou outro fanático racista, e não como uma ação sistemática, constante, pode ser abordada com a consciência devida de que é cerne da lógica de funcionamento

⁶⁵Diversos autores discorreram sobre o alinhamento entre a medicina e a política, dentre os quais cito Agamben, que explica como a biopolítica moderna foi fundamental para colocar em prática projetos genocidas, como o encampado pelo Reich durante a II Guerra Mundial (AGAMBEN, 2002).

⁶⁶ Huggins discorre sobre a hierarquia de credibilidade que condiciona a escuta das violações dentro do sistema. Segundo esta autora, as versões da realidade são hierarquicamente posicionadas de forma que os grupos considerados em posição inferior terão as suas versões desqualificadas. Outra observação contundente é que a hierarquia também condiciona a se falar apenas das violações cometidas por agentes de posição inferior, como os “capitães do mato”, também conhecidos como policiais. Desta forma, agentes de alto escalão que omitem ou ordenam execuções permanecem protegidos pelo silenciamento (HUGGINS, 2006).

de um Estado punitivo, mas que resta inimputável.

As estratégias para manter as violações

Na análise do discurso dos agentes estatais são perceptíveis inúmeras estratégias para manter as violações devidamente isentas de investigação. Nos raros casos em que as investigações são encampadas pelo “controle externo da polícia”, as consequências engendradas são da mesma natureza punitiva que o Estado direciona aos jovens. Ou seja, não há um controle sistemático da corporação policial, expresso pela presença mínima de manuais de conduta, ou controle dos corpos exterminados, e sim leves punições pontuais, geralmente de agentes do baixo escalão da polícia.

O discurso dos promotores (ir)responsáveis por controlar a polícia é alinhado ao discurso policial em relação à impunidade. Não se vislumbra uma tentativa de mudança estrutural da polícia, como, por exemplo, a divulgação dos dados de violência policial ou a elaboração de cartilhas que determinem regras básicas para a corporação. O que importa para esta mentalidade criminalizante é “pegar o desviante” sem que se atente para o fato de que a violência é a regra, está na estrutura racista da ação policial, e esta forma de atuação acaba *simulando* o controle da polícia.

Esta ausência mínima de dados sobre a letalidade da polícia se torna contundente quando consideramos pesquisas de motivação externa ao Estado, como a publicada pelo grupo Violes (vinculado à UnB) em 2007. A pesquisa traçou o perfil dos jovens morreram enquanto estavam sob a tutela do Estado. De forma precária, por conta da ausência de dados no sistema que estejam implicados na proteção dos jovens, as pesquisadoras levantaram que, entre 2003 e 2005, 178 jovens morreram enquanto cumpriam medida sócio-educativa. Na introdução desta pesquisa, as autoras apontam como uma das causas a ação de grupos de extermínio vinculados à polícia:

Tal situação foi confirmada por uma sequência de denúncias recebidas pela Promotoria de Justiça e por outros órgãos, como a Comissão de Defesa Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – CDDHCEDP, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na gestão encerrada em dezembro de 2003, **algumas das denúncias apontando, inclusive, para a questão do extermínio dos adolescentes** foram relatadas por profissionais que atuam junto a este segmento, assim como de genitores/responsáveis por estes jovens. Tais denúncias expressam que os **adolescentes são vítimas constantes de perseguições e ameaças não apenas de seus desafetos de gangues rivais, mas de policiais militares e civis insatisfeitos**

com a forma como a temática da infração vem sendo tratada pelo Estado.⁶⁷

O perfil dos jovens mortos é, não por coincidência, o mesmo perfil apontado pelos técnicos da Academia de Polícia Militar e Civil para realizar a abordagem. Meninos negros⁶⁸, provenientes de famílias monoparentais e de baixa renda. A inexistência de controle dos corpos executados evidencia que as ações direcionadas a juventude negra são de caráter deliberadamente exterminatório.

Porém, sequer os “corpos negros caídos no chão”⁶⁹ são suficientes para haver um reconhecimento dos efeitos das políticas de extermínio direcionadas para este segmento. Como evidenciado na cena do cotidiano citada no início deste trabalho, quando os jovens são executados por policiais, há estratégias discursivas que desconectam o corpo morto da ação do estado.

A bala que o matou deixa de pertencer ao Estado na fala de seus agentes, por meio de indagações sobre a natureza da atividade do policial, como: se ele estiver ou não no exercício da função, e em caso positivo, o caráter “doloso” ou “culposo” do homicídio. Nos casos considerados “dolosos”, será possível alegar a “legítima defesa” em face da sua atribuição enquanto “defensor da sociedade”.⁷⁰

De acordo com um promotor da Infância e Juventude, o posicionamento político dos agentes é fundamental para que a denúncia de violência policial receba algum tratamento. Alguns agentes expressaram seguir uma “hierarquia de extremismos” para considerar a denúncia do jovem, apontando para o fato de que nem toda violência merece ser investigada.

Há, neste sistema, outro caráter estratégico para manter as violações: os ossos dos ofícios. Como expresso pela defensora e por promotores, no sistema “inimputável”, o processo deve correr com rapidez, e por conta disso se atém apenas ao que é essencial para garantir a sentença do jovem. Desta forma, os laudos do IML,

⁶⁷ Texto em anexo IV.

⁶⁸ Este perfil está no anexo IV. Cabe mencionar que a população negra é composta por pessoas pretas e pardas.

⁶⁹ Este é o nome da obra de Ana Luiza Flauzina, que explica o projeto genocida do estado brasileiro.

⁷⁰ Esta maleabilidade do caráter homicida da ação foi expresso nitidamente pelo promotor do controle externo da polícia **NICEAP 2**: “Mas isso aí tem que ver... Homicídio é crime, mas a morte de alguém não é crime. Tem que ver se foi em legítima defesa, se não foi. Aqui no DF é muito pouco o número de pessoas que os policiais matam por mês... O próprio judiciário teria que ter isso.” Agamben discorre sobre

já tendenciosamente elaborados, permanecem com a sua possibilidade de proteção comprometida, invisível, ou pior, utilizada para garantir a criminalização do jovem que posteriormente disser ter confessado o crime sob tortura.

Esta informação remete a cena do cotidiano sobre o relato do jovem que sofreu ameaça de morte dentro de casa. Em seu processo, havia o laudo do IML comprovando as lesões, e ainda assim o jovem foi sentenciado à internação de um ano e meio no CAJE, mesmo que tenha confessado o crime mediante tortura comprovada pelo laudo.

Outra estratégia utilizada para manter as atrocidades é a relação entre pares dos agentes do “sistema de garantia de direitos”. As Delegacias da Criança e do/a Adolescente são fiscalizadas pela Promotoria da Infância e Juventude, que avisa antecipadamente a sua visita. Esta ausência de fiscalização sistemática das instituições as mantém como lócus perfeito de violações, e torna evidente a cumplicidade entre os agentes. Há ainda a estratégia clássica da desoneração, ou seja, a de apontar para uma instância subsequente a responsabilidade em dar tratamento adequado aos relatos de violência policial, sem que, no entanto, se cobre respostas destes outros órgãos.

Finalmente, a conclusão implicada na exposição desta etnografia é de que os únicos sujeitos neste sistema que possuem discernimento quanto à realidade do “sistema de garantia de direitos” são os jovens criminalizados.

Bento explica a intencionalidade destas estratégias:

“Dois lados da mesma moeda: estigmatização de um grupo como perdedor e silêncio em torno do grupo que pratica a violência. Silêncio, omissão, distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil, forte componente narcísico, de auto-preservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo de referência da condição humana (BENTO, 2002).

O inimputável

a transformação do status jurídico da vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio.

Durante a produção desta dissertação, refleti sobre a reação dos agentes do Estado ao olhar para este espelho. Em muitos momentos pensei sobre o reconhecimento destes discursos como autopertinentes aos funcionários e funcionárias públicas com as quais convivi durante um ano e meio. Sinto que a etnografia não estaria completa se não discorresse sobre esta questão.

Este auto-reconhecimento do discurso, e das práticas dos agentes, pode desembocar na conscientização de que são historicamente marcados por relações racializadas, nas quais o projeto maior, longe de garantir os direitos da juventude negra, não pode ser interpretado dissociado das relações coloniais, fundantes à própria idéia de estado-nação (FLAUZINA, 2008).

Posso imaginar com perfeição a entonação destes agentes ao ver seus discursos associados ao racismo. Isto porque, sempre que questionados quanto à “coincidência” de que a população jovem que entra no sistema enquanto autora é negra, diferentes funcionários argumentavam que este fato não é comprovável, já que também há adolescentes brancos. Logo em seguida, a argumentação seguia a linha de que juventude autora de crimes é parte da população pobre, e não da população negra.

A pobreza aparece no discurso como uma fatalidade irreversível, culpa dos governantes, ou de toda a sociedade, mas não aparece com uma perspectiva histórica de expropriação racializada. Junto a esta argumentação, há também o uso do discurso psicológico que infere às famílias “desequilibradas” o âmbito perfeito para que “surjam os criminosos”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado após a Constituição Federal de 1988, prevê uma co-responsabilidade entre o Estado, a família e a sociedade em garantir os direitos da juventude brasileira⁷¹. A legislação idealizada não corresponde a realidade das práticas institucionais, cujos agentes estatais, como é perceptível na análise de seus discursos, outorgam a responsabilidade em garantir os direitos da juventude apenas à família⁷², ou a “cultura da sociedade”⁷³. O dever do Estado na

⁷¹ Há no anexo VII a análise de um texto escrito pelo coordenador da Promotoria da Infância e Juventude que explicita a argumentação de que a criminalidade é responsabilidade da família. Este promotor aponta também a sua solução para “resolver” esta questão: criminalizar também as famílias dos jovens criminalizados.

⁷² Esta questão apareceu, como exposto na seção anterior, no discurso do técnico da polícia militar de forma bastante nítida: “o problema é na estrutura familiar do adolescente... a gente ia ver o nome do pai e

garantia dos direitos dos jovens em relação à violência policial é sempre apontado pelos agentes a outra instância, ao que, no limite, não será dado tratamento algum.

As entrevistas com os agentes estatais, e os relatos dos jovens criminalizados, mostraram como a marca da autoria de um crime, seletivamente impressa na juventude negra, determina a impossibilidade de que este estrato possa acessar o estado enquanto detentor de direitos. A punição dos “inimputáveis” é deliberada, enquanto quem pune permanece inimputável.

só tinha o da mãe”. Outro exemplo deste discurso são as falas do corregedor da polícia militar: “se bater na mão da polícia não tem jeito. (...) O menor não tem apoio porque o pai é presidiário, a mãe é traficante (...) o menor só quer chamar a atenção então não é caso de polícia (...) se os pais não ajudaram é difícil...”

⁷³ A referência da responsabilidade da violência policial à “cultura da sociedade” apareceu no discurso do promotor do controle externo da polícia.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. In: MARTINS, J.S. (org), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ANDRADE, Carla Coelho, *Entre Gangues e Galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*, 2007. Dissertação (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília.

BENTO, M. A. S. (Org.); CARONE, I. (Org.). *Psicologia Social do Racismo*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FONSECA, C. F. “Direitos dos Mais e Menos Humanos”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, nº10, p.83 – 121, 1999.

FONSECA, C. F. “Os direitos da criança – dialogando com o ECA”. In: *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: Diálogos Interdisciplinares*.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

HUGGINS, M., HARITOS- FATOUROS, M. e ZIMBARDO, F. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JESUS, Carolina Maria. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MACHADO, L. Z. Sexo, Estupro e Purificação, In: *Série Antropologia – 286*. Brasília: 2000.

PASSOS, Tiago Eli. Terror de Estado: uma crítica à perspectiva excepcionalista. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília.

PERFIL DOS ADOLESCENTES QUE MORRERAM ENQUANTO CUMPRIAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMI-LIBERDADE E LIBERDADE ASSISTIDA NO DF (Período 2003-2005), VIOLES – Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas e ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União, 2007

SEGATO, Rita Laura. “Antropología e derechos humanos: alteridad y ética en el movimiento de los derechos universales”. In: *Série Antropologia* número 356, 2004.

_____. “El sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto ‘habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel’”. *Série Antropologia* número 329, 2003.

_____. “El color de la cárcel em América Latina. Apuntes sobre la colonialidad de la justicia em un continente em desconstrucción” in *Revista Nueva Sociedad* 208, Marzo-Abril 2007, p. 142-161

_____. “Raça é Signo” In: *Série Antropologia*, n.372, Brasília, 2005.

SUDBRACK, M. F. Da falta do pai à busca da lei: o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 1992

VALDERRUTÉN, María Del Carmen C., Menores Ciudadanos o Sujetos de Derechos Tutelados? Discursividades institucionales sobre los derechos de la niñez y la adolescência em Brasil y Colombia. In: *Campos* 9/1: 29-50, 2008.

Anexos

I. Questionário utilizado para a elaboração da pesquisa sobre violência policial com adolescentes “em conflito com a lei”.

*A ser publicado pela Vara da Infância e Juventude do DF.

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL – VIL/DF

DOSSIÊ SOBRE VIOLÊNCIA POLICIAL

Autos Nº: _____ Iniciais do adolescente: _____

Data da entrevista: / /

A) Tipos de atos violentos praticados por policiais:

() Ameaça () Arma apontada para o jovem () Choques

() Chutes () Cortes () Golpes de cacete ()

Pauladas () Pisões () Socos ()

Sufocamento () Tapas () Xingamento

() Outros: _____

B) Circunstâncias da violência:

1. Região Administrativa: _____

2. Onde ocorreu a violência?

() Delegacias: _____ () Via pública
() Escolas () Viatura policial

() Outros: _____

3. Identificação dos policiais:

Nome/ Alcunha:

Lotação dos Policiais: _____

C) Sobre a denúncia:

1. Denunciou contra a violência?

() Sim Local da denúncia: _____

Consequências: _____

() Não Por que não denunciou?

() Medo de retaliação
() Não adianta

() Não sabia que tinha direito à denúncia

() Outros: _____

2. Recebeu orientação/informação sobre o direito de denúncia?

() Sim Onde? _____

() Não

D) Houve seqüelas da violência?

() Sim () Não Quais? _____

II. Trecho da pesquisa realizada durante o estágio na Vara da Infância e da Juventude

*A ser publicada por esta instituição

Trâmite da denúncia de violência policial

Para compreender o trâmite da denúncia da violência policial, procedeu-se à compulsão de 22 autos de adolescentes (aproximadamente 18% do total pesquisado) que relataram ter denunciado. Tal análise foi relevante para entender se as denúncias realizadas pelos adolescentes tiveram expressão no âmbito das instituições partícipes do sistema de garantia de direitos, nas quais os jovens transitaram.

Para que a denúncia seja acolhida, inicialmente é necessário que a vítima, no caso o adolescente que sofreu violência policial, admita perante alguma autoridade competente a ocorrência do fato e/ou apresente vestígios.

São autoridades competentes para o feito os representantes legais das seguintes instituições: a Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Adolescência – PDIJ, Defensoria Pública ou Advogado particular, a Vara da Infância e da Juventude e o Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial – NICEAP.

De forma geral, a maioria das instituições entrevistadas entende que a prova principal de comprovação da denúncia é o Laudo de Lesões Corporais – LCC, também conhecido como Exame de Corpo de Delito. Este documento costuma ser solicitado pela DCA ao Instituto de Medicina Legal – IML quando há a apreensão em flagrante do adolescente, conforme determina o art. 6º, inciso VII do Código Processual Penal Brasileiro. Neste caso, a delegacia requer o exame em virtude de *Ad Cautelam* (por precaução), ou seja, para se resguardar em face das outras instituições do sistema de garantia de direitos com relação a existência de algum dano ao jovem e ainda para proteger garantias processuais e constitucionais do adolescente.

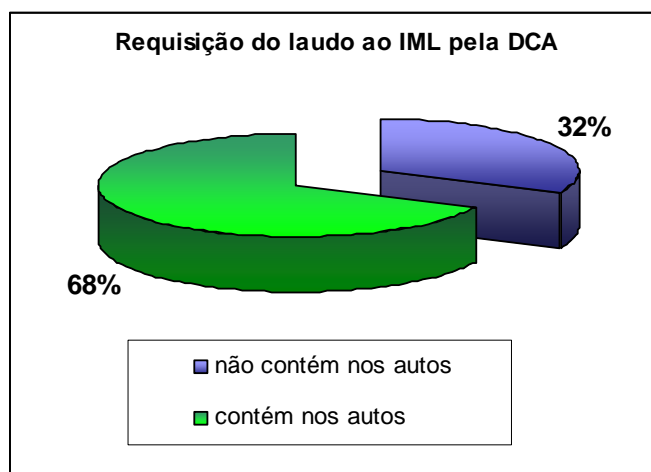
Havendo evidências de marcas de agressão à integridade física do adolescente ou algum relato, à DCA cabe solicitar o laudo ao IML. Não havendo essa solicitação inicial, outras instâncias do Sistema de Justiça Juvenil (Promotoria, Defensoria e Justiça) podem requerer o exame.

O LCC é realizado por peritos legistas mediante solicitação de autoridade competente. Compõe-se de duas partes: o registro do histórico do periciando e o exame físico. Esta última é a mais importante, uma vez que o compromisso do profissional é

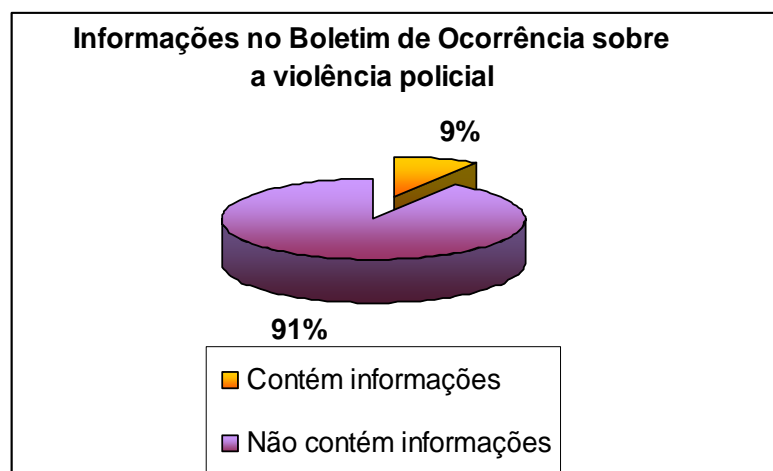
com o que ele constata fisicamente no jovem (“Os achados mandam”) e não com a “história” por este contada. A partir do ano de 2005, o IML foi informatizado e os resultados dos laudos puderam ser acessados na rede por todos os delegados pelo prazo de 24 h. Entretanto, o ofício juntamente com o laudo somente é enviado após 15 dias para o órgão solicitante. Para o periciando ter acesso ao documento deverá desembolsar valor acima de R\$ 40,00 (quarenta reais). Em caso de pessoas carentes, há que se apresentar declaração comprobatória de sua situação financeira para obter o documento gratuitamente.

O laudo apresenta quesitos que procuram avaliar se houve agressão à integridade corporal ou a saúde do periciando, buscando compreender: a) as causas das lesões, os instrumentos e meios utilizados, b) a existência ou não de perigo de vida e c) se as consequências resultaram em incapacidade para ocupações, debilidade ou inutilização de membro, ou ainda, enfermidade incurável. As lesões constatadas podem apresentar graus diferenciados, indo de leve até gravíssima, sendo possível constatar casos de tortura desde que haja vestígios corporais.

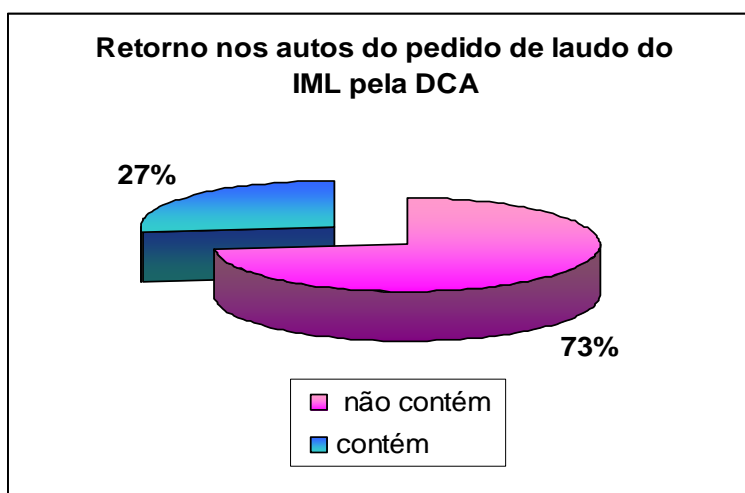
Encontrou-se em 68% dos autos a requisição do laudo do IML pela DCA. Em 32% a requisição do laudo não constava nos autos, indicando que essa quantidade de adolescentes pode não ter sido encaminhada ao IML.



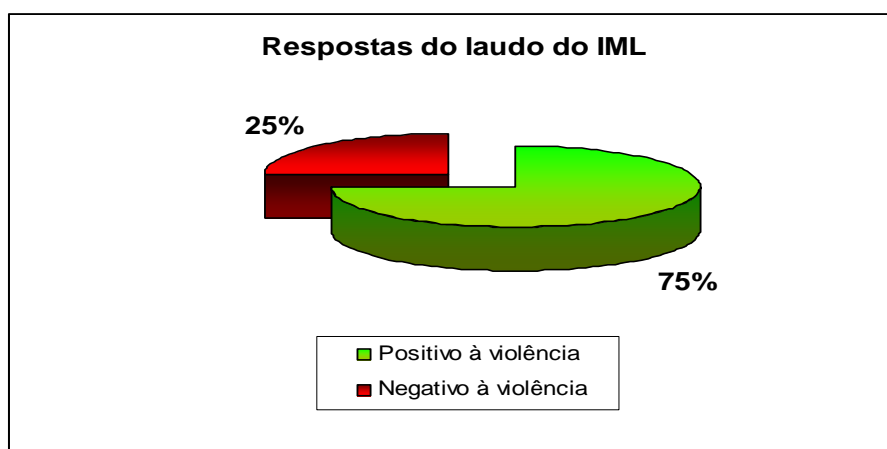
No gráfico abaixo é perceptível a quase ausência de informações sobre a violência policial no Boletim de Ocorrências. Cabe informar que em um dos autos em que a violência foi registrada no Boletim de Ocorrências não há pedido de laudo do IML pela DCA.



Considerando apenas os autos em que a DCA requereu o laudo ao IML, foi observado que em somente 27% consta o retorno. Ou seja, apenas nestes autos foi encontrado o laudo do IML.

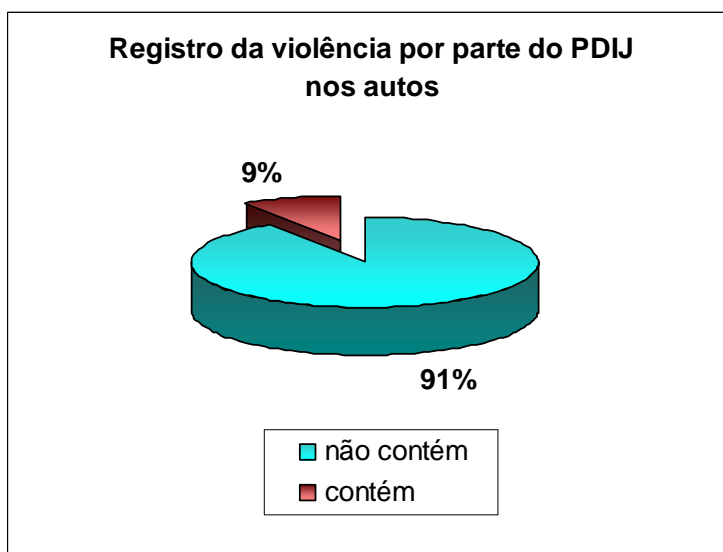


Dos laudos do IML que retornaram aos autos, 75% foram positivos à violência sofrida pelo/a adolescente.

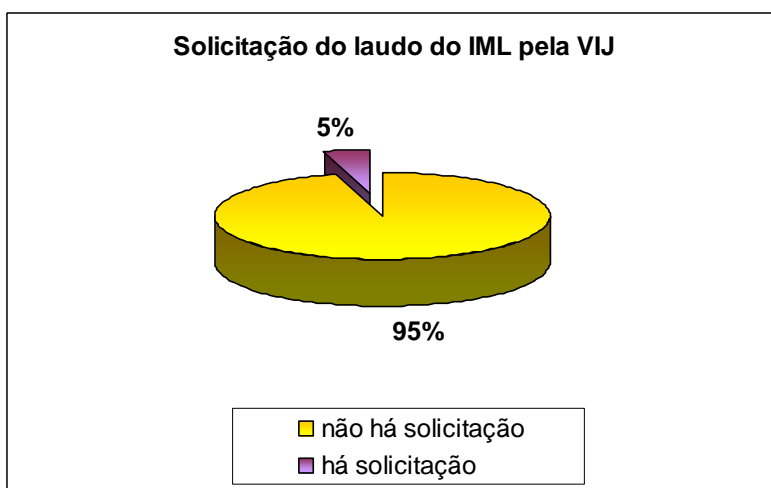


Como é perceptível no gráfico a seguir, em 91% dos autos não consta qualquer registro sobre a violência policial no que concerne a Promotoria de Justiça de

Infância e Juventude (Ministério Público). Cabe informar que dos dois autos em que consta o registro da violência, um contém o laudo do IML positivo à violência policial sofrida pelo adolescente.



É quase ausente a solicitação do laudo do IML também por parte da Vara da Infância e da Juventude. Nota-se que os autos nos quais a VIJ solicitou o laudo do IML coincide com o processo em que consta informação no termo de audiência e contém o laudo do IML positivo.



De todos os processos analisados, nenhum contém informação da violência por parte da defensoria pública ou na sentença, por parte da Vara da Infância e da Juventude.

III. Perfil dos adolescentes que declararam sofrer violência policial.

*A ser publicado pela Vara da Infância e da Juventude

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DF / Seção de Medidas Socioeducativas - SEMSE Perfil dos adolescentes em LA que declararam sofrer violência policial em 2005

Liberdade Assistida - Agosto, Setembro e Outubro de 2005

Variáveis	Itens	Frequência	%
Nº total de adolescentes pesquisados em cumprimento de Liberdade Assistida ¹	Total de jovens pesquisados	225	100
	Jovens que sofreram violência policial	73	32,4
Sexo	Masculino	70	95,9
	Feminino	3	4,1
Faixa Etária	12 a 14	9	12,3
	15 a 17	42	57,5
	18 a 20	22	30,1
Escolaridade	1ª a 4ª série	16	21,9
	5ª a 8ª série	44	60,3
	Ensino Médio	13	17,8
Atividades	Estuda	21	28,8
	Estuda e Trabalha	12	16,4
	Trabalha	13	17,8
	Não estuda nem trabalha	26	35,6
	Dado perdido	1	1,4
Locais de moradia	Recanto das Emas	12	16,4
	Taguatinga	9	12,3
	Ceilândia	8	11,0
	Paranoá	7	9,6
	Samambaia	6	8,2
	Santa Maria	5	6,8
	Riacho Fundo	5	6,8
	Outros	20	27,4
	Dado perdido	1	1,4
Locais da infração	Taguatinga	16	21,9
	Samambaia	7	9,6
	Recanto das Emas	7	9,6
	Santa Maria	6	8,2
	Ceilândia	6	8,2
	Plano Piloto	5	6,8
	Riacho Fundo	5	6,8
	Paranoá	5	6,8
	Outros	15	20,5
	Dado perdido	1	1,4
Infrações de maior incidência	Roubo	38	52,1
	Porte de Arma	11	15,1
	Furto	7	9,6
	Tráfico de Drogas	5	6,8
	Outros	12	16,4
Nº de adolescentes com passagens anteriores		25	34,2
Número de Passagens Anteriores	1 passagem	12	16,4
	2 a 3 passagens	8	11,0
	4 passagens ou mais	5	6,8
Adolescentes cujos responsáveis são o pai e a mãe		12	16,4

Ocupação da mãe	Do lar	3	4,1
	Autônoma	3	4,1
	Outros	3	4,1
Ocupação do pai	Empregado	3	4,1
	Aposentado	1	1,4
Adolescentes cuja responsável é a mãe		40	54,8
Ocupação da mãe	Empregada	13	17,8
	Autônoma	11	15,1
	Do lar	8	11,0
	Desempregada	4	5,5
	Outros	2	2,7
	Dados perdidos	2	2,7
Adolescentes cujo responsável é o pai		6	8,2
	Empregado	3	4,1
	Desempregado	1	1,4
	Autônomo	1	1,4
	Outros	1	1,4
Renda familiar (em salário mínimo)	Sem renda	3	4,1
	Menos de 1	5	6,8
	De 1 a 2	36	49,3
	De 2 a 3	5	6,8
	De 3 a 4	6	8,2
	De 4 a 5	3	4,1
	Mais de 5	7	9,6
	Sem resposta	8	11,0
Motivo do ato infracional para o jovem	Suprir gastos pessoais	20	27,4
	Influência de terceiros	17	23,3
	Nega a autoria da infração	13	17,8
	Para proteger-se de terceiros	6	8,2
	Portando e/ou usando drogas	2	2,7
	Estava Sob efeito de drogas	2	2,7
	Para aquisição de drogas	1	1,4
	Outros	12	16,4
Motivo do ato infracional para o responsável	Influência de terceiros	26	35,6
	Não havia motivo para tal conduta	9	12,3
	O(a) jovem estava sob o efeito de drogas	2	2,7
	Para proteger-se de terceiros	1	1,4
	O(a) jovem não cometeu a infração	8	11,0
	Sem resposta	11	15,1
	Outros	16	21,9
Uso de Drogas	Usuário	50	68,5
	Não usuário	23	31,5
Tipos de drogas utilizadas com maior frequência	Cigarro	34	46,6
	Álcool	8	11,0
	Maconha	6	8,2
	Outras	2	2,7
Tipo de Violência Policial Sofrida	Física	28	38,4
	Psicológica	1	1,4
	Física e Psicológica	17	23,3
	Outro	1	1,4

	Dados perdidos	26	35,6
Denunciaram contra a violência		13	17,8
Conseqüências da denúncia	Nada ocorreu	7	9,6
	Denúncia não considerada pelas autoridades	4	5,5
	Sem resposta	2	2,7
Não denunciaram		39	53,4
Motivo(s)	Medo de retaliação	13	17,8
	Não adianta	5	6,8
	Não adianta e medo de retaliação	8	11,0
	Não sabia que tinha direito	6	8,2
	Outros	6	8,2
	Sem resposta	1	1,4

¹ Vale ressaltar que os adolescentes pesquisados possuíam medida socioeducativa de LA e ainda LA cumulada com outras medidas socioeducativas e protetivas.

IV. PERFIL DOS ADOLESCENTES QUE MORRERAM ENQUANTO CUMPRIAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMI-LIBERDADE E LIBERDADE ASSISTIDA NO DF (Período 2003 – 2005)

O quadro abaixo é parte integrante da pesquisa supracitada, realizada pelo grupo Violes (Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas) em parceria institucional com a ESMPU (Escola Superior do Ministério Público da União). Esta pesquisa foi publicada em 2007 e é produto do levantamento de informações sobre a morte de 178 adolescentes. As autoras apontam na introdução dos resultados que algumas mortes são resultado da ação de grupos de extermínio vinculados a policiais. A maior incidência de mortes ocorreu dentro do CAJE, instituição de encarceramento da juventude.

Perfil dos Adolescentes – Síntese de Referência

DADOS GERAIS

- Nascido no Distrito Federal
- Todos eram do sexo masculino
- Pardo
- Idade entre 16 e 19 anos

FAMÍLIA E COMUNIDADE

- Residia em Planaltina - DF
- Solteiro
- Residia com a Mãe
- Renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos
- Residia com quatro pessoas
- Não tinha relações familiares conflituosas
- Não foi vítima de violência familiar
- Não possuía familiares com envolvimento penal-infracional
- Não foi vítima de violência na comunidade

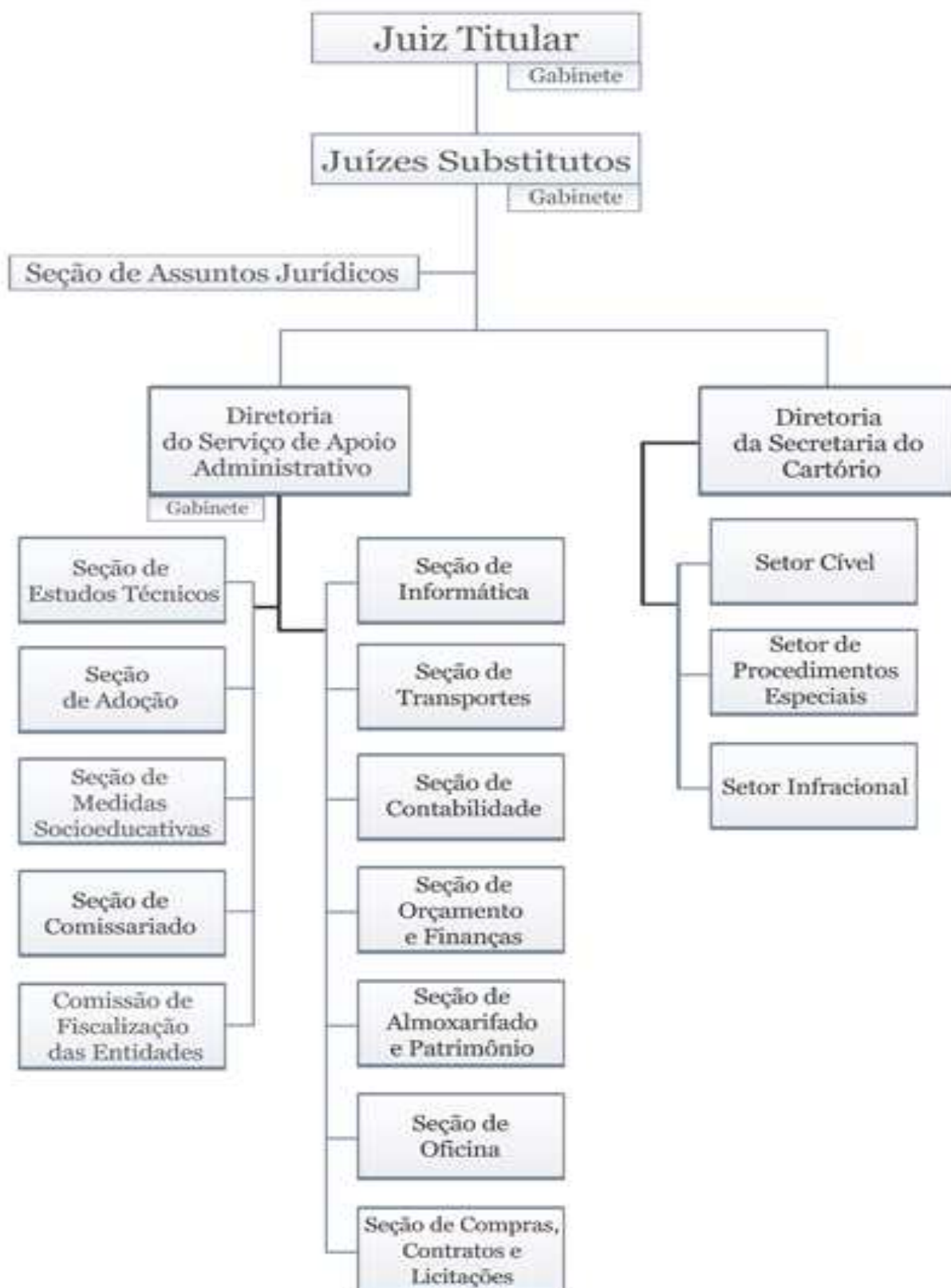
EDUCAÇÃO E TRABALHO

- Não estudava
- Não trabalhava
- Estudou até a 5ª. Série do E.F.
- Estudou em Escola Pública
- Trabalhou como ajudante-auxiliar de pedreiro

SAÚDE

- Consumia drogas
- Consumia um tipo de droga
- Consumia maconha
- Não era portador de doença mental

V. Organograma da Vara da Infância e Juventude



VI. Situação dos adolescentes

Grupo Focal I e II

Situação dos adolescentes em cumprimento de LA que sofreram violência policial em Agosto, Setembro e Outubro de 2005

Situação Atual	Nº de adolescentes
Aguardando liberação	1
Em cumprimento de LA	16
Liberado da LA	19
Internado no sistema penitenciário	3
Evadido	3
Desligado por completar 21 anos	1
Faleceu	5
Desvinculado	5
Medida Revogada	2
Em cumprimento de Semiliberdade	5
Internação Provisória	1
Internado no CAJE	1
Paradeiro Ignorado	1
Mudou de cidade	3
Não foi vinculado ao CREAS	2
Transferido de CREAS	2
Total	70

Fonte : SEMSE (2008)

VII. O discurso do coordenador da Promotoria da Infância e Juventude

Encontrei, no site da Promotoria da Infância e Juventude, um texto escrito pelo coordenador da Promotoria da Infância e Juventude do DF⁷⁴ que traduz com muita nitidez o seu discurso em relação aos jovens criminalizados, apontando para a sua argumentação acerca da criminalização deste segmento.

O texto publicado data de dezembro de 2008 e se inicia com a retomada da legislação que infere aos jovens com idade inferior a 18 anos a qualidade de sujeito de direito. Segundo este promotor, “há uma enorme distância entre a lei e a realidade” tal qual preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, o promotor informa que o artigo 227 da Constituição Federal prevê uma co-responsabilidade do Estado, sociedade e família em zelar pela garantia dos direitos dos jovens com idade inferior a 18 anos. A questão principal indicada por este promotor em seu texto é “diante da ordem jurídica atual, como responsabilizar a família, o Estado e a sociedade pelo evidente descaso na conscientização dos direitos fundamentais infanto-juvenis, e, por outro lado, pelo crescente aumento da prática de atos infracionais por crianças e adolescentes em nosso país?”

A resposta que subsegue é direcionada para a constatação de que existe uma falta de vontade política dos dirigentes do país em direcionar recursos orçamentários suficientes à garantia dos direitos fundamentais. De acordo com a argumentação pautada por este promotor, “os órgãos incumbidos de zelar pela proteção dos direitos da criança e do adolescente (como o Ministério Público e a Defensoria Pública) têm escolhido a via judicial como uma das alternativas para forçar o Estado a cumprir suas Obrigações” Segundo ele, “não apenas o Estado deixa de cumprir a sua obrigação para com a população infanto-juvenil. É sabido que a desestruturação familiar (...) leva os adolescentes à prática de atos infracionais. E foi justamente para bloquear esse ciclo prejudicial aos jovens e possibilitar-lhes um futuro melhor e, com isso, também garantir mais segurança à sociedade, que o legislador elegeu o sistema de co-responsabilidade acima mencionado”.

Logo em seguida, o promotor pauta outra importante causa dos direitos juvenis não estarem sendo garantidos: a desestrutura familiar. Assim como outros agentes do

⁷⁴ Este texto pode ser encontrado na íntegra através do seguinte endereço:
<http://www.mpdft.gov.br/joomla/pdf/unidades/promotorias/pdij/Artigos/Artigo%20-%20ABMP.pdf>

sistema ao serem questionados quanto à criminalização dos jovens, é perceptível a atribuição central à família da responsabilidade para a “delinquência juvenil”.

A sugestão quanto ao devido cumprimento da responsabilidade estatal com a infância e juventude apontada por este promotor se encerra no seguinte parágrafo: “Ocorre que, no Brasil, há uma cultura de não-responsabilização familiar pela situação de risco ou em conflito com a lei em que se encontram milhares de crianças e adolescentes. (...) há pouquíssimos inquéritos, denúncias e ações penais visando responsabilizar criminalmente a conduta dolosa ou culposa de genitores e responsáveis que, muitas vezes, leva tais jovens a se colocarem em situação de risco ou a praticarem atos infracionais contra terceiros.”

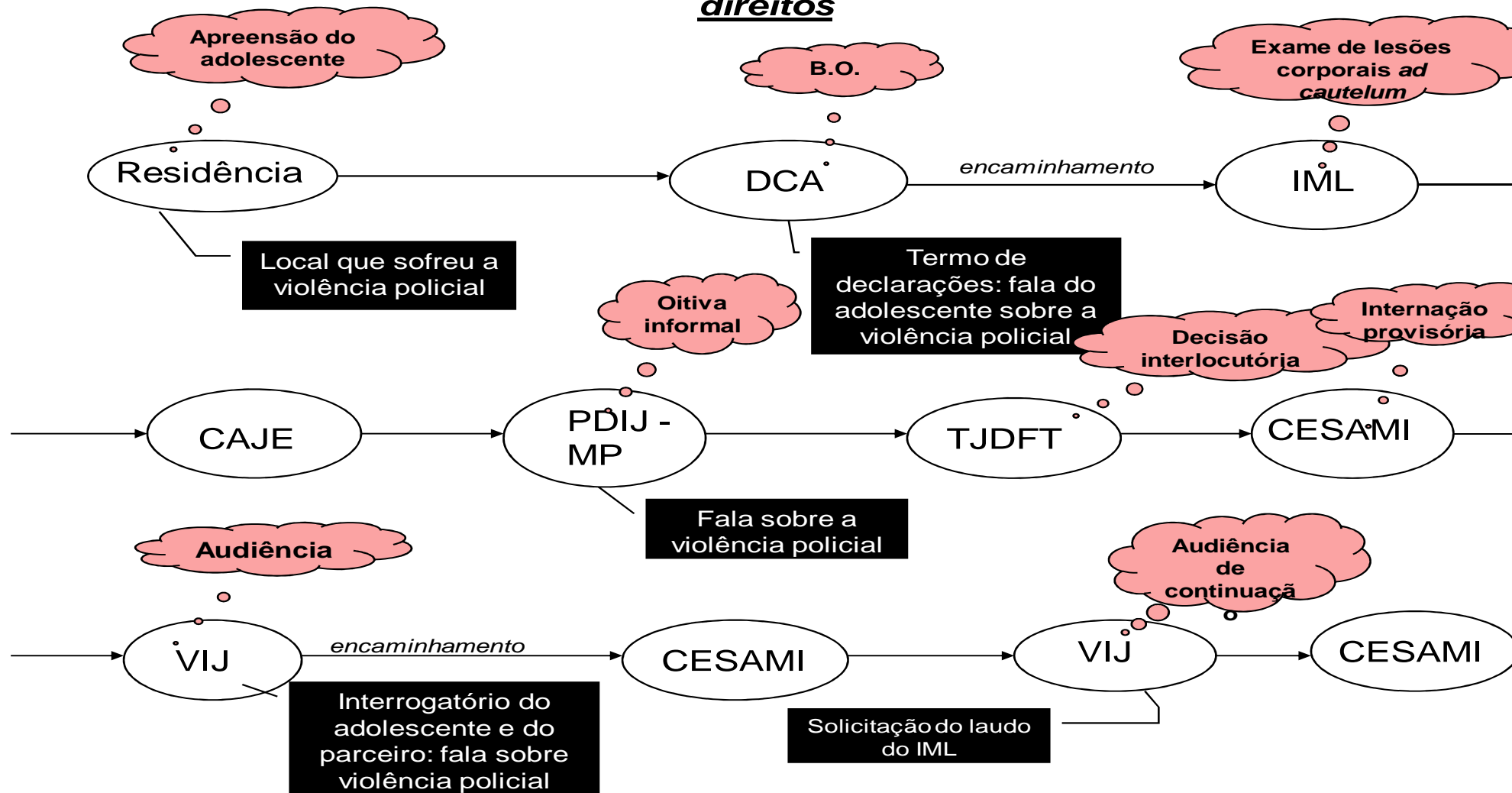
Sintetizando os seus argumentos, a solução para “conter a criminalidade” dos adolescentes é a punição também de suas famílias. Mas o seu argumento não se encerra na solução em criminalizar as famílias dos jovens. O promotor vai mais longe, explicando detalhadamente a sua teoria quanto ao cometimento da infração dos adolescentes: “Quando o adolescente chega a cometer um ato infracional, é bastante provável que ele não tenha recebido do seu meio familiar os limites e valores necessários a impedi-lo de desrespeitar os direitos dos outros. Isso significa dizer que muitas famílias brasileiras estão permanentemente descumprindo o ECA, pois há vários dispositivos que impõem aos pais ou responsáveis o dever de criar e educar adequadamente os filhos/pupilos para que possam conviver em sociedade de forma saudável. Se se verificar uma omissão da família nessa obrigação (o que muitas vezes resulta em prejuízo à própria segurança da sociedade), **o Estado deveria punir os pais ou responsáveis que descumpriram as obrigações decorrentes do poder familiar.** Assim, tem que se reconhecer que **o Estado quase nunca consegue cumprir o papel de punir**, ainda que com sanções administrativas, genitores e responsáveis omissos na educação dos filhos, seja porque os instrumentos previstos na legislação não são adequados, seja porque esses pais ou responsáveis são pessoas completamente despreparadas para o mister de educar”.

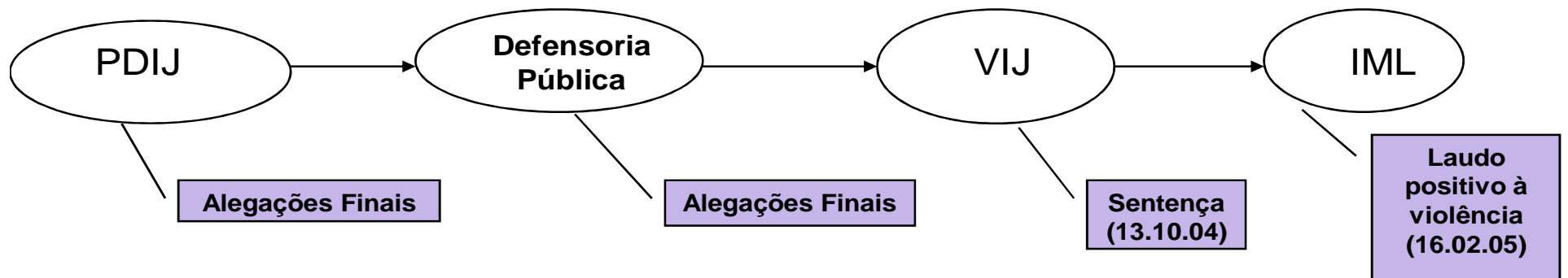
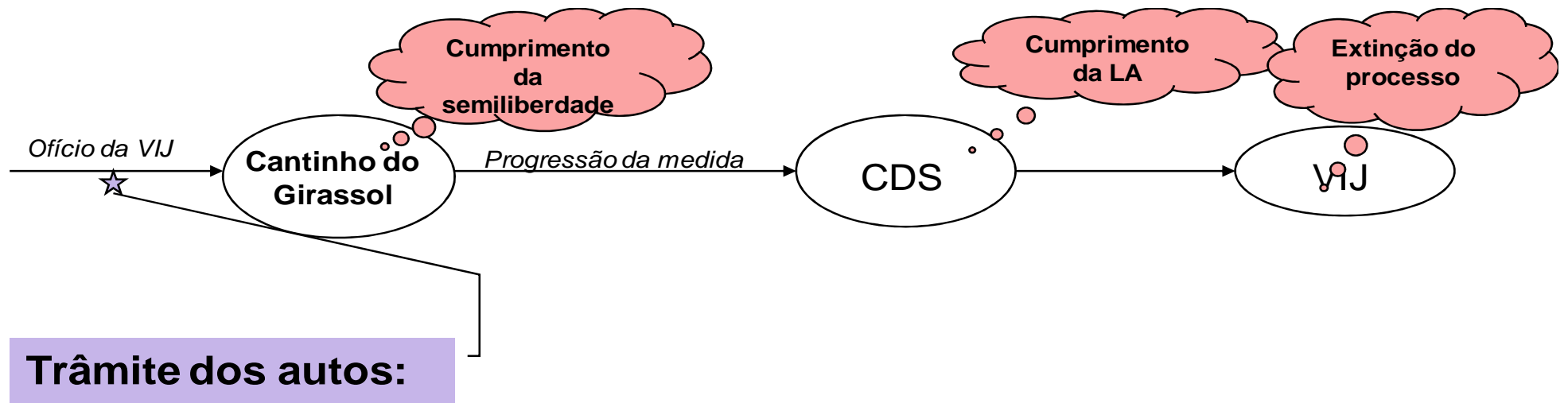
Seguindo este raciocínio, o promotor explica a real responsabilidade de que o Estado deve se incumbir: “Quando se verifica essas falhas na criação dos filhos, que os levam à prática de atos infracionais, cabe ao Estado a adoção de medidas que visem à reeducação desses jovens infratores, o que deve ser feito para garantir a proteção deles mesmos (ajudá-los a romper a trajetória em meio violento) e da própria sociedade, pois a segurança pública é direito de todo cidadão.” Ou seja, a sua real atribuição é a de

adotar medidas para educar os jovens cujas famílias são, segundo o seu discurso, incapazes de fazê-lo. A idéia aqui presente, de que as medidas adotadas por este promotor são para a própria proteção do jovem, é, não por coincidência, equivalente ao discurso policial ao abordar os jovens na rua, de que aquela ação é para a sua própria segurança.

VIII. Fluxograma da denúncia de violência policial: da apreensão do jovem a trajetória no “sistema de garantia de direitos”

Fluxograma da denúncia: Da apreensão a trajetória no sistema de garantia de direitos





IX. Imagem exposta nos painéis dos corredores da Vara da Infância e Juventude



X. Comentário à monografia de Tiago Eli Lima Passos

O seguinte texto foi elaborado para a banca desta monografia por Tiago Eli Lima Passos. Este autor é doutorando pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. A sua dissertação do mestrado, cujo título é “Terror de Estado: Uma crítica à perspectiva excepcionalista” é citada como marco teórico desta monografia.

Para insinuar o que entendo que seja esta monografia, vou tomar o caminho inverso, e falar sobre duas coisas que, pelo menos para mim, esta dissertação não é, e que ela, terminantemente, não quer ser. Em primeiro lugar, parece-me que esta dissertação não quer ser um relato objetivo da experiência de Elisa como estagiária da Vara da Infância. A meta epistêmica da neutralidade axiológica aqui não tem vez, e não há qualquer espaço para uma retórica de imparcialidade. A descrição etnográfica de Elisa não joga com um pretense lugar de fala que seja isento. Muito pelo contrário, Elisa replica, na escrita, a constatação vivenciada em campo de que não há lugar de fala e de ação que seja destituído de implicações.

Elisa toma um ponto de partida, já que não poderia deixar de fazê-lo. A questão é que, sendo o ponto de vista a vista a partir de um ponto, a questão passa a ser a de decidir de qual ponto é pertinente lançar o olhar. Elisa decidiu se colocar do lado dos jovens e adolescentes que o sistema de justiça criminal usualmente criminaliza. Decidiu inverter, pelo menos no plano de sua reflexão, o lado para o qual a balança da (in)justiça geralmente pende, para que assim pudesse flagrar de dentro e de uma perspectiva deslocada o que acontece num lugar como a Vara da Infância: Elisa decidiu dar crédito a meninos e meninas a que, como ela evidenciou, o sistema de justiça criminal sistematicamente condena.

Se tomarmos como referência a extraordinária interpretação que Walter Benjamin faz de *Ângelus Novus*, quadro de Paul Klee, teríamos de dizer que Elisa faz o exercício de se colocar do ponto de vista dos destroços que o anjo do progresso deixa em seu rastro. Mas este é, sem dúvida, um exercício. Elisa mesma está ciente disso, já que faz questão de ressaltar, logo na introdução, que não pertence ao rol das vítimas usuais do Terror de Estado: Elisa é, como ela mesma se caracteriza, uma menina branca, de classe média, estudante da Unb, e que fala francês fluentemente, entre outras coisas, situação que a afasta do universo das vítimas sobre o qual a violência de Estado racista usualmente recai, sem jamais ter cessado.

O ceticismo é aqui muito bem vindo, e de fato não poderia ser dispensado. Mas eu diria que o esforço de Elisa é então o esforço clássico da antropologia: o do estranhamento, que implica um lançar-se em direção ao que a diferença e ao que está distante e que conduz, ao mesmo tempo, à desnaturalização do que previamente parecia familiar e óbvio. Para que pudesse efetuar uma mirada pertinente sobre as cenas do cotidiano que quis relatar, Elisa buscou o exercício de se alinhar e de se colocar do ponto de vista dos e das jovens que estavam do lado de lá do Poder para o qual ela trabalhou como estagiária. Elisa teve de estranhar a posição de que foi investida, teve de estranhar o lado em que estava, e teve de buscar colocar-se do outro lado, o lado a todo tempo, nas palavras de Rita Segato, outrificado, ou, no termo cunhado por Elisa, monstrificado. Elisa, para tanto, teve de colocar-se contra quem, se supunha de início, teria de reconhecer como naturalmente estando do seu lado. Sua presença cada vez mais, ao longo do tempo em que estagiou, passou a ser incômoda, devendo então, aos olhos da fala autorizada e desautorizadora da Seção, ser censurada.

Ao mimetizar o lugar de fala do outrificado, Elisa entrou em rota de colisão com a Seção, que, por sua vez, fez Elisa provar, mesmo que intimamente, uma fagulha do expediente geralmente aplicado contra a fala que a Vara da Infância deveria proteger, segundo reza a cartilha falaciosa do discurso do garantismo legal. É por isso mesmo que o conflito que a presença de Elisa instaurou foi tão elucidativo: permitiu que emergisse um cenário que até então podia passar intocado, embotado pela pompa da cordialidade e pela indiferença hipócrita, cotidianamente encenada e reatualizada.

Portanto, não foi só na escrita etnográfica que Elisa se colocou na posição de estranhamento. Esta postura acompanhou todo o período de estágio, culminando com a censura que a Seção tentou em vão impor à monografia que Elisa nos apresenta e que, por isso mesmo, é tão reveladora. Se esta monografia é significativa e diz coisas importantes sobre um lugar específico em que Elisa pode captar a ação do sistema de justiça criminal, é porque esta monografia não quis seguir a meta de uma pretensa neutralidade. E, lembremos, com Hannah Arendt, de que a objetividade pode ser monstruosa: no caso do Holocausto, nos diz Arendt, fazer uma ciência objetiva do Holocausto é, em certo sentido, repetir o horror do totalitarismo, que não foi outra coisa que um projeto de objetivação; objetivação de um movimento histórico pretensamente universal e que subsumia toda a vida no enunciado de leis supostamente inexoráveis do progresso.

Mas, além de não ser um exercício de neutralidade, esta dissertação também não

é outra coisa. A segunda coisa que esta dissertação não é, pelo menos a meu ver, é um projeto de desenvolvimento de uma teoria prévia, de qualquer tipo. Não há primado da teoria, e isso Elisa também deixa isto nítido na introdução, quando afirma se interessar prioritariamente pela descrição de uma realidade que grita, embora censurada. É obvio que a observação e a descrição que Elisa faz da realidade empírica está informada por um olhar teoricamente orientado. O que ela evita na verdade é que um artificialismo da teoria venha a se interpor como mais um filtro a silenciar a fala, já censurada de inúmeras maneiras, da juventude criminalizada com que Elisa teve contato. A medida adotada pela Elisa tem sentido de precaução, e penso que rendeu bons resultados.

Os capítulos um e dois, a meu ver, dão prova disso. Elisa escapou também, com essa medida de prevenção, de uma tentação que geralmente acomete a cena intelectual de nossa academia e que é um sinal expressivo da colonialidade do saber que nossa academia tem produzido: a simples aplicação, de teor exemplificativo, de teorias consagradas dos países centrais; teorias frente às quais a norma é: operamos, na divisão internacional do trabalho intelectual, como potenciais fornecedores de dados empíricos que as confirmem. A teoria, geralmente estado-unidense, alemã, inglesa ou francesa atua, neste caso, mais como uma “camisa-de-força”, que cerceia a reflexão e mina a criatividade. Elisa não está interessada em replicar este modelo de exemplificar teorias centrais, modelo que José Jorge de Carvalho discutiu criticamente e de modo mais extenso em “Poder e silenciamento na representação etnográfica”.

Noto, entretanto, que, mesmo ou justamente porque não quis fazer da monografia uma exemplificação de uma teoria dos países centrais (e por extensão porque seu compromisso é, em primeiro lugar, com a realidade que grita), a descrição de Elisa pode ser vista como uma ilustração poderosa dos insights de algumas das mais radicais teorias já formuladas nas ciências humanas. Estou pensando em como a etnografia de Elisa está em sintonia, por exemplo, com as perspectivas de Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Eugenio Raul Zaffaroni. Vou falar um pouco da sintonia com Benjamin e Zaffaroni.

Vale notar que os três autores que citei são teóricos do estado de exceção, ou da história como um estado de exceção permanente, que vige como norma e que somente pode se reproduzir às custas da interminável supressão da possibilidade do que Agamben chama de estado de emergência efetivo. Que Elisa esteja em sintonia com teóricos do estado de exceção nada tem de fortuito. Tem a ver, muito intimamente, com a maneira como Elisa pensa a história do Estado Policial brasileiro, especialmente no

terceiro capítulo. As cenas do cotidiano que Elisa flagra (e que são discutidas no primeiro capítulo) são cenas, então, de um Estado Policial que se funda no terror, seletivamente administrado. Estado que tem no sistema de justiça criminal um lócus do processo de criminalização das classes subalternizadas.

Para mim, não há como ler a seção sobre as bicicletas que se amontoam e enferrujam no pátio da Vara da Infância sem recordar da atualidade do ensaio em que Walter Benjamin propõe 8 teses revolucionárias sobre o conceito de história, ou para um conceito de história que faça jus à história dos oprimidos. O espetáculo sinistro fornecido pelo depósito de bicicletas parece de modo muito vivo o testemunho da, ou monumento à, barbárie. Quantas vidas foram eliminadas, quantos jovens tiveram sua liberdade cerceada, seus sonhos roubados a pretexto daquelas bicicletas que enferrujam na Vara da Infância?

A dissertação de Elisa poderia ser vista ainda, como sugeri anteriormente, como dando força à idéia de Eugenio Raul Zaffaroni, segundo a qual o paradigma do poder, e mais nitidamente nos estados neocoloniais, depende da criação e recriação incessantes da figura do inimigo, no plano do Direito Penal. São vários os exemplos que atestam a pertinência, da idéia de Zaffaroni, sobre a vigência do modelo inquisitorial como paradigma da relação com a figura do inimigo.

Para mim, todo o capítulo 2 deixa transparente que os diversos agentes que constituem e giram na órbita do sistema de justiça criminal operam, via de regra, uma escuta inquisitorial: o promotor do controle externo da polícia militar, delegados de proteção da infância e da juventude, promotores da infância e da juventude, técnicos da academia de polícia civil e militar, legistas do Instituto Médico Legal, agentes das corregedorias das polícias civil e militar, todos aparecem em atitude de suspeita seletiva. Quando se trata dos, assim objetificados, **MENORES INFRATORES**, debocham, ironizam, duvidam da fala que denuncia a violência sofrida em algum ou em vários momentos, cometida por parte de agentes de segurança pública. Quando se trata de policiais e de quaisquer outros agentes estatais, o compromisso de fé é absoluto. Qualquer suspeita é recriminada, pronta e antecipadamente.

Quando estes atores admitem que pode ter, em algum caso, havido algo que qualificam como excesso ou abuso de poder, mas jamais como “tortura”, estão, já de prontidão, preparados para serem compreensivos. Neste caso, a retórica “dura” e que adora se exhibir como da “tolerância zero” rapidamente cai por terra; exatamente porque sobra leniência, cumplicidade, conivência com os desrespeitos à lei, à integridade física e à

vida. Como Elisa mostrou no capítulo 2, o recado é que toda violência será retrospectivamente absolvida, legalizada, seus autores isentados de responsabilidade, porque, afinal, há uma fala esteriotipada e racista já programada para justificar cada erro, que continuará parecendo fato isolado, por mais que os fatos isolados se repitam infinitas vezes, como se a reiteração não fosse o indício circunstancial de uma “intencionalidade” genocida que pode ser inferida de suas conseqüências. Tudo se passa assim, porque, como nos mostra Elisa, há uma imunidade para o Terror de Estado: os agentes do sistema de justiça criminal estão orientados por uma lógica racista que vê a violência contra certa corporeidade como não sendo uma violência — estamos aí no terreno da vida que qualquer um pode eliminar sem que a morte seja considerada homicídio.

O salvo conduto assume, para tanto, várias formas: faz-se a inversão da relação vítima-agressor; toda violência é justificada como auto-defesa; a fala da vítima é desacreditada (quando se diz que não é idônea, que falseia e deturpa os fatos, que não tem isenção); dá-se respaldo a um código de honra masculino; faz-se uso de toda sorte de eufemismos extraviados do código jurídico; faz-se a heroificação dos policiais; há a negligência e conivência no controle externo da atividade policial; há o corporativismo e a corrupção no controle interno da ação policial; há a mentira oficial; há atitudes de desresponsabilização por parte das autoridades da segurança pública; ocorre a intimidação de vítimas e testemunhas de violência policial; faz-se a exigência absurda e facilmente burlada de laudo do IML para comprovar a materialidade da violência sofrida pela vítima; há o déficit de defensores públicos para prestar assistência jurídica aos adolescentes; há a meta de velocidade (no máximo 45 dias) no julgamento do jovem infrator, o que inviabiliza o direito à ampla defesa; há uma fala sempre pronta a incriminar não só os jovens, mas também suas famílias, com especial culpabilização das mães. Enfim, o repertório de artifícios através dos quais se garante a inimizabilidade do Estado é vasto.

Do texto de Elisa, resta nítido que os agentes do sistema de justiça criminal, quando operam a escuta da fala outrificada, ou monstrificada, fazem a escuta inquisitorial de que nos fala Zaffaroni: não se interessam de fato pelo que é dito, ou pelo que pode ter acontecido com aquele ou aquela a quem endereçam a interpelação. Em face do menor infrator a quem se dirigem, somente escutam o que faz sentido para uma pauta de interrogação criminalizante: escutam contradições, erros, vestígios de culpa, e somente isto. Escuta arbitrária, unilateral, jamais uma escuta autêntica. Escuta que

acima de tudo quer a confirmação do que supõe estar escondido, e que faz de tudo para ouvir o que quer: tortura, humilha, estupra, executa...

Aludi a Walter Benjamin, Agamben e Zaffaroni, mas, com exceção de Agamben, que é discutido no capítulo III, Elisa pôde prescindir de todo este arsenal teórico. E acho que não lhe fez falta. A descrição etnográfica se sustenta por si mesma, não precisa de muleta da teoria. Aliás, acho que os capítulos I e II sustentam melhor o argumento sobre a inimputabilidade do Estado e o seu reverso, a criminalização da juventude negra e pobre, do que propriamente o capítulo III, especificamente devotado a desenvolver este argumento. A realidade que Elisa traz de sua experiência era impactante demais para que ficasse em segundo plano. Concordo com esta opção. Foi um pouco deste modo enviesado que li a monografia de Elisa, pela face do que ela não é e não quer ser. Não sei se Elisa se põe de acordo quanto a esta leitura. Sinta-se a vontade para problematizá-la e melhor dirimir seu ponto de vista.

Faço então uma breve sugestão e uma correção, relativas ao capítulo 3. A sugestão é que você, Elisa, num eventual artigo em que posteriormente venha a resenhar sua monografia, pense a inimputabilidade do Estado a partir de uma idéia que já ouvi Rita desenvolver várias vezes em sala de aula, e que imaginei que estivesse escrita no texto que versa sobre o sistema penal como pedagogia da irresponsabilidade, ou no texto “Religião, vida carcerária e direitos humanos”, mas, pela olhada rápida que dei hoje de manhã, parece que não está em nenhum dos dois, então imagino que devo ter retido este argumento das aulas mesmo da Rita.

Se não erro ao sintetizar desta forma a idéia, o argumento principal é que o cálculo que o sistema de justiça criminal faz está assentado numa noção equivocada e perversa de quem sejam devedores e credores. Esta idéia permitiria argumentar, por exemplo, que a juventude negra criminalizada teve expropriados diversos direitos cuja consideração deveria ser levada em conta, sobretudo em face de um Estado que é faltante. Estado que, sempre, mas de maneira mais nítida com o aprofundamento do modelo neoliberal, é excessivo na dimensão policial, mas que é devedor em todas as outras funções que lhe compete assegurar, como saúde, segurança, educação, lazer, transporte etc. Estado que pune, mas que não faz o que sua retórica oficial diz fazer. Esta idéia permitiria questionar a lógica que permite um juiz persistir fazendo de conta que não sabe e fingir que lhe é de direito desconhecer os horrores que ocorrem, inclusive e sobretudo, no lugar onde ele trabalha diariamente, e que permitiria interrogar a fala de qualquer servidor público que acha que está resguardando a instituição em que

trabalha ao ser conivente com e acobertar os crimes que lá sistematicamente acontecem. A idéia tem vários desdobramentos possíveis, como a possibilidade de formular uma retórica alternativa sobre a necessidade de inverter todo o cálculo racista a partir do qual a Justiça tem operado. Penso que a Rita poderia falar um pouco a este respeito.

Mas eu te deixo então a questão de comentar dois temas de que eu falei, ou pelos quais eu tentei ler sua monografia. O primeiro ponto é o da recusa da objetividade, tanto na escrita etnográfica e como modo de suscitar questões durante o trabalho de campo, quanto como postura combativa e geradora de conflitos na atuação como estagiária da 6ª Vara da Infância. O segundo ponto é o da prioridade da etnografia com relação a uma teoria prévia e do olhar teórico que implicitamente direciona sua descrição.